

Kalline Laira Lima dos Santos

# EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA EM PERNAMBUCO

atores políticos e a interiorização  
dos ginásios públicos  
(1948-1963)

Este livro é fruto de vários encontros. O primeiro deles foi no chão da minha escola, durante o Ensino Médio, onde ouvi, pela primeira vez, que era possível alunos e alunas de Escolas Públicas ingressarem no Ensino Superior. Portanto, a História foi o caminho, a escolha. Nesse caminho, carrego o compromisso com a história e a educação, que constitui um campo de pesquisa atravessado por vivências teóricas, pessoais, coletivas e princípios sociais. No sentido de compreender e interpretar acontecimentos e histórias sobre a escola secundária em Pernambuco particularmente da sua pressão social para a ampliação de vagas em ginásios públicos, aponto os seguintes questionamentos neste livro: Como ocorreu o processo de expansão do primeiro ciclo do ensino secundário público em Pernambuco? Como os atores políticos estaduais, municipais e federais atuaram na criação desses estabelecimentos de ensino? Quais foram as políticas de financiamento para a criação desses ginásios? Como diz Marc Bloch (1997, p. 17): “não é verdade que, para agir avisadamente, é necessário, primeiro, compreender?”. Assim, este livro busca compreender o papel do Estado no processo de democratização da escolarização na sociedade pernambucana.



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



**EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA EM  
PERNAMBUCO:**

Atores Políticos e a interiorização dos ginásios públicos  
(1948-1963)

**Kalline Laira Lima dos Santos**



**Kalline Laira Lima dos Santos**

**EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SECUNDÁRIA EM  
PERNAMBUCO:**

Atores Políticos e a interiorização dos ginásios públicos  
(1948-1963)

Marília/Oficina Universitária  
São Paulo/Cultura Acadêmica

2021



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC  
UNESP - campus de Marília

*Diretora*

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

*Vice-Diretora*

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

*Conselho Editorial*

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -  
UNESP/Marília*

Graziela Zambão Abdian

Patrícia Unger Raphael Bataglia

Pedro Angelo Pagni

Rodrigo Peloso Gelamo

Maria do Rosário Longo Mortatti

Jáima Pinheiro Oliveira

Eduardo José Manzini

Cláudia Regina Mosca Giroto

**Auxílio N° 0798/2018, Processo N° 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES**

*Ficha catalográfica*

*Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC*

---

Santos, Kalline Laira Lima dos.

S237e      Expansão da educação secundária em Pernambuco: atores políticos e a interiorização dos ginásios públicos (1948-1963) / Kalline Laira Lima dos Santos. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2021.

173 p.: il.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5954-207-9 (IMPRESSO)

ISBN 978-65-5954-208-6 (DIGITAL)

DOI <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-208-6>

1. Educação – História. 2. Ginásios (Escolas secundárias). 3. Ensino secundário – Pernambuco – 1948-1963. I. Título.

CDD 370.109

---

*Copyright © 2021, Faculdade de Filosofia e Ciências*

Editora afiliada:



Associação Brasileira de  
Editoras Universitárias

Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP

Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

*As entidades do tempo que fecundam que enchem e que de  
alguma forma nos ajudam a crescer e parir as palavras.*



## Siglas e Abreviações

<b>CNEG</b>	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
<b>PSD</b>	Partido Social Democrático
<b>UDN</b>	União Democrática Nacional
<b>PL</b>	Partido Liberal
<b>PR</b>	Partido Republicano
<b>PDC</b>	Partido Democrata Cristão
<b>INEP</b>	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
<b>DEPE</b>	Divisão de Estudos Educacionais
<b>CONDEPE</b>	Comissão de Desenvolvimento do Nordeste
<b>CBPE</b>	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais de Pernambuco
<b>CONDEPE</b>	Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco
<b>SUDENE</b>	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
<b>ALEPE</b>	Assembleia Legislativa de Pernambuco
<b>CADES</b>	Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Secundário
<b>DEM</b>	Departamento do Ensino Médio
<b>DEPE</b>	Diretória Educacional de Pernambuco
<b>CBPE</b>	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
<b>CNEC</b>	Campanha Nacional dos Educandários





# Sumário

Apresentação.....	11
Prefácio   <i>Rosa Fátima de Souza Chaloba</i> .....	15
Introdução.....	21
Capítulo 1   Debate Político Educacional da Educação Secundária no Estado de Pernambuco (1950-1960).....	33
Capítulo 2   Disputas em Torno da Criação dos Ginásios Públicos em Pernambuco.....	67
Capítulo 3   A Atuação dos Municípios na Criação de Ginásios e a Questão do Financiamento.....	103
Conclusão.....	149
Referências.....	153



## Apresentação

Este livro é fruto de vários encontros. O primeiro deles foi no chão da minha escola, durante o Ensino Médio, onde ouvi, pela primeira vez, que era possível alunos e alunas de Escolas Públicas ingressarem no Ensino Superior. Portanto, a História foi o caminho, a escolha. Nesse caminho, carrego o compromisso com a história e a educação, que constitui um campo de pesquisa atravessado por vivências teóricas, pessoais, coletivas e princípios sociais. Quando pensamos o itinerário da História da Educação no Brasil nos últimos anos, é notável o aumento das pesquisas nesse campo. A Nova História Cultural teve uma contribuição importante nesse avanço. No século XX, houve uma mudança de perspectiva da história tradicional para a nova história. Peter Burke, na obra *A escrita da história: novas perspectivas*, trata de novas ideias que se iniciaram na França, com a revista *Annales: Économies, Sociétés, Civilisations*.

Com essa nova perspectiva de fazer história – que viabilizasse o interior, e não mais totalizante, com foco nas diversas ações humanas –, foi possível recuperar acontecimentos e histórias que estavam recobertas na poeira do tempo (BURKE, 1992). Esse novo modo de fazer história baseado nos percursos epistemológicos, teóricos e metodológicos da Nova História Cultural, abriu novas possibilidades e diálogos com outros campos de estudos, tais como as Ciências Sociais e a Antropologia e a política, para as pesquisas em história da educação, resultando em produções com olhares diversos de objetos estudados. Esse processo ganha impulso a partir dos anos 1990, com a ampliação dos temas, objetos e

fontes, marcados pelos estudos culturais e sociais, pela história das instituições, das práticas escolares e da cultura material.

O movimento que ocorreu a partir dessas transformações metodológicas possibilitou novos olhares para a História da Educação brasileira. O que estava recôndito, emerge ao “sótão”. Foram com essas novas possibilidades que emergiram no campo de estudos historiográficos da educação que me levaram às pesquisas que atualmente desenvolvo. A pesquisa ora apresentada neste livro foi defendida no Programa de Pós – Graduação em Educação da FCC/UNESP no ano de 2021, outono pandêmico. Segue um caminho trilhado desde a iniciação científica.

Em 2015, ainda estudante do Curso de História da Universidade Estadual de Pernambuco, campus Petrolina, participei como Bolsista de Iniciação Científica do projeto “ Os arquivos escolares como fonte de pesquisa para a História da Educação”<sup>1</sup>, no qual realizei o levantamento, a higienização, a catalogação e a digitalização de fontes documentais de instituições escolares públicas e privadas do sertão do São Francisco, no estado de Pernambuco, abrangendo a segunda metade do século XX. É nesse momento que começa meu trânsito no campo da pesquisa, constituindo minhas leituras e me aproximando das discussões teóricas e metodológicas da História da Educação. A incursão nesse campo foi um ponto necessário que me inquietou fazendo refletir criticamente a necessidade de investigar o processo educacional em suas diversas manifestações, e compreender de que maneira a educação servia a uma sociedade, como não podemos desprendê-la do contexto histórico geral, na sua concomitâncias relações que os sujeitos estabelecem ao produzir sua existência.

Nesse sentido, as leituras sobre o campo no grupo de pesquisa contribuíram para minha formação e meu encontro com os estudos sobre a Educação Secundária<sup>2</sup>, além de constituir, nesse espaço, amigos e colegas trabalhando em pesquisas da nossa região. O resultado foi meu trabalho de conclusão de curso sobre o primeiro ginásio industrial da cidade de Petrolina (PE), intitulado *Do Ginásio Industrial de Petrolina à Escola Marechal Antônio Alves Filho: vestígios da Cultura Escolar (1960-1970)*, sob orientação da Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Virgínia Ávila, no qual analisei os vestígios da cultura escolar presentes nas fichas de matrículas e fichas antropométricas, bem como dados concernentes às festas e atividades culturais presentes na história da escola.

Desse modo, pude submergir nos estudos sobre a educação secundária, com trabalhos voltados ao ginásio, estudos esses que buscam analisar a constituição do ensino secundário em diversas regiões do Brasil, tais como Barroso (1998), Dallabrida (2001), Nunes (1979), Silva (1969) e Souza (2008), no sentido de compreender e interpretar acontecimentos e histórias sobre a escola secundária no Brasil. O problema de pesquisa foi se construindo a partir de algumas questões. A principal se refere às lacunas de pesquisas sobre a educação secundária no estado de Pernambuco, especialmente no que diz respeito à constituição de políticas para criação e financiamento do ensino de nível ginasial público no estado, e, depois, compreender qual foi o papel do Estado no processo de democratização da escolarização na sociedade pernambucana.



## Prefácio

A investigação histórica sobre a expansão do ensino secundário é, sem dúvida, uma temática de enorme atualidade, uma vez que o ensino médio, originado das transformações institucionais do secundário, continua sendo um dos maiores problemas educacionais do país.

É justamente dessa atualidade que se nutre este livro de Kalline Laira Lima dos Santos, cujos méritos aliam trabalho minucioso de levantamento e reunião de fontes, rigor analítico e interpretação instigante.

Revisitar velhos temas é sempre um desafio, pois exige o alargamento do questionário e a adoção de uma perspectiva inovadora. Obviamente, o tema da expansão do ensino exige a análise do crescimento do número de matrículas e escolas, da atuação estatal e dos particulares e, ainda, o refinamento sobre o atendimento por regiões, sexo, raça, entre outras categorias. Mas essas características gerais relevantes, algumas encontradas nas escassas estatísticas sobre a educação brasileira no século XX, têm se mostrado insuficientes para se compreender a dinâmica política e social implicada na expansão das oportunidades educacionais. É nessa direção, que se pauta este livro, cuja tônica é apreender como ocorreu a ampliação do número de ginásios públicos no estado de Pernambuco no período da redemocratização do país (1948-1963) a partir do processo de interiorização regional das escolas. Qual foi a atuação dos atores políticos? Quais foram as políticas de interiorização do ensino e de financiamento? Para responder essas questões, a autora mergulhou na histórica política

<https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-208-6.p15-20>



pernambucana e mobilizou nos mais diversos arquivos indícios preciosos reunidos em fontes diversas.

Mas, se é fato que houve um importante crescimento do secundário nesse período, isso longe esteve da democratização.

Etapa intermediária entre o ensino primário e o superior, a partir da década de 1930, o secundário de cariz humanista e de cultura geral foi normatizado em dois ciclos. Pela Reforma Francisco Campos, realizada em 1931, o ciclo fundamental (5 anos) e o complementar (2 anos); e, pela Reforma Capanema (1942) em ciclo ginasial de 4 anos de duração e o ciclo colegial de 3 anos.

Em 1933, havia 66.000 alunos no ensino secundário no Brasil. Cerca de duas décadas depois, em 1952, esse número elevou-se para 466.000 alunos e, em 1961, atingiu a cifra de 991.000 estudantes (SILVA, 1969, p. 312). Todavia, o aumento significativo de matrículas verificados nessas décadas ocorreu mantendo desigualdades regionais e diferenciações internas da rede escolar. De acordo com Schwartzman et al (2000), em 1939, havia 629 estabelecimentos de ensino secundário no Brasil, sendo 530 particulares e 99 públicos. Quase um terço das escolas estava no estado de São Paulo (196) que detinha também, a metade das escolas públicas do país, isto é, 43 estabelecimentos. Nessa linha de argumentação, vale destacar mais alguns dados.

Em 1945, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos publicou um levantamento realizado pela Divisão do Ensino Secundário do Departamento Nacional de Educação, responsável pela administração desse ramo de ensino no país. Havia em todo o território nacional 538 ginásios e 289 colégios, totalizando 827 estabelecimentos. A maior rede de escolas secundária encontrava-se nos estados de São Paulo (230), Minas Gerais (137), Distrito Federal (92) e Rio Grande do Sul (75). O estado de

Pernambuco contava com 37 escolas secundárias, sendo 20 ginásios e 17 colégios, a maioria mantidos pela iniciativa particular (O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL..., 1945, p. 282).

Jayme Abreu, técnico da Divisão Nacional de Educação, em um minucioso estudo apresentado no Seminário Interamericano de Educação Secundária, realizado em Santiago do Chile em janeiro de 1955 assinalou como essa multiplicação acelerada da população discente transcorria em meio ao anacronismo e ao tradicionalismo conservador das instituições de ensino secundário e em meio à enorme estratificação dos estudantes. Nas palavras do autor:

A escola secundária brasileira apresenta, em 1954, uma matrícula geral de 535.775 alunos, espalhados por 1.771 estabelecimentos de ensino, à base de dados do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura, que passamos a citar. Tomando por base o recenseamento de 1950, pode-se estimar a população brasileira de 12 a 18 anos, em 1954, em torno de 9 milhões e 100 mil habitantes. Assim, dessa população teoricamente em idade de frequentar a escola secundária, cerca de 6% nela estaria matriculada (ABREU, 1955, p. 43)

Ainda de acordo com Jayme Abreu (1955), o maior número de matrículas concentrava-se no ciclo ginásial (85,7% dos matriculados). Nas escolas públicas em número de 435, encontravam-se matriculados 26,8% do alunado secundarista (143.465 alunos) enquanto o maior número de estudantes estava na rede particular que compreendia 1.336 escolas (73,2% dos estudantes, compreendendo 392.310 matriculados). A maior parte dessas escolas estavam situadas nas capitais e núcleos urbanos maiores dos respectivos estados e somente 20% dos alunos concluíam o segundo ciclo (curso colegial).

Apesar da expansão ocorrida no período, um pequeno número de adolescentes e jovens brasileiros, em sua maioria do sexo masculino, tinham acesso ao secundário em meados do século XX, o que tem levado os historiadores da educação a reafirmarem o caráter elitista desse ramo de ensino antevisto nessa minoria de estudantes, geralmente pertencentes a grupos sociais de maior poder aquisitivo, matriculados, em boa parte, em instituições privadas e nos poucos colégios públicos.

A explicação para essa diferenciação regional requer o ajuste da lente de análise para as políticas educacionais empreendidas pelos governos dos estados brasileiros. Foi exatamente esse o redirecionamento adotado neste livro, que conduz o leitor para os meandros dos tortuosos caminhos da difusão do secundário no estado de Pernambuco. Não por acaso, como mostra a autora, a luta pelos ginásios nessa unidade da federação iniciou pelos estudantes e com a criação da Campanha do Ginásio Pobre. A imprensa, também, teve um papel relevante, publicizando as demandas populares e engrossando as reivindicações para uma ação mais efetiva do poder público estadual. As disputas políticas foram intensas, especialmente, para a interiorização dos ginásios públicos. A atuação do Estado se fez presente, mas cautelosa, por meio de convênios, subvenções e auxílios. Na ausência de políticas públicas, avançou a iniciativa particular, especialmente o trabalho das congregações religiosas; porém, surpreendentemente, destaca-se a diligência do poder público municipal criando e mantendo ginásios para os municípios como estratégia política de forçar a estadualização. Nesse sentido, o estudo evidencia como a iniciativa municipal sobrepujou a estadual, pois, em 1964, havia 234 unidades de ensino secundário de ciclo ginásial em Pernambuco (187 particulares, 31 municipais, 15 estaduais e 1 federal). Por todas as razões já assinaladas, o livro de Kalline Laira é uma importante contribuição para a historiografia da educação secundária brasileira e pernambucana.

Tive a satisfação de orientar a dissertação de mestrado que deu origem a este livro. Não posso, portanto, deixar de mencionar as qualidades dessa jovem pesquisadora que soube tão bem conciliar sua sólida formação em História com as perspectivas de produção do conhecimento histórico em educação. Qualidades evidenciadas no apreço pelo arquivo, na dedicação aos estudos e na determinação em superar obstáculos e limites.

*Expansão da educação secundária em Pernambuco: atores políticos e a interiorização dos ginásios públicos (1948-1963)*, de Kaline Lima dos Santos convida-nos a conhecer a história do ensino secundário e a refletir sobre o difícil acesso dos adolescentes e jovens de camadas populares à escolarização de nível médio neste país. Além disso, o livro nos sensibiliza para a temática das desigualdades educacionais levando-nos a ponderar criticamente sobre a conquista histórica do direito à educação e, nesse momento sombrio da vida nacional, nos conclama para a importância da defesa intransigente da democracia e da educação pública.

*Rosa Fátima de Souza Chaloba*

Campinas, julho de 2021. Inverno marcado por ameaças à democracia, obscurantismo político e pela tragédia humanitária de mais de 549 mil mortos pela Covid-19, que assola o país.

## Referências

ABREU, J. A educação secundária no Brasil (ensaio de identificação de suas características principais). *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 58, p. 26-104, abr./jun., 1955.

O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL em 1945. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 17, p. 283-308, nov. 1945.

SCHWARTZMAN, S.; BOMENY, H. M. B ; COSTA, V. M. R. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Edusp, 2000.

SILVA, G. B. *A Educação Secundária* (perspectiva histórica e teoria). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Atualidades Pedagógicas, v. 94).

# Introdução

Ao tratar do caso específico de Pernambuco, é digno de nota que outros estudos no campo da História da Educação e das instituições educacionais já apresentam um panoramado processo de expansão do ensino secundário na região Nordeste, mas, ainda são poucos os trabalhos que tratam da questão de Pernambuco no seu desenvolvimento educacional.

Em Pernambuco, algumas pesquisas já realizadas contribuem bastante para uma tentativa de compreensão historiográfica da educação pernambucana: Barroso Filho (2008); Souza (2005); Menezes (2015); Leal (2017). Dediquei-me à revisão bibliográfica, investigando como a temática vem sendo representada nos estudos historiográficos em Pernambuco e sua contribuição para a História da Educação Brasileira. O principal estudo referente ao ensino secundário em Pernambuco, que dará o tom aos demais estudos apresentados, refere-se à tese de Geraldo Barroso Filho, especificamente sobre o Ginásio Pernambucano, mas que, sobretudo, apresenta um panorama da educação pernambucana nos anos 1950. Trata-se da pesquisa *Formando individualidades condutoras: o Ginásio Pernambucano nos anos 50* (BARROSO, 1998), na qual o autor fez uma revisão da literatura <sup>1</sup>contemporânea do ensino secundário como

---

<sup>3</sup> O Ginásio Pernambucano é uma tradicional instituição de ensino médio localizado na cidade do Recife, Estado de Pernambuco. Fundado em 1825, é o mais antigo colégio do país em atividade. Ele foi criado por decreto do presidente provincial José Carlos Mairink da Silva Ferrão, com o nome de Liceu Provincial de Pernambuco. Em 14 de maio de 1855, mudou de nome para Ginásio

tema geral, apresentando um quadro de estudo assinalando a tendência prevaiente do ensino médio de todo o país. Nos anos 1950, o ensino particular era responsável por 80% das matrículas do ensino secundário existente no país. Segundo Barroso Filho (2008), o acesso aos estudos pós-primários era, na prática, um privilégio daqueles que podiam pagar mensalidades escolares. Àqueles que não dispunham de condições para se sustentar em escolas privadas, restava ou prestar concurso de admissão aos poucos ginásios gratuitos então existentes, ou postular bolsas de estudo para frequentar escolas particulares sem pagar (ou pagando mensalidades menores). Apesar dos reclames pela maior presença do Estado na expansão da oferta de vagas em escolas públicas secundárias, esse papel era muito tímido.

Pernambuco seguia a tendência no país no que se refere à oferta escolar, praticamente monopolizada pela iniciativa privada ou mantida por uma diversidade de ordens religiosas, ou mesmo pelo próprio município. Os estabelecimentos de ensino público mais antigo de Pernambuco eram o Ginásio Pernambucano (GIP)<sup>3</sup> e a Escola Normal de Pernambuco<sup>4</sup>,

---

Pernambucano. Em 1893, no governo de Alexandre José Barbosa Lima, recebeu o nome de Instituto Benjamin Constant, porém, voltou rapidamente à antiga denominação. Em 1942, passou a ser chamado Colégio Pernambucano e, logo em seguida, Colégio Estadual de Pernambuco. Em 1974 por decreto do governador Eraldo Gueiros Leite voltou à antiga denominação de Ginásio Pernambucano.

<sup>4</sup> A Escola Normal Oficial de Pernambuco foi inaugurada em 1865, hoje denominada Escola Sylvio Rabello. A Escola recebeu diversos nomes ao longo da sua trajetória. Ficava localizada nas dependências do Ginásio Pernambucano. No período do Estado Novo, com a intervenção em Pernambuco, de 1930 a 1947, o interventor general Dermeval Peixoto acatou a ordem da Lei Orgânica pelo Decreto n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, passando a Escola Normal para o Instituto de Educação. A criação do Instituto de Educação de Pernambuco ocorreu pelo Decreto-Lei 1.448, de 3 de setembro de 1946.

instituições cuja origem remonta ao período imperial, destinadas como símbolo de tradição escolar centenária, voltados à “formação humanista das individualidades condutoras”, que estavam distantes da população interiorana.

De acordo com Barroso Filho (2008), o marco simbólico do início da expansão do ensino público secundário no estado de Pernambuco é o ano de 1949, quando começaram a funcionar, instituídas pela Lei nº 406, de 28 de dezembro de 1948, as primeiras turmas noturnas do Ginásio Pernambucano, então denominado Colégio Estadual de Pernambuco. A abertura de cursos noturnos foi uma forma de atender aos apelos da população pernambucana por maior oferta de ensino gratuito sem a construção de novos edifícios. Além disso, essa estratégia se tornou uma maneira de atender a segmentos específicos (alunos trabalhadores) para escapar de eventuais críticas sobre o favorecimento a setores privilegiados. O autor mostra, como no final da década de 1950 e no decorrer dos anos 1960, a existência de ginásio na localidade era considerado um privilégio de algumas poucas cidades de maior porte. O ginásio era considerado um símbolo de prestígio e poder político da cidade; uma conquista, uma meta, uma representação de evidente “progresso” e “desenvolvimento”. Em síntese, a pesquisa desse autor possibilita-nos uma ampla compreensão da situação educacional em Pernambuco e como foi construído um imaginário social em torno das possibilidades de ascensão social por meio do ensino secundário, dos próprios interesses políticos-eleitorais, entre outros fatores que conjugaram a uma pressão pela popularização/massificação do ensino.

Nota-se, também, a influência do estudo do Barroso Filho (2008), pois a maioria dos pesquisadores que já trataram do tema utilizaram-no como referência, não somente pelas questões relacionadas ao Ginásio



Pernambucano, mas por suas contribuições em relação às políticas educacionais e sociais e o contexto sociocultural de Pernambuco referente a meados do século XX.

Pode-se perceber que não há estudos específicos tratando da atuação dos atores políticos para a compreensão da expansão dos ginásios públicos, assim como não há discussões aprofundadas sobre o processo de criação dos ginásios, sobre projetos de leis, decreto-lei, políticas de financiamento do ensino secundário. Nesse sentido, com as lacunas apresentadas nas pesquisas já desenvolvidas, procurou-se preencher as dúvidas suscitadas na investigação.

A delimitação temporal apresentada abrange o período entre 1948 a 1963, iniciando com os primeiros debates levados a termo na Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco sobre a criação de ginásios gratuitos, tendo como pauta de discussão o convênio estabelecido entre os governos Federal e Estadual de Pernambuco para a criação do primeiro ginásio público no interior desse estado. O período recobre as quatro primeiras legislaturas da Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe), caracterizada pelo pluripartidarismo, quando se verifica uma intensa intervenção dos deputados na vida política. Partindo dessa problemática do ensino secundário, particularmente da sua pressão social para a ampliação de vagas em ginásios públicos, apontamos os seguintes questionamentos: Como ocorreu o processo de expansão do primeiro ciclo do ensino secundário público em Pernambuco? Como os atores políticos estaduais, municipais e federais atuaram na criação desses estabelecimentos de ensino? Quais foram as políticas de financiamento para a criação desses ginásios? Como diz Marc Bloch (1997, p. 17): “não é verdade que, para agir avisadamente, é necessário, primeiro, compreender?”.

## **Por uma História Política na História da Educação: entre a cultura política e o campo político**

De acordo com os preceitos estabelecidos por Certeau (1982), é necessário que o historiador primeiramente estabeleça as fontes, reordenando os documentos de forma coerente, dando um novo sentido ao conjunto – o que ele chama de “operação historiográfica”. Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômica, político e cultural. É em função deste lugar que se instauram os métodos, os documentos e as questões propostas, que se organizam constituindo uma escrita histórica. Constituir uma Nova História Política na História da Educação possibilita ampliar os modelos interpretativos, referenciais teóricos, objetos de investigação, as fontes documentais e as metodologias de pesquisa, como também possibilita formular um outro olhar para as políticas públicas de educação no nosso país.

A Nova História Política relaciona-se com os fatos sociais, e a educação é uma dimensão na qual perpassa por determinações políticas, econômicas, sociais e culturais, que é atravessada pelo campo político. Os debates acerca da História Política não são recentes. A maior contribuição para a década de 1930 ocorreu quando a *École des Annales* propôs a substituição da história política factual, centrada nas batalhas e suas grandes personagens, por uma história-problema, dialogando com outras disciplinas, como as Ciências Sociais, ampliando seu objeto e analisando diversos aspectos da vida humana. A crítica ao Positivismo, entre outros, mostrou que o espaço social não determina limites a serem investigados pelo historiador. Esse novo paradigma proposto pela terceira geração dos *Annales* resultou nas fontes históricas que também se ampliam em

quantidade e forma de acordo com os novos interesses. Rémond<sup>5</sup> (2003) obteve sucesso com a história política contemporânea, inaugurando a “história cultural do político”. A ambição *des Annales* de construir uma História da totalidade, levou os estudos da história política ao ostracismo. Entretanto, na década de 1950, os estudos de René Rémond sobre a direita francesa, nos séculos XIX e XX, analisando discursos, modos de expressão e comportamento dos políticos romperam com essa perspectiva factual. Ainda foi preciso mais duas décadas para que as pesquisas, que seguiam a linha proposta por Rémond, se renovassem. Essas renovações teóricas ultrapassaram os limites da<sup>2</sup> História Política e atingiram o campo da História Cultural.

Adotei a premissa de que, para analisar a atuação dos atores políticos e a política de expansão dos ginásios, seria necessário conhecer como funciona o campo político, isto é, seu conjunto de formalidades, rituais, regras e conceitos. Ou seja, na convergência entre a Nova História Cultural e a Nova História Política, está a categoria utilizada para esta pesquisa: cultura política. De acordo com as análises da Ângela de Castro Gomes (2007), esse conceito permite “explicações/interpretações sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades”. Dentro dessa categoria, recorre-se ao conceito de campo político proposto por René Rémond (2003) dialogando com a perspectiva de campo

---

<sup>5</sup> Grupo de pesquisadores da Fondation Nationale des Sciences Politiques, cuja especialização no campo da História Política vem de longa data. Assim, parece curioso que, somente nos anos 1980, esse grupo realize uma espécie de manifesto com a publicação do livro *Por uma História política*, de René Rémond, em favor de seu campo de pesquisas, embora ele rejeite o termo já na Introdução”. Ao contrário, Rémond pretende que o livro seja uma “afirmação coletiva, feita numa etapa do caminho. RÉMOND, R. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 2003.

bourdieusiana. Essa abordagem permite compreender as articulações geradas pelos sujeitos e instituições nas políticas de financiamentos dos ginásios e suas propostas de criações. Tal interpelação busca uma compreensão articulada entre o campo político e o social, gerando análises com os fatos sociais e culturais sobre as questões educacionais da sociedade brasileira.

Para Rémond (2003), a política não se resume ao Estado e suas instituições, mas constitui as massas e as demais organizações da sociedade civil. A história política é como uma zona de conexão com o todo social. Para o autor, o político não constitui um setor separado: é uma modalidade da prática social, é compreendê-lo como fenômeno social, no qual ele se liga por mil vínculos, por toda espécie de laços a todos os outros aspectos da vida coletiva. Não existe um limite de fronteira. O campo político tem caráter plural e possibilita uma integração com outros setores da sociedade. Ele pode suscitar uma legislação, interferir na ciência, e ter implicações na cultura e educação, segundo o jogo de interesses, e por relações de poder no interior das elites políticas regionais. Segundo René Rémond (2003, p. 24):

À medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar a produção, a construção de moradias, a assistência social, a saúde pública, a difusão da cultura, esses setores passaram, uns após os outros, para os domínios da história política. Com isso desabou a principal objeção a esse tipo de história: como sustentar ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades, quando ele tem por objetivo geri-las? A prova disso está na atração cada vez maior que a política e as relações com o poder exercem sobre agrupamentos cuja finalidade primeira não era, contudo, política: associações de todos os tipos, organizações socioprofissionais, sindicatos e igrejas, que não podem ignorar a política.

Na perspectiva bourdieusiana, o campo político é um espaço social multidimensional de relações político-sociais entre esses atores; a ação dos agentes (deputados estaduais, partidos políticos, Poder Executivo, líderes políticos locais, etc.) que compartilham interesses em comum e disputam objetivos específicos, conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribui para a conservação ou a transformação de sua estrutura (BOURDIEU, 2011, p. 56). A história política não se fecha por si mesma, ela estabelece ligações com o econômico, o cultural e o ideológico e educacional. Segundo Bourdieu (2011, p. 1999):

Assim, o fato de o campo político ser autônomo e ter sua lógica própria, lógica que está no princípio dos posicionamentos daqueles que nele estão envolvidos, implica que existe um interesse político específico, não automaticamente redutível aos interesses dos outorgantes do mandato. Há interesses que se definem na relação com as pessoas do mesmo partido ou contra as pessoas dos outros partidos. O funcionamento do campo produz a espécie de fechamento.

Utilizo e penso o conceito de “interiorização” como resultado do campo político, sendo o próprio termo um conceito político que ocorre em confluência com as transformações econômicas, sociais e culturais, tendo em vista a reestruturação territorial do município, resultante da intensificação das atividades socioeconômicas. Portanto, a interiorização é resultado de um desenvolvimento regional, implicado em uma política pública de interiorização que os políticos utilizavam como um discurso na defesa regional, utilizando artifícios políticos ideológicos para legitimar a adoção de políticas, seja por meio da criação de projetos de leis, programas e convênios de financiamento educacional proposto pelo jogo político.

As análises realizadas nos pronunciamentos dos deputados na Assembleia Legislativa, na defesa de seus projetos de leis para a criação dos ginásios públicos, fizeram perceber o discurso da interiorização da elite política pernambucana. Por ser um grupo heterogêneo, buscou-se estabelecer relações de pertencimento e sociabilidade, de acordo com o campo de forças que esses sujeitos integravam, seus compartilhamentos e interesses que apoiassem suas ações e propostas para a educação. Havia uma aliança formada por grupos do mesmo partido compartilhando desejos ideológicos, que simpatizavam por serem da mesma área regional e defendiam o interesse do seu “quociente eleitoral nas zonas”. Do outro lado dessa dinâmica política, havia o poder Executivo constituindo sua política de educação para o desenvolvimento, estabelecendo convênios com o município, poder federal e organismos internacionais.

A renovação historiográfica da Nova História Política contribuiu também para uma inovação nos documentos, ampliando e enriquecendo os estudos do campo educacional. Essa ampliação de abordagem, objetos e fontes colaborou para consolidar a História da Educação como um complexo(elástico) e fecundo campo de investigação.

[...] aproximação cada vez mais fecunda com a disciplina de história, seja pelo exercício de levantamento, organização e ampliação da massa documental a ser utilizada nas análises, seja pelo acolhimento de protocolos de legitimidade da narrativa historiográfica (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 139).

A Nova História Política dispõe de grandes massas documentais passíveis de quantificação, tais como projetos de lei, dados eleitorais e partidários, trabalhando na duração, apoderando-se dos fenômenos mais

globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, nas estruturas sociais, e de *habitus*, possibilitando esta pesquisa por conter diversas fontes possíveis de analisar e reconstituir por meio delas uma História Política da Educação em Pernambuco, análoga com a configuração estatal e suas implicações nas políticas educacionais, especialmente na criação de ginásios de primeiro ciclo públicos.

Fez-se um levantamento na Assembleia Legislativa de Pernambuco, obtendo-se acesso aos projetos de leis, decretos de leis e anais da Câmara, sendo possível realizar um mapeamento de quantos projetos de leis foram propostos pelo Poder Legislativo e decretos de lei do Poder Executivo durante os anos 1948 a 1963. A natureza dos projetos era diversa, sendo que muitos dos projetos se destinavam a subvenções, bolsa escolar, crédito à Prefeitura para manutenção do ginásio, construção e implantação dos ginásios e leis de gratuidade ao ensino secundário no Estado de Pernambuco.

No Arquivo Público de Pernambuco, fez-se a coleta das mensagens de governadores envolvendo diversos aspectos da administração pública, constituindo relatórios de governo na área da Saúde, Educação, Agricultura, balanços de governo. Segundo Araújo (2012), as mensagens podem ser compreendidas como uma modalidade de discurso político, que está inerentemente implicado com o poder, seja estadual ou federal, sendo uma expressão de prática social. Neste estudo, serão utilizadas as mensagens dos respectivos governos: Alexandre Sobrinho – PSD (1950); Etelvino Lins – PSD (1955); Cordeiro Farias – PSD (1959); Cid Feijó – PSD (1962).

Na Biblioteca Nacional Digital (Hemeroteca), obteve-se acesso ao *Diário Oficial de Pernambuco*, os periódicos: *Diário de Pernambuco*, *Jornal o Pequeno* e *Jornal da Manhã* periódicos de circulação da época. Foram

utilizados Anuários Estatísticos do Brasil, Anuários Estatísticos de Pernambuco, documentos administrativos e pedagógicos, relatórios da diretoria de ensino e Sinopses Estatísticas do Ministério da Educação. Foi consultada também a documentação do Centro de Pesquisas Educacionais de Pernambuco, sendo utilizado o periódico *Cadernos de Educação*, no qual eram publicados os projetos desenvolvidos sobre a educação pernambucana, tal como a legislação do período, de modo a compor um amplo e diversificado conjunto de documentos.

O livro divide-se em três capítulos. Apresenta-se no primeiro capítulo o debate do acesso ao ensino secundário de primeiro ciclo em Pernambuco e as primeiras ações do Estado para suprir as reivindicações que a sociedade demandava para a ampliação das oportunidades educacionais; uma seção específica trata da Campanha dos Educandários, movimento importante de iniciativa de estudantes secundaristas que constituiu a criação do primeiro ginásio gratuito “noturno”, além dos apontamentos acerca da lentidão na expansão do ensino secundário em Pernambuco comparada com outros estados do Brasil.

No segundo capítulo é realizada uma análise das discussões e dos argumentos propostos pelos deputados, por meio do debate no campo político para a criação dos ginásios e o processo de interiorização, com destaque para o protagonismo dos atores políticos na apresentação dos projetos de leis de criação dos ginásios. O terceiro capítulo examina o protagonismo da atuação dos municípios na criação e manutenção de ginásios. A análise coteja propostas regionais, como o zoneamento para o desenvolvimento educacional das regiões pernambucanas, levando em conta os dados orçamentários destinados à educação pública em Pernambuco, e a discriminação de subvenções durante os governos que se estabeleceram no estado, além das parcerias com órgãos internacionais para



viabilizar verbas para o sistema educacional. Por fim, apresento as considerações que a pesquisa possibilitou sobre a questão da expansão dos ginásios e a atuação que o campo político instituiu na sua ação em diversos níveis administrativos, contribuindo assim para a História da Educação brasileira, como para os estudos ainda iniciais da História do Ensino Secundário em Pernambuco.

# Capítulo 1

## Debate Político Educacional da Educação Secundária no Estado de Pernambuco (1950-1960)

O ensino secundário no Brasil, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases n.º 4.024/61, foi um curso de cultura geral e humanística, com um rígido sistema de provas e exames que mantinha sua seletividade, reservada a certas categorias sociais e constituía um caminho natural e praticamente exclusivo para o ensino superior; um filtro da discriminação econômica, impedindo que os filhos das classes mais modestas tivessem acesso ao ensino pós-primário público. A revolução de 1930<sup>6</sup>, com a vitória de Getúlio Vargas, direcionou no seu plano de governo uma preocupação com o modelo de educação brasileira, uniforme e rígido de formar uma elite intelectualmente sofisticada, resultando na criação de um sistema educativo centralizador. Valores como nacionalismo e conservadorismo foram impregnados, com influência da Igreja Católica. Em 1930, foi criado o Ministério da Educação, sendo denominado Ministério da Educação e Saúde Pública, um dos primeiros atos do Governo Provisório de Vargas (1930-1934).

Os principais políticos protagonistas do seu governo foram os ministros da educação Francisco Campos e Gustavo Capanema. No espectro que rondava as transformações no Brasil, com Getúlio Vargas no

poder, fez-se uma nova constituição elaborada por Francisco Campos, isto é, um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937. Segundo Valdemar (1952), esta Carta foi *imposta* ao país sem consulta, com pretexto de “aperfeiçoar” as instituições, conjurar o “perigo comunista” e “realizar a república”: na verdade, eliminou a vida partidária e instaurou um personalismo despótico, montado em uma burocracia formidável. Considerada uma “deformação democrática”, reduzido a pedestal para um superpresidencialismo, cercado de “eminências pardas”<sup>3</sup> e oligarquias oscilantes, órgãos novos, siglas (inclusive o Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP), invenções terminológicas e experiências administrativas concentradas em tornoda hegemonia do Executivo.

Na esfera educacional, a Constituição de 1937 a retrocedeu, à medida que se vinculou a educação a valores cívicos e econômicos. Não houve preocupação com o ensino público, sendo o primeiro dispositivo dedicado a estabelecer a livre iniciativa. A centralização foi reforçada não só pela previsão de competência material e legislativa privativa da União em relação às diretrizes e bases da educação nacional, sem referência aos sistemas de ensino dos estados, como pela própria rigidez do regime ditatorial. Segundo Pompeu (2005, p. 71), a Carta priorizou a escola particular, “criando um verdadeiro hiato entre o ensino dos pobres, classes

---

<sup>6</sup> Movimento armado iniciado no dia 3 de outubro de 1930, sob a liderança civil de Getúlio Vargas e sob a chefia militardo tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, com o objetivo imediato de derrubar o governo de WashingtonLuís e impedir a posse de Júlio Prestes, eleito presidente da República em 1.º de março. O movimento se tornou vitorioso em 24 de outubro e Vargas assumiu o cargo de presidente provisório em 3 de novembro do mesmo ano. As mudanças políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar na sociedade brasileira no pós-1930 fizeram com que esse movimento revolucionário fosse considerado o marco inicial da Segunda República. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/REVOLU%C3%87%C3%83O%20DE%201930.pdf>

menos favorecidas e o ensino daqueles que podem pagar as classes mais favorecidas”. A gratuidade foi tratada como uma exceção a quem poderia alegar ser pobre na forma da lei; aos outros que não pudessem alegar escassez de recursos, seria cobrada uma contribuição mensal”.

O atraso e a desigualdade educacional brasileira são um reflexo das políticas educacionais com viés elitista, conservador e seletivo, além da preponderância do ensino confessional na educação brasileira que perdurou por décadas em nossa sociedade. Segundo as reformas que foram instituídas ao ensino secundário, de Francisco Campos (1931) e Gustavo Capanema (1942), elas reforçaram a dualidade quanto à formação profissionalizante e à função de formar uma sólida cultura geral, elevando a consciência patriótica e humanística e preparatória ao ensino superior.

Na organização do ensino secundário estabelecida pela Reforma de Francisco Campos (1931), vários decretos efetivaram a legislação educacional, que estruturou e centralizou para a administração federal os cursos superiores, o ensino secundário e o ensino comercial (ensino profissionalizante). Essa reforma se restringiu aos níveis de ensino secundário e superior, os mais procurados pelas elites, não contemplando o ensino primário ou elementar e o ensino normal, que permaneceram da alçada dos estados. O Decreto n.º 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidou as disposições sobre a estruturação do ensino secundário (BRASIL, 1932).

Segundo Souza (2008), o ensino secundário teve sua duração estendida para sete anos, divididos em dois ciclos. O primeiro, de cinco anos, era o ensino secundário fundamental, cujo conteúdo enciclopédico revelava o objetivo de “formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional”. O outro objetivo era preparar candidatos para o ensino superior, sendo inerente ao segundo ciclo (o curso secundário

complementar), de três anos, dividido por sua vez em três seções, cada uma correspondente a um grupo de cursos superiores: engenharia e agronomia; medicina, odontologia, farmácia e veterinária; direito e educação (depois filosofia), ciências e letras. De acordo com Cunha (1999), a intenção dessa estruturação era que o ensino secundário deixasse de ser restrito ao caminho da universidade, atribuindo uma finalidade educativa geral, porém, mesmo com essa proposta, sua estrutura continuava sendo um ensino especial, com um currículo fixo e enciclopédico que não representavam a realidade das camadas populares no Brasil, mas priorizava uma minoria com condições econômicas e sociais privilegiadas, contudo, o Brasil mantinha um dualismo essencial em todas as suas iniciativas educacionais.

Essa tendência da dualidade ganhou maior destaque com a instituição das Leis Orgânicas do Ensino Secundário de 1942, estabelecido pelo ministro Gustavo Capanema. O texto da lei explicitava que o ensino secundário destinava-se às elites condutoras do país e um ensino profissionalizante destinado à formação da classe trabalhadora, antes da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei n.º 4.244 de 09/04/1942), que estruturou o ensino no Brasil durante vinte anos.

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo (BRASIL, 1942, p. 1).

A educação nesse período ocuparia um lugar de destaque dada a complexidade da sociedade urbano-industrial que estava se consolidando; a politização frente às questões educacionais foi acompanhada no sentido de “criar um ensino mais adequado à ‘modernização’ do país, com ênfase na capacitação para o trabalho e na formação das ‘elites’” (MORAES, 2000, p. 133). A nova elite econômica que emergiu no Brasil seguiu os modelos do passado, assenhoreando-se do poder político, traduzindo seus privilégios em leis. O próprio processo de crescimento do ensino estava ligado a causas sociais e econômicas. Embora o período do Estado Novo não seja o marco temporal inicial da pesquisa, para fins de um melhor entendimento sobre as implicações entre a expansão do ensino secundário no país e o modelo de educação desenvolvido, interessa abordar esse período.

No mesmo ano, ocorreu o fim do Estado Novo, com Getúlio Vargas (1930-1945) sendo forçado a deixar o governo, possibilitando uma reorganização do bloco político no país. Surgiram novos partidos, com destaque para a União Democrática Nacional (UDN), congregando a elite nacional e parte das classes médias urbanas; o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que voltava à legalidade; o Partido Social Democrata (PSD), composto de grandes fazendeiros e da alta burguesia industrial e financeira, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), constituído pelos sindicatos de trabalhadores que mantinham relação com Vargas. Formaram-se chapas e se apresentaram os seguintes candidatos à presidência da República: Eurico Gaspar Dutra, pela coligação PTB-PSD; Yêdo Fiúza, pelo PCB; e o Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN. Paralelamente à campanha eleitoral, crescia um movimento apoiado por Getúlio conhecido por “Queremismo”, que propunha a continuação de Vargas na presidência até que fossem realizadas eleições parlamentares e formada uma Assembleia Constituinte que decidiria qual seria o sistema de governo a ser adotado

no Brasil, bem como as regras para a escolha do novo presidente. Ocorreram novas eleições para Presidente da República, ganhando o general Eurico Gaspar Dutra, que governou de 1946 a 1951, iniciando a fase da História brasileira denominada República Populista<sup>7</sup>, que se estendeu até 1964, quando se iniciou o Regime Militar.

Como afirma Gomes (2007) a denominação de um período populista foi marcada por uma intensa participação política da sociedade (todos os segmentos integrados), em uma colisão ideológica que tinha como pano de fundo o contexto da Guerra Fria. O cenário político brasileiro se dividiu em dois grupos: os progressistas, que defendiam o nacionalismo econômico, restrição ao capital estrangeiro, intervenção do Estado na economia, ampliação de políticas sociais e uma desvinculação da política externa dos EUA. De outro, havia os conservadores, que defendiam a não intervenção do Estado na economia, a liberdade do capital estrangeiro no Brasil e o combate à reforma agrária. Assim, todos os governos do período foram marcados pela disputa entre progressistas e conservadores, com um pluripartidarismo expresso nos embates.

Essas remodelações políticas na sociedade brasileira tiveram reflexos na educação e novas disputas estavam postas no campo educacional em várias regiões do país; elas refletiam os interesses ligados às disputas entre o capital nacional e estrangeiro. Em 1946, o Brasil editou sua quinta Constituição republicana<sup>8</sup>, os debates educacionais que constituíram as polêmicas na Constituinte tiveram vários vieses, atravessados pela luta social em curso, de ordem políticas, sociais e ideológicas, resultando em um debate e consenso ideológico permitindo a aplicação dos dispositivos legais. As discussões apresentadas estavam pautadas em problemas educacionais vinculados à religião e à escola particular, com destaque para questões como a laicidade do ensino, a

liberdade do ensino oficial e a responsabilidade do Estado. Na Constituinte, Agamenon Magalhães (PSD) presidiu a Comissão Constitucional e a Subcomissão de Ordem Econômica e Social juntamente com Arruda Câmara (PDC), sendo as correntes conservadoras da educação que representavam os interesses da Igreja Católica e dos particulares. O texto constitucional aprovado é um documento político que não teve maiores inovações. Voltou-se, de certa forma, a 1934. Segundo José Murilo de Carvalho (2002, p.34):

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos. Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar de tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Vários partidos políticos nacionais foram organizados e funcionaram livremente dentro e fora do Congresso, à exceção do Partido Comunista, que teve seu registro cassado em 1947. [...]. Foram mais de dez anos de intensa luta política que poderiam ter resultado na consolidação democrática, mas que terminaram em derrota dos herdeiros de Vargas e também do primeiro experimento democrático da história do país.

Oliveira (1996, p. 164) comenta que “O Texto de 1946 é limitado em relação a uma série de questões fundamentais para construir uma sociedade democrática, mas é preciso reconhecer que foi sob sua vigência que vivemos quase vinte anos de democracia”. A Constituição de 1946 aprovada trouxe princípios importantes para a educação. No que se refere à questão das verbas e à responsabilidade do Estado na estruturação e manutenção do sistema de ensino, estabeleceu como responsabilidade da



União “legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional”. Essa determinação foi influenciada pela Carta Brasileira da Educação Democrática, aprovada na Conferência Brasileira de Educação, realizada no Rio de Janeiro de 22 a 28 de junho de 1945, organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE), considerando a educação democrática “fundada no espírito da liberdade e no respeito à pessoa humana, assegura a expansão e expressão da personalidade, proporcionando a todos igualdade de oportunidades, sem distinção de raças, classes ou crenças, na base da justiça social e da fraternidade humana, indispensáveis a uma sociedade formada pelo espírito de cooperação e do conhecimento” (BRASIL, 1946)

Para dar cumprimento aos dispositivos constitucionais de 1946, uma comissão de educadores, nomeada pelo governo, elaborou um anteprojeto de lei que, transformado em projeto em 1948, após tramitar quase treze anos no Congresso Nacional, deu origem à conhecida LDB 4.024/61 (GARCIA, 1980, p. 132), debate que será travado entre a escola pública e a escola privada pela hegemonia no campo do ensino.

(...) o direito de todos à educação, obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário. Esses princípios progressistas, no entanto, não garantiram a universalização sequer da escola primária para todas as crianças brasileiras, ou seja, a sequência de reformas que vimos, especialmente nos seus aspectos mais democráticos, poucosáia do papel. Aliás, um traço recorrente das políticas educacionais brasileiras: incorporação de princípios democráticos que não chegam a serem postos em prática. A Constituição de 1946, por outro lado, previu, pela primeira vez, a elaboração de uma lei específica para a educação brasileira: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que viria a ser aprovada apenas em 1961. (GARCIA, 1980, p.141).

Das disposições sobre educação foram alteradas as normas programáticas para adcentralização dos encargos educacionais que se concentravam na União, passando para os Estados e Distrito Federal, reconhecendo assim, explicitamente, os sistemas estaduais de ensino. A Constituição possibilitou aos estados poderem organizar, eles próprios, seus sistemas de ensino, dentro de um sistema estadual com autonomia pedagógica. No texto da Constituição estava previstoque:

Art. 169. Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 170. A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios.

*Parágrafo único.* O sistema federal de ensino terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o país nos estritos limites das deficiências locais.

Art. 171. Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino.

*Parágrafo único.* Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirádo respectivo Fundo Nacional.

Art. 172. Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar. (BRASIL, 1946).

O contexto político internacional provocado pela Guerra Fria influenciou as decisões políticas do período. O alinhamento do governo de Eurico Gaspar Dutra por uma posição com as diretrizes dos EUA resultou no rompimento de relações com a URSS, indicando assim sua

política em direção a uma aliança conservadora, e economicamente liberal. O campo educacional foirefletido pelas dicotomias políticas do período. Segundo Vieira (2002, p. 2007):

Assim, não é de se estranhar a convivência entre tendências conservadoras e liberais, traço marcante do debate traduzido na Constituição de 1946. Tal característica também se manifesta na longa tramitação do primeiro projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), cuja versão final é aprovada em 1961.

Do início até meados do século XX, grande parte da população brasileira ainda era analfabeta. Em 1900, a população brasileira era de 17.438.434, sendo que 65,3% daqueles que tinham 15 anos ou mais não sabiam ler e escrever. Em 1950, a população havia crescido para 51.944.397 habitantes. Entre os indicadores educacionais, a taxa de analfabetismo, em 1940, conforme os censos demográficos, era de 56% da população brasileira com mais de 15 anos de idade. Esse percentual diminuiu para 50,5%, em 1950, e 39,6% em 1960 (IBGE, 1950a). Um dos aspectos que mais marcaram o sistema educacional, a partir de 1950, foi a expansão geral do ensino. No Brasil, as matrículas de ensino primário e de ensino médio, entre 1920 e 1960, ultrapassaram os índices de crescimento populacional. Mesmo com esse crescimento, o acesso à escolarização era limitado para a população.

**Tabela 1 - Indicadores demográficos e econômicos e taxa de alfabetização (1900-1950)**

Indicadores	1900	1920	1940	1950
<b>População total</b>	17.438.434	30.635.605	41.236.315	51.944.397
<b>Densidade demográfica</b>	2,06	3,62	4,88	6,14
<b>Renda per capita</b>	55	90	180	-
<b>% população urbana</b>	10	16	31	36
<b>% de analfabetos (15 anos e mais)</b>	65,3	69,9	56,2	50,0

**Tabela 2 - Evolução do crescimento populacional e da escolarização. População de 5 a 19 anos (1920-1950)**

Ano	População de 5 a 19 anos	Matrículas no Ensino Primário	Matrículas no Ensino Médio	Total de matrículas	Taxa de escolarização	Crescimento da população	Aumento de matrículas
1920	12.703.077	1.033.421(*)	109.281(*)	1.142.281(*)	8,99	100	100
1940	15.530.819	3.068.269	260.202	3.328.471	21,43	122,26	291,28
1950	18.826.409	4.366.792	477.434	4.924.226	26,15	148,20	430,92

Nesse mesmo período, as taxas de matrículas e os anos de escolaridade média eram menores que os apresentados por países vizinhos como Argentina ou Bolívia (KANG, 2011). Sem dúvidas, houve mudanças na política educacional na passagem entre os distintos regimes, o Estado Novo e a República Populista de Getúlio. Entretanto, a persistência do atraso educacional brasileiro e uma minoria tendo acesso à escola foram os fatos mais marcantes ao longo de todo o período. Nos anos 1950, o país passou por uma euforia modernizadora, com esperanças de um futuro de “progresso”, superação do passado agrário e oligárquico. Segundo Barroso Filho (2008, p. 12),

[...] convencidos da inevitabilidade do progresso industrial e da necessidade de democratizar a sociedade brasileira, os missionários do desenvolvimentismo esforçaram-se para fazer da educação escolar – espelhado nos “países mais adiantados” – a alavanca para a instauração de um futuro pleno de novidades positivas, um futuro moderno. E a educação escolar era apresentada como um fator decisivo para a superação da pobreza, da ignorância e do “atraso”. [...].

A escola era difundida como uma forma para superar os muitos desequilíbrios econômicos e sociais do país. O resultado dessa propaganda gerou uma atmosfera entre os setores sociais para a ampliação da oferta do ensino secundário no país. O discurso político, modernizador e civilizador de que uma escolarização mais prolongada seria a solução não apenas de futuras mudanças econômicas e sociais, mas asseguraria o acesso aos desejados postos de trabalho intelectual foram legitimados. Assim, os anos da “República Populista” foram um tempo privilegiado para observar os dilemas que emergiram no processo de expansão da escola secundária, principalmente o confronto entre essa tradição elitista e as pressões pela sua democratização (BARROSO FILHO, 2008). Os anos 1950 tiveram novos direcionamentos para o ensino secundário, com a criação da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), cuja criação objetivava promover as medidas necessárias à elevação do nível e à difusão do ensino secundário no país. Para Nunes (1979, p. 48),

o ensino secundário crescia desigualmente em todo o país, sendo conduzido, no seu alargamento, pela iniciativa particular. A ação privada, no que diz respeito à generalização do ensino secundário, foi

preponderante até meados dos anos 60, embora de modo já não tão marcante como nos anos 40.

Segundo os dados estatísticos de matrícula do ensino secundário, este ramo do ensino médio teve um aumento de fato entre os anos 1950 e 1960, preponderantemente, a expansão foi promovida pela iniciativa privada com o aval constitucional, como já mencionado na Constituição de 1946, realizando-se com a ausência de uma política educacional voltada para a expansão do ensino secundário. De acordo com o Capítulo II, do Título VI consagrado à educação e à cultura, propôs no Art. 167 que: “O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem. Assim, legitimando a atuação do poder privado.

**Tabela 3 - Dados estatísticos da matrícula do ensino secundário**

<b>Ano</b>	<b>1949</b>	<b>1952</b>	<b>1955</b>	<b>1963</b>
<b>n.º de Matrículas</b>	<b>365.851</b>	<b>466.887</b>	<b>603.518</b>	<b>1.246.125</b>

**Fonte:** Adaptado de BRASIL (1949/1965).

A escola secundária brasileira apresentava, em 1954, uma matrícula geral de 535.775 alunos, espalhados por 1.771 estabelecimentos de ensino, conforme dados do Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura. Tomando por base o recenseamento da década de 1950, pode-se estimar a população brasileira de 12 a 18 anos em torno de 9,1 milhões de habitantes. Assim, dessa população, teoricamente em idade de frequentar a escola secundária, cerca de 6% nela estaria matriculada. Em muitas cidades brasileiras, sentia-se a necessidade de implantar o ensino secundário e/ou de ampliar a sua oferta. Num estudo sobre a educação secundária no Brasil, publicado em 1955, Jayme Abreu, utilizando dados

do relatório *O ensino, o trabalho, a população, a renda – evolução em um decênio*, realizado pela CAPES em 1954 verificava que o crescimento de matrículas do curso em questão, no período de 1933 a 1954, atingira 490% (INEP, 1955, p. 14). No entanto, esse aumento gradativo do ensino secundário não significava uma real democratização escolar. Além desse fato, persistiam os altos índices de reprovação e evasão, ou seja, um ensino marcado pela seletividade (SOUZA, 2008).

A Tabela 4 apresenta como estavam distribuídas às entidades mantenedoras do ensino secundário no Brasil, entre 1954 e 1958, apontando o protagonismo do ensino particular como mantenedor do ensino ginásial no país.

**Tabela 4 - Ensino Secundário segundo as entidades mantenedoras no Brasil**

<b>Ciclo Ginásial</b>	<b>Federal</b>	<b>Estadual</b>	<b>Municipal</b>	<b>Particular</b>
<b>1954</b>	19	348	68	1344
<b>Ciclo Ginásial</b>	22	548	92	1709
<b>1958</b>				
<b>Ciclo Colegial</b>	18	198	12	497
<b>1954</b>				
<b>Ciclo Colegial</b>	25	271	20	406
<b>1958</b>				

Em 1954, foi criado o Fundo Nacional de Ensino Médio, com a finalidade de auxiliar o desenvolvimento do ensino secundário, apoiando

os estabelecimentos privados por meio de financiamento de bolsas de estudo e, em 1959, teve início uma campanha liderada pelos liberais em defesa da escola pública (apoiada por intelectuais, estudantes e sindicalistas), culminando com o Manifesto dos Educadores mais uma vez convocados, que se opunha às posturas elitistas dos católicos, responsáveis pela maioria dos estabelecimentos privados de ensino (SOUZA, 2008, p. 65). Esse manifesto propunha que os recursos públicos fossem utilizados unicamente nas escolas públicas e também requeria fiscalização estatal para as escolas privadas. O cenário educacional precisava ser remodelado para atender à demanda reivindicada pela real democratização do acesso ao ensino pós-primário e o governo, nesse sentido, tomou duas tendências como alternativa para a expansão. Segundo Abreu (1955, p. 10), a posição oficial se destacou em:

- a) a de expansão da rede escolar secundária oficial;
- b) a de expansão da rede escolar secundária através de auxílios do poder público, sob forma de bolsas a alunos, suplementação de vencimentos de professores, cursos de aperfeiçoamento, auxílios e subvenções a estabelecimentos secundários, estímulo à instituição de “Fundações” mantenedoras de escolas secundárias, com a conjugação de recursos públicos e particulares.

De acordo com Souza (2008), devido a intensa expansão do secundário nas décadas de 50 e 60 os problemas desse ramo de ensino tiveram que ser reformulados. A crítica de intelectuais e educadores em relação a desordenada expansão sem um comprometimento da qualidade do ensino foi tema de um debate promovido por Anísio Teixeira e Florestan Fernandes na década de 1950. A reflexão deles estava centrada na necessidade de relacionar educação e desenvolvimento; além disso,



criticavam o modelo de escola existente no país, baseado no conservadorismo e no privilégio das elites “[...] divorciada do ambiente, neutra diante dos problemas sociais e dos dilemas morais dos homens, incapaz de integrar-se no ritmo de vida de uma civilização em mudança”. Como dizia Florestan Fernandes (1996) a defesa da escola pública e gratuita para toda população, independentemente da sua origem social dos alunos visando à construção de um Brasil desenvolvido e democrático, foram bandeiras levantadas por esses educadores também. Em Pernambuco essa luta foi travada inicialmente pelas ações dos estudantes secundaristas, juntamente com a imprensa, reivindicando mais celeridade do poder público na responsabilidade em assumir criação de escolas gratuitas.

### **1.1 A Campanha do Ginásio Pobre: uma iniciativa de Pernambuco**

A problemática do acesso ao ensino secundário no Brasil não se limitava apenas à questão da desigualdade inter-regional, haveria também a predominância de instituições privadas legitimando politicamente as ausências de um projeto político nacional para a difusão do secundário. Não havia entre os Poderes Públicos uma proposta definida e lúcida de atendimento das necessidades educacionais de que o país estava precisando.

Pernambuco não se diferenciava dos outros estados brasileiros quanto à baixa quantidade de estabelecimentos de ensino secundário, especialmente os públicos, que tinham oferta muito restrita. Em 1945, segundo os dados da Divisão do Ensino Secundário, havia em todo o país 548 ginásios e 289 colégios, totalizando 827 estabelecimentos.

Pernambuco era um dos estados nordestinos com maior índice de estabelecimentos ginasiais (BRASIL, 1959). Porém, a região Nordeste sofria com o espectro da desigualdade prevalente no país. Segundo Geraldo Bastos Silva (1969), num estudo pioneiro sobre a expansão do ensino secundário no Brasil, assinalou a necessidade de considerar as diversidades regionais ligadas, entre outros aspectos, ao desenvolvimento econômico e social do país, especialmente por ser o Brasil um país que apresentava, tanto em educação como em outros setores, acentuadas desigualdades internas.

Algumas explicações sobre esse grau de desigualdade se referem a um contexto de descentralização da arrecadação fiscal e de responsabilidade de investimento educacional no nível dos estados. Regiões exportadoras de café – como era o caso da região Sudeste – dispunham de um volume maior de recursos, possibilitando maior investimento em educação. O Nordeste, com suas produções de açúcar, algodão e tabaco, tinha receitas limitadas, inviabilizando grandes investimentos em educação.

**Tabela 5 - Ensino secundário no Nordeste (1945)**

Unidades da Federação	Ginasial	Ginasial e Colégios	Total
Maranhão	5	2	7
Piauí	8	1	9
Rio Grande do Norte	8	1	9
Ceará	20	7	27
Paraíba	8	1	9
Pernambuco	20	17	37
Sergipe	6	1	7
Alagoas	5	5	10
Bahia	17	11	28

Fonte: Adaptado de INEP (1945).

Assim, na ausência de políticas públicas que buscassem redistribuir a educação de forma mais igualitária entre as regiões, a desigualdade regional prevaleceu. As regiões com maiores estabelecimentos educacionais durante as décadas de 1950 e 1960 concentravam-se na região Sudeste-Sul do Brasil. Em 1954, São Paulo tinha 456 escolas de nível ginásial, sendo 198 públicas; Minas Gerais tinha 369 unidades escolares; as regiões Norte e Nordeste tinham números restritos comparados às outras regiões, sendo a maioria particulares confessionais. De acordo com Silva (1969, p. 45),

60% da matrícula total do ensino secundário e 56,4% do total de estabelecimentos para esse nível de ensino estavam concentrados na região Sudeste, com maior percentagem de população urbana e com predomínio da indústria, além da agropecuária e extração. Já o Nordeste (com economia predominantemente ancorada na agropecuária e na extração), concentrava em apenas 18,37% da matrícula total no secundário e 20,85% dos estabelecimentos de ensino secundário do país. Números que se aproximam dos apresentados pela região Sul, mas que revelam a baixa oferta desse nível de ensino no Nordeste quando se considera o contingente demográfico das duas regiões: 31,6% no Nordeste, contra 16,73% na região Sul, que no período era, ainda, mais urbanizada.

Como bem assinala Barroso Filho (2008) em meados do século xx, a educação escolar era apresentada como um fator decisivo para a superação da pobreza, da ignorância e do “atraso”, sendo propagandeada como uma espécie de remédio para superar os muitos desequilíbrios econômicos e sociais do país. Nesse sentido, o ensino secundário despontou-se como um tipo de escolaridade imprescindível para a ascensão social, resultando em pressão social para a sua ampliação.

O ensino particular era responsável por 80% das matrículas do ensino secundário existente no país, por isso Barroso Filho (2008), tem razão ao afirmar que o acesso aos estudos pós-primário era, na prática, um privilégio daqueles que podiam pagar mensalidades escolares. Àqueles que não dispunham de condições para se sustentar em escolas privadas, restava ou prestar concurso de admissão aos poucos ginásios gratuitos então existentes, ou postular bolsas de estudo para frequentar escolas particulares sem pagar (ou pagando mensalidades). Apesar das reivindicações de grupos da sociedade civil de maior presença do Estado na expansão da oferta de vagas em escolas públicas secundárias, esse papel era muito tímido.

É interessante trazer nesta seção a iniciativa proposta pelos estudantes de Direito residentes na Casa dos Estudantes de Pernambuco, os quais se uniram motivados pela luta em defesa da expansão dos cursos secundários criando a Campanha do Ginásio Pobre<sup>9</sup>, pressionando os Poderes Públicos e a sociedade no sentido da democratização do acesso a esse nível de escolaridade. Segundo Souza (2005), com o desenvolvimento dessa Campanha, os estudantes exerceram um papel social bastante significativo na história da escola secundária pernambucana; tal movimento surgiu em 1943, em Pernambuco. Conforme já foi mencionado, no final dos anos 1940, teve início o longo processo de tramitação da LDB, no qual houve intensos debates sobre as questões referentes ao social e a educação na sociedade brasileira, sendo um período de muita efervescência no estado de Pernambuco em torno da expansão dos cursos ginasiais.

A pressão para acesso à educação era emergente tanto para as camadas da classe média, como para as classes populares, que viam no ensino secundário prestígio e ascensão social. A situação que se apresentava em Pernambuco era delicada, provocando até mesmo greve dos alunos

secundaristas, como ocorrida em 1945, ocupando a manchete dos jornais: “Terminou a greve dos estudantes secundários com enfrentamento da polícia” (TERMINOU A GREVE..., 1945). A greve, além de protestar contra a majoração dos preços do ensino, também tinha como pleito à gratuidade do ensino secundário, uniformidade dos livros para que fossem reaproveitados a limitação das reformas que geravam confusão no ensino ministrado nas escolas.

O protagonismo dos estudantes pernambucanos em defesa da ampliação de oportunidades educacionais no secundário foi notável. Além do movimento da Campanha do Ginásio Pobre; outro grupo de estudantes criou em 1948 o Conselho da União dos Estudantes Secundários de Pernambuco, que se propôs a instalar o Congresso Anual de Estudantes Secundários, cujo objetivo era defender os interesses da classe em prol de ações de acesso ao ensino secundário e eleger a nova diretoria daquele órgão, seguindo as atribuições a ela conferidas pelos estudantes. Importante destacar que os jornais foram um campo de estratégia para a legitimação do campo educacional.

A fundação da Campanha do Ginásio Pobre aconteceu no dia 29 de julho de 1943, sendo a primeira reunião realizada na Casa do Estudante de Pernambuco, momento em que a ditadura imperava com os princípios do nacionalismo na educação, refletindo as transformações operacionalizadas no país com o intuito de atender a industrialização e o novo Estado autoritário. O movimento fundamentava-se em ideias patrióticas e foi constituído com outros setores da sociedade pernambucana (comerciários, industriários, políticos, etc.). A propósito, Vieira (2007) afirma que as políticas podem-se manifestar em qualquer nível, e não apenas no âmbito do governo central, isto é, ela está presente também na criação de sociedades em redes para estabelecer uma ação. Nesse caso, a

rede de agentes que mobilizou a ação tinha como proposta iniciar o acesso ao ensino secundário gratuito, e seu idealizador, Tiago Gomes, baseou-se nos pensamentos de John Gunther e no trabalho de Haya de La Torre<sup>10</sup>.

Na ocasião, a oferta escolar em Pernambuco seguia a tendência no país, ou seja, era monopolizada pela iniciativa privada mantida por uma diversidade de ordens religiosas, ou em alguns casos pelo município cobrando taxas de matrículas para a sua manutenção. A precariedade de escolas secundárias públicas se efetivava na oferta dos únicos estabelecimentos de ensino público mais antigos de Pernambuco, o Ginásio Pernambucano e o Instituto de Educação de Pernambuco, consideradas instituições tradicionais e centenárias.

Se tratando de ações iniciais para divulgação da Campanha, de acordo com o relatório das reuniões da CGE, destaca inicialmente, o Teatro do Estudante de Pernambuco<sup>11</sup> como veículo de propaganda da incipiente Campanha, sob a responsabilidade e direção de Joel Pontes e Severino Florencio Teixeira, estudantes secundaristas. O teatro realizava apresentações pelo interior do estado disseminando as ideias cenegistas. No entanto, essa atuação foi breve, pois em 1945, devido ao seu desenvolvimento o teatro passou a ser um movimento autônomo sob a direção dos Diretórios Acadêmicos, posteriormente sob a direção de Hermilio Barbosa Filho.

A fundação do primeiro ginásio gratuito dessa associação ocorreu em agosto de 1944, com a instalação do Ginásio Castro Alves. Esse ginásio iniciou seu funcionamento em uma sala, cedida pelo Sindicato dos Contabilistas de Pernambuco, onde não havia cadeiras nem carteiras, razão pela qual os alunos assistiam às aulas de pé (RELATÓRIO..., 1950). Com a precarização da estrutura, os estudantes recorreram ao interventor Agamenon Magalhães e, como este não concedeu financiamento,

obtiveram auxílio do Dr. Valdemar de Oliveira, cedendo trinta tamboretas. A campanha sem apoio do Estado seguiu a propagação pelo interior do estado, obtendo auxílio financeiro com as apresentações teatrais. Foram além, estenderam-se para João Pessoa, no estado da Paraíba, onde o teatro não obteve o mesmo êxito, mas recebeu auxílio do interventor Rui Carneiro, oferecendo dois mil cruzeiros. A atividade cultural como forma de divulgação não se restringiu apenas ao teatro, mensalmente era divulgado o *Boletim da Campanha*, com a colaboração dos intelectuais Gilberto Osorio, Arnobio Graça, Valdemar de Oliveira, Ascenso Ferreira e Aníbal Bruno.

Depois da criação, era necessária a oficialização do estabelecimento de ensino e instalações dignas de modo a oferecer meios adequados ao ensino do curso ginásial. Portanto, em 1945, setenta alunos preparados para se submeterem aos exames de admissão esperavam o reconhecimento do educandário. No mesmo ano, seguiram para o Rio de Janeiro os estudantes Felipe Tiago, Gomes Genivaldo Wanderley e Suarez Gomes Lopes, a fim de conseguirem apoio das autoridades do Ministério da Educação, onde tiveram um encontro com Gustavo Capanema para o reconhecimento oficial do Ginásio, mas não obtiveram êxito. Mesmo sem reconhecimento oficial, foram realizados os exames de admissão e teve início a primeira série, no prédio do Instituto Pernambucano. O movimento teve apoio de muitos homens públicos, atores políticos, comerciantes, industriais e educadores. É importante destacar que a criação desses ginásios era uma constituição privada e pública, pois haviam associados que contribuíam com valores mensais para a Campanha.

O relatório do V Congresso Nacional da CNEG, historiando esses fatos, diz que, partiram para o Rio, em janeiro de 1946, em um navio de terceira classe, os acadêmicos Felipe Santiago Gomes, José Guimarães e Sá

Martins. Já agora traziam a declaração do professor Aluizio de Araújo, Diretor do Colégio Osvaldo Cruz<sup>12</sup> que, atendendo aos anseios do estudante Cauby de Oliveira, o professor cedia o prédio à noite para o funcionamento do Ginásio Castro Alves. Assim, o primeiro Ginásio Gratuito de Pernambuco começou a funcionar oficialmente. Nesse mesmo ano de 1946, a Campanha dos Ginásios Populares passou a denominar-se de Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Em 1954, a CNEG contava com 87 Ginásios funcionando regularmente, reconhecidos pelo Governo Federal, distribuídos por vários estados.

**Tabela 6 - Estabelecimentos de 1º Ciclo Ginasial no Brasil**

<b>Unidades da Federação</b>	<b>nº de Ginásios da CNEG</b>
<b>Amazonas</b>	3
<b>Maranhão</b>	2
<b>Piauí</b>	1
<b>Paraíba</b>	3
<b>Pernambuco</b>	8
<b>Alagoas</b>	7
<b>Sergipe</b>	1
<b>Bahia</b>	6
<b>Espirito Santo</b>	8
<b>Estado do Rio</b>	15
<b>Distrito Federal</b>	6
<b>Minas Gerais</b>	10
<b>Goiás</b>	5
<b>Mato Grosso</b>	1
<b>Paraná</b>	1
<b>Santa Catarina</b>	3
<b>Rio Grande do Sul</b>	6

**Fonte:** Adaptado de PERNAMBUCO (1954a).



O estado de Pernambuco foi o marco inicial da Campanha surgida em 1943, com esforço da comunidade estudantil pernambucana com associação de outras entidades da sociedade, entretanto, em comparação com outras Unidades da Federação, os estabelecimentos ginásiais se desenvolveram pouco nessa unidade da federação. Em Pernambuco, estava em funcionamento, de acordo com o relatório citado acima, em sete ginásios da campanha, compreendendo 825 alunos matriculados.

**Tabela 7 - Ginásios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em Pernambuco**

<b>Estabelecimento</b>	<b>Município</b>	<b>n.º de alunos</b>	<b>Série</b>
Ginásio Castro Alves	Recife	310	4. <sup>a</sup> série
Ginásio dos Comerciantes	Recife	62	2. <sup>a</sup> série
Ginásio Padre Cromário Leão	Jaboatão	968	3. <sup>a</sup> série
Ginásio Jerônimo Gueiros	Canhotinho	70	2. <sup>a</sup> série
Ginásio São José	São José do Egito	130	4. <sup>a</sup> série
Ginásio Barão Bonito	Bonito	90	3. <sup>a</sup> série
Ginásio Sagrado Coração	Moreno	65	2. <sup>a</sup> série

**Fonte:** Adaptado de PERNAMBUCO (1954b).

Desde os anos 1940, pode-se perceber que a luta em Pernambuco pela expansão da escola secundária emerge no seio das classes populares. Na opinião de Barroso (1998, p. 45), “a iniciativa da Campanha de Educandários Gratuitos (depois Campanha Nacional de Escolas da Comunidade) –CGP – é apenas um dos episódios de um elenco de tentativas de aproximar as camadas populares da escola média e secundária”. Essas escolas se caracterizavam pela precariedade: “[...] a maioria não era reconhecida, os seus professores não tinham registro e recebiam salários irrisórios; a maioria absoluta era de escolas noturnas funcionando em prédios cedidos por grupos escolares” (BARROSO

FILHO, 2008, p. 66). Essas escolas se espalharam por todo o Brasil, chegando a constituir 257 unidades (a maioria ginásios secundários) em todo o território nacional.

A dinâmica de ampliação dos ginásios da CENEG ocorrido em outros estados, não foi bem sucedido em Pernambuco. Tendo em vista que os ginásios da Campanha eram constituídos por diversos atores que eram associados da entidade como também instituições envolvidas sendo elas, privadas e religiosas. Segundo Bourdieu (1983), os campos são formados por agentes, que podem ser indivíduos ou instituições, os quais criam os espaços e os fazem existir pelas relações que estabelecem. Essa pequena expansão dos ginásios da Campanha em Pernambuco pode ser apontada como consequência de uma forte ação política do governo do Estado, dos convênios estabelecidos com a União na criação de ginásios, como também do outro lado, tínhamos as subvenções disponibilizadas para as prefeituras dos ginásios municipais criados no interior. Portanto, podemos inferir que as ações da Campanha não prosseguiram devido à disputa entre os campos.

## **1.2 A expansão em circuito: os primeiros acordos**

A expansão dos ginásios em Pernambuco envolve diversas instâncias a serem compreendidas. Tratava-se de um desejo do imaginário social de ascensão na educação dos filhos? Criava-se para uma educação de formação profissional? Estabeleceu-se com a crescente necessidade do ensino primário? A História da Educação brasileira ainda não conseguiu esclarecer as lacunas que nossa educação ainda carrega, além das grandiosas diferenças regionais que nosso país constitui e suas desigualdades alimentadas por décadas na sociedade por ausência de políticas e reformas

educacionais. A expansão dos ginásios em Pernambuco foi um processo que ocorreu tardiamente, comparado a outros estados brasileiros e contou com a participação de vários atores políticos e sociais, destacando-se a Campanha dos Educandários Gratuitos e a atuação expressiva dos municípios.

Com o fim do Estado Novo, o cenário político de Pernambuco estava inserido em reajustamentos, como a mudança de regime político, a predominância política dos “coronéis” presente em um modelo democrático ainda frágil em meio à persistência de dispositivos ditatoriais às práticas autoritárias. A cristalização do Estado Novo ainda ressoava na sociedade pernambucana.

De 1945 até 1948<sup>13</sup>, o governo de Pernambuco esteve muito instável; passaram pelo Palácio do Campo das Princesas quatro governadores: José Neves, José Domingues da Silva, Amaro Gomes Pedrosa e Otávio Correia de Araújo. A situação financeira do estado era muito difícil, o orçamento foi deficitário em vários anos, com enfrentamento de problemas sociais, como a seca, e sem apresentação de planos educacionais (ANDRADE, 1999, p. 34).

Durante a interventoria do José Neves Filho (1946), foram instituídos no Ginásio da Escola Normal Oficial os cursos clássico e científico, além da criação da Faculdade de Filosofia nos moldes da congênera nacional, com o objetivo de preparar candidatos ao magistério Secundário ou Normal. Segundo o interventor, a proposta de criar esses estabelecimentos era de que a educação tinha função de exercer “à pesquisa nos diversos domínios culturais”, além da qualificação de trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica (ANDRADE, 1999, p. 48).

Na década de 1940, Pernambuco contava com 2.878.000 de habitantes, predominando uma população jovem. Estimava-se que havia 781.722 pessoas de 0 a 9 anos de idade; de 10 a 19 anos esse número era 649.298; de 20 a 29 anos existiam 465.957 pessoas (IBGE, 1950a ). Tratava-se portanto, de um estado visivelmente jovem, com acesso escolar restrito ou inacessível para boa parte da população.

Ao se tratar de transformações na escolarização, Pernambuco buscou acompanhar o debate travado no final dos anos 1940 e início dos anos 1950 em torno da euforia modernizadora, como forma de combater o “atraso, a ignorância e o rural” que o país passava e deveria superar ao levantar o lema de progresso e desenvolvimentismo.

Apesar do discurso populista de modernização, a realidade educacional era outra, os altos índices de analfabetismo da população pernambucana que não sabia ler nem escrever, segundo dados do recenseamento geral, era de 1.690.422 (IBGE, 1950b).

A população escolar primária no Brasil em 1949 seguia aproximadamente de seis a sete milhões. Infelizmente, a matrícula nas classes primárias era pouco superior a quatro milhões. Havia um deficit que precisava ser erradicado, sendo necessário um sistema escolar que abrangesse toda uma vida escolar. Havia estados que não atendiam teoricamente a 75% de sua população em idade escolar; outros apresentavam déficit teórico entre 60 e 70%; poucos estados apresentavam deficits inferior a 50%. Minas Gerais e Bahia, por exemplo, teoricamente, apresentavam, cada um, 400 mil crianças fora das escolas; Pernambuco, mais de 200 mil; Ceará e São Paulo, cerca de 200 mil cada um (INEP, 1949).

A discussão sobre a atenção que o Governo deveria dar aos problemas educacionais no país foi intensa no final dos anos 1940. A

elaboração de um projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi postulada como uma proposta que definiria a política educacional no país. Era necessária uma melhoria na oferta escolar, como também diretrizes para os Estados seguindo uma política educacional. Na mensagem apresentada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, na abertura da sessão legislativa em 1948. Ele assinalava que:

É forçoso reconhecer, porém, que nesse aumento de iniciativas, a participação dos empreendimentos oficiais foi mínima, cabendo à cooperação privada mais de 80% do total de escolas e alunos. Cumpre, ainda, corajosamente registrar que, pela extensão e variedade de aspectos sociais que apresenta o Brasil, ou órgãos federais, excessivamente centralizados, não raro exerceram, até 1946, com sua atitude predominantemente fiscalizadora, ação de completo desestímulo (BRASIL,1948).

O projeto de ampliação da rede escolar no Brasil, apresentado pelo Ministério da Educação, sob a direção de Clemente Mariani, propôs, em parceria com o INEP, que em fins de 1949 o governo deveria ter financiado a construção de 6.120 prédios escolares para as zonas rurais; 220 grupos escolares para os distritos e vilarejos; dez internatos rurais. Essa proposta melhoraria o quadro educacional de alguns Estados.

Nestes poucos anos do Distrito Federal ao Amazonas, de Minas ao Rio Grande do Sul, em todos os Estados, em todos os territórios, estendem construções financiadas pelo governo federal: somam 6.160 escolas, e mais 1.500 serão distribuídas em 1950. E como faltem professores, em número aproximado de cem mil, o INEP estuda, ao lado das escolas

rurais e dos grupos, o auxílio que deve ser dado para construção de escolas normais, especialmente na zona rural (INEP, 1949b, p. 289).

Em nível estadual, no caso de Pernambuco, esses programas de ampliação dos prédios escolares efetivaram-se em vários acordos estabelecidos durante o ano de 1948. O marco de uma política educacional para a expansão dos ginásios oficiais no interior de pernambucano é estabelecido pelo acordo firmado entre os Governos do Estado e da União na oportunidade da visita do Presidente da República a Pernambuco, em 3 de julho de 1948, e os debates políticos que seriam travados pelos atores político, em conjunto com as ações propostas pela atuação dos municípios.

O primeiro acordo, datado de 12 de janeiro, foi firmado entre o Governo do Estado e o Ministério da Educação para a criação de cem prédios escolares para a educação primária. O ministro da Educação, Clemente Mariani, juntamente com o deputado Jarbas Maranhão, assinou esse acordo credenciado pelo Governo de Pernambuco, assegurando a concessão de Cr\$ 60 mil o custo de cada prédio. Nesse acordo, exigia-se que os prédios fossem construídos nos municípios indicados no mapa geral que o Instituto de Estudos Pedagógicos (INEP) elaborava, tomando como referência o deficit da população em idade escolar.

É interessante observar que os acordos estabelecidos sobre a educação em Pernambuco constituíam um movimento bilateral, isto é, o debate sobre a expansão dos ginásios pressupunha crescimento do ensino primário no estado. Em 1945, havia em Pernambuco 37 estabelecimentos de ensino secundário, sendo 20 unidades com o curso ginásial e 17 com o curso ginásial e colegial, de domínio particular

distribuídos no interior, mas com concentração na região metropolitana (O ENSINO SECUNDÁRIO NO BRASIL, 1945).

O clima de fermentação política que se instaurou durante esse período em torno do movimento em defesa da criação de ginásios públicos foi intenso, e estava associado a sendo um projeto de nação, no qual a educação desempenhava papel fundamental, isto é, ela poderia inserir o povo na cultura nacional em consonância com o projeto desenvolvimentista. A oportunidade para a implantação do ginásio no interior mobilizou a classe política, que também se aproveitava para transformar essa pauta como estratégia eleitoral mobilizando os municípios que necessitavam dos ginásios. Embora Barroso Filho (2008) tenha estabelecido como marco da expansão dos ginásios a abertura dos cursos noturnos no Instituto de Educação e no Colégio Estadual, em 1949, considera-se neste estudo outro marco relevante foi entre o governo estadual e a União, pois possibilitou a ampliação das oportunidades de escolarização para parte da população que ansiava por vagas gratuitas no curso ginasial.

Em relação ao ensino secundário, o acordo concedia o auxílio para a construção de três edifícios destinados ao ensino normal a serem estabelecidos nos municípios de Afogados da Ingazeira, Floresta e Salgueiro. Tais recursos eram destinados à instalação de Escolas Normais Rurais funcionando sobre o regime de internato e externato, mantendo ainda Cursos Práticos de Comércio. O acordo previa também um montante de Cr\$ 600 mil para construção de um prédio destinado ao 1.º ciclo do curso secundário, no interior do estado. O ginásio deveria ser instalado em uma área de 250 mil metros quadrados, construído de acordo com as especificações e plantas do Ministério da Educação e manter também um curso Prático de Comércio (PERNAMBUCO, 1951).

Pode-se dizer assim, que o início da expansão dos ginásios em Pernambuco foi feito articulações políticas, somavam-se às verbas da Campanha Nacional do Educandário Gratuito a contribuição do poder estadual e o convênio com o Ministério, além da contrapartida das prefeituras e as contribuições até financeiras da sociedade civil. Por exemplo, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) que passou a receber auxílio por meio da Lei Federal n.º 1.490 de 1951. Em Pernambuco o Ginásio Olavo Bilac de instituição mantenedora privada e religiosa estava entre os educandários que receberam verba do governo federal.

Art. 1.º – É concedido à Campanha Nacional de Educandários Gratuito com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, o auxílio de Cr\$ 1.770.000,00 (um milhão, setecentos e setenta mil cruzeiros) destinado a custear a manutenção dos seguintes estabelecimentos de ensino:

h) Ginásio Olavo Bilac, em Sertânia, Estado de Pernambuco. 50.000,00 (PERNAMBUCO, 1951, n.p.).<sup>14</sup>

Em 1948, também foi criada a Lei n.º 372/1948 de autoria do deputado José de Pontes Vieira (PSD), estabelecendo o regime de subvenção aos estabelecimentos de ensino secundário e normal localizados nos municípios do interior do estado. O regime de subvenção visava preservar os educandários no seu aparelhamento eficiente, fazendo-os manter gabinete médico e dentário, biblioteca, cooperativa, de consumo, etc. Metade da soma fixada pelo governo deveria ser empregada em matrículas gratuitas a candidatos de comprovada pobreza. Não era um regime comum de subvenção, mas um convênio para a realização de



determinadas obras que o Governo do Estado considerasse mais necessária para o melhoramento e aperfeiçoamento dos ginásios do interior do estado.

Dos estabelecimentos favorecidos pela Bolsa Escolar prevista na lei, foi celebrado uma cordo especial com: o Ginásio de São José (Nazaré da Mata), o Ginásio de Caruaru, o Ginásio Regina Coeli (Limoeiro), o Ginásio de Limoeiro, o Ginásio Santa Cristina, todos de instituição particular, e o Ginásio Municipal de Barreiras de iniciativa da prefeitura do município de Barreiras na região da zona da mata.

No mapa a seguir (Figura 1), tem-se a ilustração da distribuição de escolas secundárias públicas ginasiais no estado de Pernambuco até 1948, a compreendendo os dois ginásios no interior do sertão, no município de Serra Talhada e Sertânia, e as duas instituições na região metropolitana do Recife (Colégio Estadual Pernambucano e Instituto de Educação). A iniciativa de criação dos primeiros ginásios públicos no interior gerou polêmicas levando deputados e representantes locais de vários municípios disputarem a instalação deles em suas localidades, propondo requerimentos e projetos de lei a respeito da localização do ginásio com o Ministério da Educação.

**Figura 1 - Municípios pernambucanos com ginásios públicos em 1948**



**Fonte:** Da autora.

Nunes (2000) afirma que, no estado de São Paulo às populações urbanas das classes médias pressionaram os líderes políticos populistas obrigando-os a institucionalizar os movimentos reivindicatórios, transformando a abertura de ginásios públicos em bandeira de luta nas câmaras estaduais e municipais. Em Pernambuco ocorreu algo semelhante, as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas por um avanço nas políticas de financiamento da educação secundária nesse estado e por ações do Poder Legislativo, como mostram os dados estatísticos analisados no capítulo seguinte.

No levantamento realizado na Alepe, foi possível encontrar 35 documentos referentes a projeto de lei, decreto-lei relacionados à criação de ginásios, entre os anos de 1948 a 1963. Dos 35 projetos, sete foram proposto pelo Poder Executivo e 26 foram apresentados pelo Legislativo. Consegui ter acesso a 19 projetos de leis, sendo possível analisar as justificativas e a autoria. Tais projetos foram debatidos e aprovados, sendo de naturezas diversas, como a criação de cursos ginasiais, subvenções, bolsas-escola e abertura de crédito para prefeituras manterem os ginásios

municipais, além de convênios com a União. Essa diversidade de propostas permite inferir que não havia um tipo de política pública destinada à educação do ensino secundário. Isso se dava também por ausência de um projeto educacional nacional que estabelecesse diretrizes gerais. Somada a essa ausência, havia forte influência de uma política coronelista e a influência da Igreja Católica atuando no campo educacional.

O que é evidente na questão pernambucana é o hibridismo de ações políticas que destinadas à educação, eram compostas por vários atores envolvidos na criação dos ginásios, com tons diferentes, efetivados de acordo com o programa de governo de cada representante. De acordo com Bourdieu (1983), o que determina o campo é a dinâmica utilizada por meios diferenciados conforme a estrutura do campo de forças. Destaco a participação estratégica da imprensa, agente do campo político em divulgar à população as discussões em torno das criações dos ginásios, como mostrando também o debate em torno da importância educacional para o município. Nessa diversidade de ações, o ginásio era o objeto de disputa política.

## Capítulo 2

### Disputas em Torno da Criação dos Ginásios Públicos em Pernambuco

Quando pensamos na esfera política, nos atores e instituições é necessário compreender a dimensão social que eles estabelecem e como as ações que eles exercem no seu campo político refletem no espírito público. Segundo Rémond (2003), o campo político é o lugar de gestão da sociedade, é ele que dirige, em parte, as outras atividades, define seu *status*, regulamenta seu exercício, ou seja, é o ponto para onde incide a maioria das atividades sociais. Não há fronteiras fixas, ele absorve a esfera privada, pública, religiosa, educacional e cultural. O campo político é uma extensão da coletividade territorial, que não se limita ao Estado, mas também a outros setores que o integram.

As ações que ocorreram para a criação dos ginásios em Pernambuco contaram com o político, e com os projetos de leis apresentados pelos deputados na Assembleia Legislativa de Pernambuco (Alepe). Como já foi mencionado anteriormente, o ano de 1948 teve uma importância significativa para os primeiros debates em torno do convênio firmado entre o Estado e a União, sob o governo de Barbosa Lima Sobrinho (PSD) que deu bastante ênfase na educação e saúde. Havia influência do debate

nacional instituído pelo ministro da Educação, Clemente Mariani, sobre a reforma geral da educação inspirado em doutrinas sociais. Sendo assim, em Pernambuco pautou-se nas questões regionais e educacionais, seja por influência política ou pressão da população.

Segundo Santos (1994), a literatura política produzida sobre Pernambuco, em quase toda a sua totalidade, tem chamado a atenção para a existência de um padrão político bipartidário e um comportamento eleitoral marcado por uma clivagem ideológica. Pernambuco é dotado de uma tradição política bipolar, ou seja, as disputas eleitorais majoritárias ocorreram frequentemente entre dois partidos políticos que centralizavam entre si o jogo eleitoral.

O confronto bipartidário, e a predominância de dois partidos no estado foi apontado como um fenômeno que surgiu especialmente a partir de 1946, quando o país, após o fim do Estado Novo varguista, ingressou na sua fase de redemocratização. Nesse período, o confronto ocorreu entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), que representavam interesses oligárquicos e lutaram pela conquista da maioria absoluta dos votos. Sob a liderança de Agamenon Magalhães, o PSD dominou o poder em Pernambuco.

Em relação à clivagem ideológica, Azevedo (1990) esclarece que ela se encontra presente na competição democrática regional desde o final da década de 1950, quando o estado passou por um período político e socialmente agitado com a emergência dos movimentos camponeses e a inclusão, na agenda política, da questão desenvolvimentista, nacionalista e reformista. Segundo Hippolito (1985, p. 37):

O PSD foi o mais importante partido do regime da Constituição de 1946 (mil novecentos e quarenta e seis). Por sua atuação e influência na própria dinâmica do processo político, pode-se dizer que o PSD deu o tom da política brasileira do período. Este partido teria sido a espécie *centro de estabilidade* do sistema partidário pluralista, entre as forças centrípetas da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PSD constituía um partido de coronéis do Agreste e do Sertão, em oposição à UDN, com os barões do açúcar, usineiros e senhores de engenho da Zona da Mata e Litoral, além da aristocracia tirada do poder pela revolução de 30. Pernambuco, no início da década de 1950, sofreu mudanças em diversas áreas, como a política, a econômica e a cultural. Com a tomada de posse de Barbosa Lima Sobrinho<sup>15</sup> (1948), depois de um ano de enfrentamentos para assumir o cargo de governador, o Estado se viu caminhando para uma instabilidade administrativa.

A predominância da “política dos coronéis”<sup>16</sup> em um modelo democrático ainda frágil era presente nas estruturas sociais da sociedade pernambucana; a população altamente analfabeta, com uma população de 3.395.766 habitantes, vivia uma crise sócio econômica decorrente da seca e dificuldade energética. Além disso, nessa década, a economia pernambucana já não ocupava a posição que a fazia enquanto Província nos séculos anteriores um dos esteios da nação. A economia urbano-industrial oferecia um novo suporte à produção cultural e os arautos do Brasil moderno exigiam uma nova cultura, uma nova educação, uma nova escola (BARROSO FILHO, 2008).

Em mensagem apresentada a Alepe em 1950, Barbosa Lima Sobrinho destacou a reorganização educacional levada a termo pelo seu governo com destaque para a criação da Secretaria de Educação e Cultura,

pela Lei n.º 466, de 22 de abril de 1949 resultado do desmembramento da antiga Secretaria de Saúde, Educação e Cultura. No documento, ele sinaliza as dificuldades em nível de estruturamento dos órgãos.

Se há setor que muito se desenvolveu em Pernambuco foi o da Instrução Pública. A princípio, estava subordinado à Secretária do Interior; depois, viu-se que não era possível permanecer ligado a essa secretaria, de tal modo os problemas se acumularam e foram se tornando cada vez mais complexos. Impõe-se, deste modo o desmembramento dos serviços, com a criação da Secretaria de Saúde e Educação. Mas foi uma solução provisória, pois tanto a parte de Saúde Pública quanto a de Educação só fizeram aumentar de importância e extensão, sobretudo depois de novos serviços decorrentes dos convênios federais. A exposição de motivos enviada à Assembleia Legislativa mostrou que depois de termos instalado a Inspetoria de Instrução Pública, passado em seguida pela Diretoria Técnica e finalmente pelo Departamento de Educação, os serviços não se organizaram conforme convinham as prementes necessidades da população e aos imperativos da moderna ciência pedagógica (PERNAMBUCO, 1950).

O ensino secundário esteve no centro dos debates sobre a ampliação da escolarização e dos discursos de progresso social por meio da educação. As articulações iniciadas em torno da interiorização da educação em Pernambuco se travaram a partir das batalhas políticas para a criação do Ginásio de Sertânia, localizado na cidade de Sertânia na zona do sertão pernambucano, significando uma longa espera para o ensino público secundário no interior.

As determinações políticas, acompanhadas do discurso populista, ampliaram o debate educacional, especificamente na criação de ginásios. O programa de governo de Barbosa Lima (PSD) tinha como propósito desenvolver o nacionalismo e a defesa das classes menos favorecidas; a representação de um ginásio era sinônimo de prestígio, discurso veiculado por uma modernização na sociedade brasileira e potencializada nos discursos dos parlamentares. Nesse sentido, é possível compreender que os assuntos educacionais se enquadram em movimentos político-sociais; a escolarização durante décadas no Brasil tinha como principal discurso o progresso, conjugado com a nacionalidade e a civilização letrada.

O convênio firmado entre o Governo Federal e o Estado de Pernambuco para a criação de um ginásio obteve notoriedade na Assembleia possibilitando a atuação dos deputados por meio dos requerimentos e projetos de lei. Os requerimentos era uma proposição realizada pelo parlamentar, por escrito ou verbalmente, eram apresentados ao Plenário ou pelas Comissões. Como se pode acompanhar abaixo no discurso proferido pelo deputado José Pontes Vieira de Menezes (PSD), requerendo a criação do ginásio para Caruaru.

[...] o meu requerimento visa apresentar uma sugestão ao sr. Governador, no sentido de que o município de Caruaru seja escolhido para sede do ginásio oficial. Em referente convênio associado entre o Governo do Estado e a União ficou estabelecido uma verba de Cr\$ 600.000.00 para construção do primeiro ginásio oficial do interior de Pernambuco, e eu reivindico para a minha terra, para a cidade de Caruaru, o centro do agreste pernambucano, a localização desse estabelecimento de ensino, que não há de servir somente ao município, mas irá servir a toda uma região do agreste de Pernambucano (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 6 de julho de 1948a).



No acordo previsto para a criação do ginásio, deveria ocorrer no município de Sertânia, pelo fato dessa localidade atender dois critérios: déficit educacional e população com mais de 15 mil habitantes. Estes critérios eram determinados pelo Instituto de Estudos Pedagógicos (INEP), exigindo que os prédios fossem construídos nos municípios indicados no mapa geral, elaborado pelo INEP. No entanto, ao invés de seguir o acordo, os deputados passaram a reivindicar que o ginásio fosse criado não em Sertânia, mas em suas zonas eleitorais, apoiando-se para tal feito nas entidades sociais. Segundo Dias e Espinosa (2012), as posições dos atores políticos na tomada de decisão interferiu diretamente na sociedade.

A disputa em torno do ginásio contou com a participação de agremiações partidárias. Por um lado, a Coligação Democrática por Pernambuco, composta pelos partidos UDN, PL e PR; reunindo deputados vinculados aos interesses industriais cujas zonas eleitorais se concentravam na região da Zona da Mata. Do outro lado, o PSD, com bancada coronelista e aproximações políticas nos Governos Estadual e Federal. Havia ainda os professores e padres que atuavam na discussão da educação, aliados ao Partido Democrata Cristão (PDC), que tinha como deputada Maria Elisa Viegas de Medeiros, figura importante na administração do Centro de Professorado Primário de Pernambuco.

A defesa da instalação do Ginásio em Caruaru era justificada pela localização geográfica regional, isto é, pelo fato de Caruaru estar no Agreste pernambucano, e ser polo economicamente potencializador e próximo à capital. Outro argumento utilizado era o fato dessa região constar com um grande número de escolas, condição tida como “privilegiada”. Deputados contrários rebateram tal argumento. Eles diziam que havia outros municípios desprovidos de escolarização que necessitavam de um

ginásio para a formação da sua “mocidade”. Na discussão da Comissão de Educação e Cultura o deputado Edson Moury Fernandes, do Partido Republicano (PR), rebateu a reivindicação citada acima pelo deputado Pontes Vieira para a cidade de Caruaru. Apresentando o requerimento juntamente com a Coligação Pernambuco, sugerindo a instalação do ginásio em Alagoa de Baixo<sup>17</sup>:

O Sr. Moury Fernandes – (Pela ordem) – Sr. Presidente: adiantarei às palavras do deputado Pontes Vieira o seguinte: há na zona sertaneja cidades inteiramente desprovidas de estabelecimentos secundários e a instalação desse colégio poderia ser feita numa dessas cidades sertanejas. Caruaru tem o seu estabelecimento secundário em pleno funcionamento num edifício mais ou menos compatível comas suas necessidades. Essa é a verdade (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 1948b).

A discussão seguiu com o deputado Nilo Coelho (PSD), que advertiu aos deputados sobre asdeterminações do convênio estabelecido, com base nas diretrizes do Inep:

O SR. Nilo Coelho – (Pela ordem) – Sr. Presidente, desejava dar um esclarecimento rápido à casa. É que em conversa particular com o Ministro da Educação, tive um informe que, pode ser que tenha entendido mal, como sempre costuma acontecer, mas eu entendi que a localização tanto das escolas rurais como dos três ginásios e das duas escolas normais obedecerão apenas à fornecidas pelo I.B.G.E.

O SR. Diocleciano Pereira Lima – V. Excia., me permite um aparte?O SR. Nilo Coelho – Pois não.

O SR. Diocleciano Pereira Lima – Mas isso não impede que a Assembleia sugira ao Governador uma outra localização.

O SR. Nilo Coelho – Será uma sugestão imperante. Estou dando a Casa uma informação à guisa de esclarecimento; não é oficial, mas essa localização obedece a dados federais. Aliás, as escolas rurais já distribuídas, não tiveram influência do Executivo Estadual (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 1948c).

Na esteira do pensamento de Bourdieu (1983) sobre o campo político, o teor de um discurso político depende das lutas simbólicas que ocorrem entre os agentes desse campo. No caso da disputa pela localização do ginásio é produto de uma necessidade interna, conjugada com o papel do “político” e conforme as necessidades externas do campo político. Assim, a legitimidade de um discurso político não depende do seu conteúdo em si, mas de seu poder simbólico. Nesse debate proposto pelos deputados, o poder é a capacidade de conquistar sua zona eleitoral, por meio de medidas educacionais para a região e sua população. Em torno do ginásio havia uma luta simbólica que instituía a necessidade de expansão da escolarização por agentes políticos, não apenas do poder Legislativo, mas também do Executivo.

A política de expansão dos ginásios e a atuação do estado na criação deles constava também na apresentação da mensagem de 1950 pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, tinha como proposta instituir uma campanha incentivadora de ampliar a rede de escolas secundárias, em colaboração com o Congresso Nacional e os Poderes Públicos e dinamizar o ensino:

[...] a realização deste imperativo democrático de elevada significação social exigirá a atuação decidida dos Poderes Públicos, tanto de forma direta, pela criação de ginásios e colégios federais, como indireta e supletiva, mediante convênios com os poderes estaduais e municipais, bem como entidades particulares. Além disso, far-se-á mister reajustar as finalidades de nossas escolas secundárias e os seus programas às novas realidades sociais que estamos vivendo. Será necessário dar-lhes maior amplitude, maior flexibilidade e um sentido social mais compreensivo e dinâmico (BRASIL, 1948b).

Segundo Dias e Espinosa (2012) tais medidas resultaram, num exercício fundamental de descongestionamento do centro, de crescimento e maturidade dos governos estaduais e, em menor medida, nos governos municipais. Conclui-se que o governo federal legitimava a participação indireta de entidade na criação de escolas, haja vista que estava previsto na Constituição a descentralização do ensino secundário, abrindo espaço para o sistema particular atuar com os convênios estabelecidos com municípios e estados.

Em tese, a dinâmica proposta possibilitaria uma maior ação que favorecesse o desenvolvimento regional e local, assim garantindo que houvesse maiores políticas governamentais e educacionais. Ocorre, que o Brasil apesar de ter iniciado um processo democrático, algumas regiões estavam refém do centralismo regional, como o caso de Pernambuco, com o coronelismo e sua dominação na esfera institucional, disputando as relações políticas ou dialogando com outras redes (igreja e meios de comunicação).

A imprensa em Pernambuco, tendo o *Diário de Pernambuco* como o mais antigo periódico de circulação na época, atrelava-se aos discursos defendidos no campo político, mas com uma posição crítica sobre a

situação educacional. Nas duas matérias publicadas na seção “Pela Assembleia”, o jornal destacava a disputa pela criação do primeiro ginásio no interior, evidenciando o debate dos deputados para suas regiões trazendo dois textos de opinião: “Puxa-puxa” e “Ginásio Ambulante”. O primeiro trata especificamente da localização: “Uns queriam em Caruaru, outros em Sertânia, alguns em Palmares, estes em Limoeiro, aqueles em Arcoverde, e assim por diante” (PUXA..., 1948).

Como atesta o jornal havia uma divisão de opiniões, resultado de um sistema de disputa entre os parlamentares, instituído pelas políticas populistas. Por outro lado, havia uma discussão mais sistêmica que baseava tratar a criação do ginásio pautada em critérios de necessidades técnicas e conveniência assinalando que a assistência educativa e sanitária deveria obedecer a estudos criteriosos, e não o “puxa-puxa” entre a Zona da Mata e o Sertão. A carência de escolas públicas de nível secundário e as dificuldades de escolarização da população pernambucana no interior do estado eram tão grandes que o deputado Metodio Godoy (PSD) chegou a propor uma saída mirabolante. O segundo artigo publicado no jornal intitulado o “Ginásio Ambulante” proposto buscava estabelecer uma educação itinerante pelo interior de Pernambuco: “(...) *um ginásio ambulante, com motor a óleo de caroço de algodão e possa se locomover durante o ano todo através da mata, do agreste e do sertão*” (GINÁSIO..., 1948).

A instalação de um ginásio no interior representava um enorme benefício às populações que enfrentavam muitas dificuldades para arcar com os custos de manutenção dos filhos na capital ou em outras cidades. O que se pode depreender nessa matéria jornalística é uma necessidade de acesso à escola que gerava discussões até inimagináveis como a de um “ginásio ambulante”, mas que refletia a ausência de políticas educacionais à educação pernambucana no final dos anos 1940.

A disputa narrativa dos deputados tinha o apoio do jornal que pode ser visto também como elemento do campo político. Diversas matérias foram publicadas criticando veementemente a carência de escolarização para os pernambucanos, constituindo, assim, uma frente de oposição ao governo de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho (PSD). Ainda em relação ao convênio do ginásio, o jornal destaca outra questão, isto é, a dificuldade em estabelecer uma articulação política que viabilizasse um plano estadual de educação para dar acesso a toda a população sem escolarização. Isso fica evidente nas práticas políticas populistas e coronelista imbricadas no discurso dos atores políticos. Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alexandre-jose-barbosa-lima-sobrinho>.<sup>4</sup>

---

<sup>15</sup> Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho nasceu em Recife. Era bacharel em Direito e Jornalista. Dedicou-se como colaborador em 1917 no Diário de Pernambuco, no Jornal Pequeno e, principalmente, no Jornal de Recife. Ingressou na vida política em 1934, vinculando-se ao Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco. Foi deputado federal em outubro de 1934. Em maio de 1938, Barbosa Lima Sobrinho assumiu a presidência do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Em março de 1945, em pleno processo de redemocratização do país, Barbosa Lima Sobrinho tomou parte na elaboração do primeiro programa do PSD e, ao lado de Agamenon Magalhães, participou ativamente dos trabalhos de criação do partido em Pernambuco. Foi governador em Pernambuco, ficando no cargo de 1948 a 1951. (CPDOC).

Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/alexandre-jose-barbosa-lima-sobrinho>.

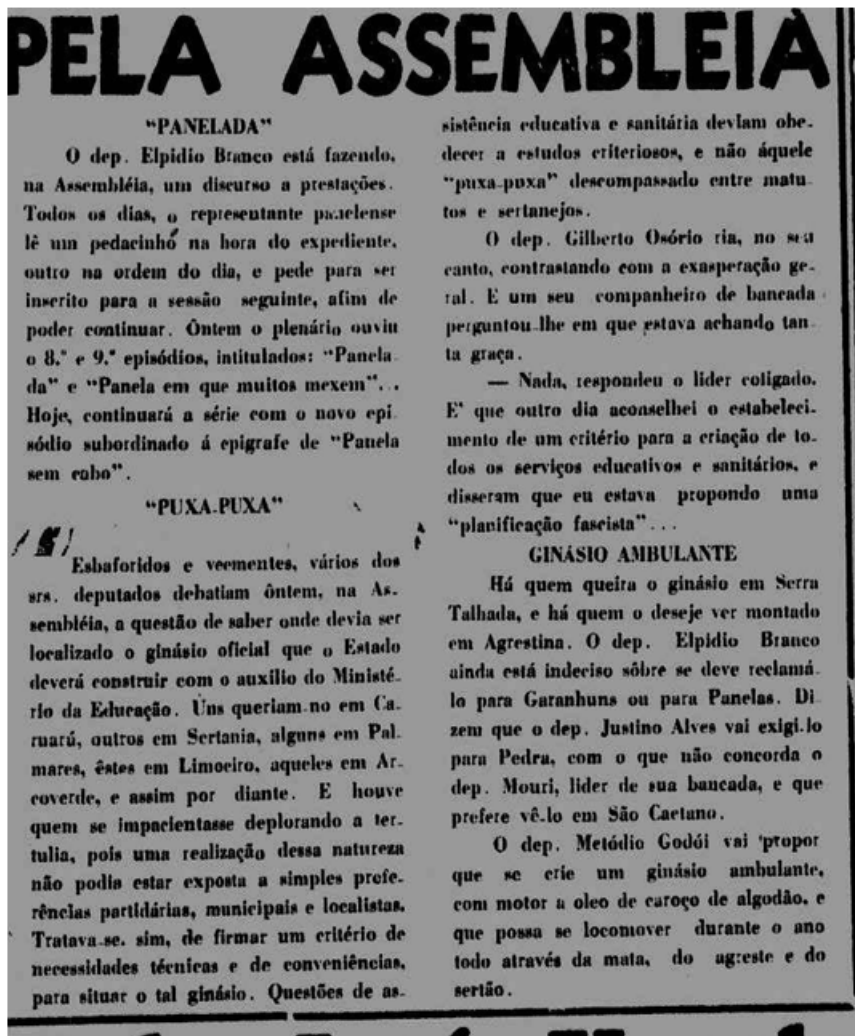
<sup>16</sup> Victor Nunes Leal foi o criador do termo, em 1948, no livro “Coronelismo, Enxada e Voto”. Entende-se coronelismo como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada (...) o coronelismo é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente, os senhores de terras.

Ver LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 2. ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

<sup>17</sup> Distrito criado com a denominação de Alagoa de Baixo, pelas leis provinciais nº 93, de 04- 05- 1842, e 639, de 03-06- 1865, lei municipal nº 52, de 03-08-1892, subordinado ao município de Cimbres. Pelo Decreto-Lei estadual n.º 952, de 31-12-1943, o município de Alagoa de Baixo passou a denominar-se Sertânia O topônimo Sertânia significa: “CIDADESERTANEJA”. O TOPÔNIMO original era: “ALAGOA DE BAIXO”.

Ver <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/pernambuco/sertania.pdf>.

Figura 2 - Noticiário Pela Assembleia



A disputa pelo primeiro ginásio no interior acabou sendo solucionada com a escolha de serem instalados um em Sertânia e outro ginásio em Serra Talhada, vinculado à verba federal do acordo firmando

entre a União e o Estado. Conforme a mensagem do governador, foi disponibilizado, no ano de 1948, o auxílio financeiro de Cr\$ 1.200.000.00 para a construção dos dois prédios escolares nesses dois municípios (PERNAMBUCO, 1951). O governador Etelvino Lins de Albuquerque, que esteve no poder entre dezembro de 1952 e janeiro de 1955, priorizou a questão educacional no Estado. Ele se preocupou com o enorme deficit escolar existente no interior na capital, configurado no número insuficiente de professores, prédios escolares e materiais didáticos. Para superar essas deficiências estruturais da educação, foram firmados acordos entre o Governo do Estado e a União, por meio do INEP, possibilitando a construção de Grupos Escolares Rurais, Escolas Típicas Rurais, Escolas Regionais, em todo o Estado, instalados de preferência em municípios onde não havia escolas em número suficiente (PERNAMBUCO, 1955). Portanto, a educação ocupava um espaço privilegiado no rol de ações e intervenções do governo estadual e, no campo político que se desenhava em Pernambuco.

## **2.1 Os projetos de leis e a interiorização dos Ginásios em Pernambuco**

O debate político dos parlamentares entrecruzou outros moldes políticos para instituir uma política de criação dos ginásios, a exemplo, os projetos de lei de criação, subvenção e auxílio. Os projetos de lei eram distribuídos às comissões conforme os assuntos de que tratavam, no caso, chama-se comissão de mérito, ou seja, a Comissão de Educação, Cultura e Saúde. Além dela, havia duas com função de análise, as comissões de Finanças e de Constituição e Justiça. Os projetos que tramitaram pela ALEPE tratavam de diversas naturezas. Em especial no final da década de



1940, teve apresentação de seis projetos com desdobramento dos debates em torno do ginásio público.

Como resultado de alguns deles, destaca-se a Lei n.º 372, de 24 de dezembro de 1948, que estabeleceu o auxílio do governo estadual para que os municípios criassem ou mantivessem ginásios com a colaboração, ou não, da iniciativa particular, sendo uma política de assistência escolar que estabelecia normas de subvenção e auxílio aos estabelecimentos de ensino secundário e normal nos municípios do interior do estado, como também o aparelhamento eficiente, fazendo-os manter gabinete médico e dentário, biblioteca, cooperativa de consumo, etc. Metade da soma fixada pelo governo deveria ser empregada em matrículas gratuitas a candidatos de comprovada pobreza. Por outro lado, os estabelecimentos teriam que provar estarem em regime preliminar ou permanente de situação financeira precária.

Essa lei visualizava uma assistência para atender aos interesses dos estabelecimentos particulares em manter suas escolas secundárias. Uma política velada legitimada com a política nacional de subvenções e auxílios, como se pode ver nos artigos instituídos:

ART. 1.º – Fica estabelecido o regime de subvenção aos estabelecimentos de ensino secundário e normal, localizados em municípios do interior sob inspeção preliminar ou permanente dos governos da União e do Estado.

ART. 2.º – Os estabelecimentos de que trata o artigo anterior serão organizados nos termos da legislação federal como ginásios ou colégios e como escolas normais do primeiro ou do segundo ciclo.

ART. 3.º – O estabelecimento de ensino que pretender o regime de subvenção deverá formular o seu pedido ao Governo do Estado, acompanhado dos seguintes documentos:

1.1.1– Prova de que se acha em regime de inspeção preliminar ou permanente; [...] (PERNAMBUCO, 1948a).

Segundo Santos e Chaloba (2020), os efeitos dessa medida foram ressaltados pelo governador Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho em mensagem apresentada à Assembleia Legislativa, em 15 de março de 1951, na qual registrava as escolas favorecidas com subvenções do Estado: Ginásio São José, no município de Nazaré da Mata; Ginásio de Caruaru, sediado no município do mesmo nome; Ginásio Regina Coeli e Ginásio de Limoeiro, no município de Limoeiro; Escola Normal Rural Santa Maria, no município de Timbaúba; Prefeitura Municipal dos Barreiros, e o Colégio Santa Sofia, no município de Garanhuns. Os acordos previam a subvenção para Bolsa Escolar e manutenção dos ginásios do interior de Pernambuco. O ensino secundário era particularmente atraente para as camadas médias da sociedade, as mais sensíveis aos apelos do desenvolvimentismo, especialmente se ele multiplicasse as ocupações estáveis no aparelho estatal. O acesso à escolarização ainda era um fator predominantemente para uma minoria. Pensar o acesso aos estudos pós-primários era um distanciamento ainda profundo da população menos favorecidas (BARROSO FILHO, 2008).

A educação no governo de Barbosa Lima Sobrinho ocupou espaço de disputas e intervenções tanto do Governo Estadual como do Poder Legislativo. A política pernambucana se desenhava por meio das questões educacionais, em interface com o governo federal, e acompanhando as transformações sociais de renovação e modernização na educação brasileira. Mostrava-se que havia uma disputa de política expansionista em contraste com a predominância da força das escolas particulares confessionais monopolizadas no estado.

Além da questão da apresentação dos projetos de leis para criação dos ginásios, entrou em discussão entre os parlamentares o Projeto de Lei n.º 205, de 25 de junho de 1949 apresentado pelo deputado José Pontes Vieira de Menezes (PSD). Este projeto propunha a gratuidade do ensino público nos seguintes termos: “os ensinos primários, secundário, normal técnico profissional mantidos pelo Estado, pelos municípios e por particulares em escolas, colégios, ginásios ou institutos serão inteiramente gratuitos em todo o estado de Pernambuco, a partir de janeiro de 1950”. A lei oportunizava a gratuidade do ensino mantido por internatos, estabelecimentos de ensino religioso e cursos de aperfeiçoamento, emergência ou supletivo mantido por particulares, ou instituições (PERNAMBUCO, 1950).

O projeto de lei proposto em Pernambuco pode ser considerado uma tentativa de avanço no acesso à escolarização, mas provocou uma intensa discussão sobre seus objetivos reais, especificamente a manutenção dos estabelecimentos particulares, como se pode acompanhar no debate da Comissão de Saúde e Educação e Cultura discutindo sobre os pontos de vista constitucional e econômicos do projeto.

O sr. Luiz de França – Por particulares? Como nós vamos estabelecer normas para o ensino particular?

O sr. Luiz de França – É muito elevado o projeto do deputado Vieira de Menezes, porque com as verbas precárias que o Estado tem ele pretende pagar até o ensino feito pelos institutos particulares. É uma reforma radical, a que pretender aquele deputado.

O sr. Afonso Ferraz - É uma reforma radical, V. Excia. diz bem, mas o projeto cria rendimentos ao custeio das despesas (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 1949a).

O projeto era composto de 36 artigos que versavam sobre reestruturação dos quadros de professores (art. 9.º); criação de um Conselho de Ensino do Estado (art. 11); e a criação de uma “Taxa de Ensino” (art. 26).

ART. 9.º O Estado diligenciará junto aos poderes legislativos e executivo municipais no sentido de concertar uma remuneração tanto quanto possível uniforme ao seu professorado.

ART. 11 Para exato cumprimento das disposições expressas nesta lei, fica criado o Conselho de Ensino do Estado composto de dez membros, sendo 1 pai de aluno, 1 uma mãe de aluno, 1 diretor de estabelecimento secundário particular, 1 diretor primário particular, 1 diretor da escola profissional, 1 médico especializado, 1 técnico de educação, 1 professor do Secretário de Educação e Saúde do Estado e do diretor de Educação do Estado.

ART. 26 – Fica criada a “Taxa de Ensino” de Cr\$ 1,00 que incidirá em forma de estampilha, sobre quaisquer papéis ou documentos, mesmo que estes sejam anexados a processos que transitarem em repartição cartório ou autarquia estadual, devendo a estampilha se oposta aos mesmos papéis e documentos (PERNAMBUCO, 1949b).

A previsão legal do projeto foi colocada em pauta, haja vista que, em síntese, previa a estatização do ensino, sem exclusão do ensino particular. A proposição do deputado Afonso Ferraz, relator do parecer, justificou que o projeto não vigorava, referindo-se ao regime: “o nosso regime não admite, quando declara ser livre, a iniciativa particular do ensino, respeitadas as leis que o regulem Constituição Federal ( art. 167) e Constituição Estadual (art. 138).

O sr. Afonso Ferraz – A reforma pretendida pelo deputado Vieira de Menezes não se enquadra nos princípios reguladores da espécie estabelecidos pela Carta Magna federal, no seu art. 168, por isso que não pode ser aplicada em Pernambuco, como em nenhum outro Estado da Federação (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 1949c).

Outro ponto em relação ao projeto referia-se à taxa de ensino sobre mercadorias (cigarros, charutos, refrigerantes, joias e artigos de perfumaria) que se estabeleceria para a arrecadação de recursos que entrariam em vigor no orçamento de 1950. Isso significava o aumento do Imposto de Vendas e Consignações, o que Pernambuco já havia vivenciado em anos anteriores, ocasionado pela crise que o governo passava. A propósito, o deputado Pedro Pontes foi taxativo: “A taxa de ensino proposta pelo deputado Vieira de Menezes, ilustre membro da coligação Pernambucana, é simplesmente escorchante, além de inconstitucional, quando cobra *ad-valores* sobre o preço de utilidades e mercadorias” (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 1949d). O debate que ocorreu na Assembleia em torno dessa proposta de lei gerou dois conflitos nas discussões na comissão: o primeiro em relação a um aumento do imposto para exercer a taxa de ensino e segundo que a constituição estadual já instituía a gratuidade do ensino, apesar de não ser regulamentada. Portanto, havia uma convergência entre os deputados na aprovação dessa lei. Como podemos ver no parecer apresentado pelo deputado Mário Melo, integrante da Comissão de Saúde e Educação:

agricultura e a pecuária, receio que a providência da gratuidade do ensino, na formaprevista pela proposição legal, em tela redunde em queda a nossa produção naquelas atividades. Precisamos de escolas,

mas de Escolas Rurais, por todos os recantos do território do Estado, com professorado apto e bem remunerado, de modo que cada uma delas seja um verdadeiro centro de formação de cidadãos capazes, ativos e úteis nos moldes adotados pelo IX Congresso Brasileiro de Educação. O mal de certos homens públicos é pretender incitar a administração pelo fim, ou seja, por onde deveriam acabar. Em um Estado como o nosso, cujo nível de alfabetização excede de 28,3%, um dos mais baixos do Brasil, já se preverão estabelecer a gratuidade do ensino para todos os cursos antes de fazer a alfabetização da sua população escolar. Reconheço a boa vontade do ilustre autor do projeto de lei n.º 47, mas entendo que a reforma pretendida não se enquadra na legislação brasileira vigente (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 1949d).

A proposta dessa lei inviável foi mais uma tentativa dos deputados em proporcionar a gratuidade do ensino em Pernambuco. As críticas dos deputados e a não aprovação desse projeto certamente estava na previsão legal, que segundo a Comissão de Saúde e Educação não era garantia de transformação da realidade, a qual necessitava de um conjunto de fatores que contribuíssem para essa transformação. A eficácia legal só é possível quando há um conjunto de ações extra e intraescolares – ações governamentais, sociais e de organização interna do processo educativo – em prol de objetivos que tenham o compromisso de interferir no contexto existente, ou seja, a legislação só será eficaz se as pessoas envolvidas no processo estiverem realmente comprometidas com a sua aplicação.

A democratização do acesso ao conhecimento não se encontra apenas na capacidade de obter conhecimento, mas também criar condições individuais e coletivas para o desenvolvimento da consciência sobre a realidade social, enxergando-nos como sujeitos históricos, e

exercendo a cidadania, realidade ainda distante das décadas de 1950 e 1960.

Dessa maneira os atores políticos eram peças fundamentais para realizar a contrapartida financeira dos auxílios para os estabelecimentos, instituindo projetos de leis para as escolas de seus campos eleitorais. Por exemplo, a Lei n.º 284, de 21 de outubro de 1948, estabeleceu auxílio ao Ginásio Municipal 3 de Agosto, da cidade de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata: “Art. 1.º – Fica o Governo do Estado autorizado a conceder um auxílio de cento e cinquenta mil cruzeiros ao Ginásio Municipal 3 de Agosto, estabelecimento de ensino secundário oficial, da cidade de Vitória de Santo Antão” (PERNAMBUCO, 1948b, p. 285). Na mesma data, foi promulgada a Lei n.º 289, autorizando o Estado a conceder auxílio ao Ginásio de Limoeiro: “Art. 1.º – Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um auxílio de vinte e cinco mil cruzeiros ao Ginásio de Limoeiro ocorrendo a despesa por superavit do atual orçamento” (PERNAMBUCO, 1948b, p. 286).

Outras iniciativas nessa mesma direção foram instituídas em Palmares e Arcoverde, conforme consta no apêndice. A campanha de interiorização se verificava com os discursos proferidos pelos deputados, que utilizavam argumentos exaltando a excelência da cidade, apresentando o orçamento de arrecadação que ela disponibilizava e demonstrando que a Câmara Municipal já projetava discutir em breve um Projeto de Lei prestando o mesmo auxílio. Dos 29<sup>18</sup> Projetos que tramitaram na Assembleia Legislativa, no período de 1948 a 1963, se referiam a nove ginásios na Zona da Mata; dez no Agreste; quatro no Sertão e seis na capital, ou em municípios da região metropolitana. O Agreste e a Zona da Mata foram as regiões mais privilegiadas na criação de ginásios e atuação política de fomento da expansão escolar. Pode se dizer, portanto, que o

regionalismo foi um dado importante para compreender as políticas do ensino público em Pernambuco, haja vista que os critérios econômicos para levar o ginásio à região eram argumentos frequentemente utilizados nas defesas dos Projetos de Leis. Entretanto, essa prática gerou uma posição contrária por alguns deputados na Comissão de Educação e Saúde, como se pode observar no pronunciamento do deputado Osvaldo Lima Filho, do Partido Social Democrático (PSD), em referência ao posicionamento de deputados em defesa da criação das escolas em determinados municípios, ressaltando a arrecadação municipal e a posição geográfica estratégica da localidade.<sup>5</sup>

Não se trata aqui de interesses regionais, puramente locais, de pequenos municípios. Nós aqui, não iríamos reivindicar uma medida legislativa dessa natureza para um município pequeno, como por exemplo, Belo Jardim, que é aquele que represento, quando o município de Caruaru tem maiores possibilidades e poderia prestar maiores serviços (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 1948d).

O intenso debate dos anos 1950 vai se travar a partir de disputas previstas nos projetos de lei pelos deputados. A característica dos argumentos será protagonizada com o regionalismo local e a ausência de políticas, como se pode observar na justificativa do projeto de lei autorizando a abertura de um crédito especial à construção do prédio do Ginásio de Ouricuri, com população de 37.201 habitantes, contando com apenas 17 alunos no curso secundário. É digno de nota que já havia uma disposição de auxílio federal de Cr\$ 200,000.00, destinado a auxiliar a construção do ginásio embora essa quantia fosse considerada

---

<sup>18</sup> Ver apêndice.



insuficiente. Na justificativa do projeto de lei apresentado pelo deputado Felipe Coelho da Coligação Pernambucana podemos observar essa prática:

Encravado no alto sertão do Araripe, é o município de Ouricuri o mais populoso e melhor servido por estradas, centralizando as atividades comerciais de Bodocó, Exu, Araripina e Parnamirim, cujo acesso dado às boas condições das vias de comunicações, torna-se fácil e rápido. O único Ginásio mais próximo da Região do Araripe está situado no ribeirão município de Petrolina, distando duzentos e quarenta quilômetros, para as cidades mencionadas, ou locar-se para as cidades do Crato do vizinho Estado do Ceará onde existe um ginásio. Pode-se diante desta demonstração, aquilatar as dificuldades que os pais de famílias numerosas, enfrentam quando tentam educar um filho. [...] que a edificação de um Ginásio na cidade de Ouricuri, afim-de possibilitar ensino aquecível aos habitantes, marcando uma nova era de progresso, constituindo uma fonte inexpugnável na lapidação das inteligências anominais, submersas nas travas do analfabetismo (PERNAMBUCO,1953).

O discurso do progresso estava atrelado a uma necessidade de prevalecer o *status quo* da formação de uma elite condutora, tendo em vista que o sertão tinha um índice alto de analfabetismo. Também era uma das regiões com maiores deficiências educacionais, além de sérias dificuldades econômicas ocasionadas pela seca e pelo mandonismo político.

Esse conflito da política educacional, provocado por uma descentralização da responsabilidade de providenciar o ensino, resultou na dinâmica de uma contrapartida de recursos para sanar a ausência do ensino gratuito, sendo possível analisar pela diversidade dos projetos que foram sendo apresentados (auxílios, subvenções e criação). Nesse campo da

contrapartida, havia uma teia de atores – deputados; prefeitura (Poder Executivo) e o ensino particular (monopolizador da educação). As autoridades municipais eram sujeitas às pressões locais da população, que conseqüentemente instituíam uma pressão na representação regional na Assembleia Legislativa que, por meio dos projetos de lei, era levado ao debate para o Governo Estadual.

As ações dos deputados não cessavam, suas mobilizações em prol de levar ginásios para o interior, utilizando a dimensão simbólica de regiões desprivilegiadas pelo governo, era um discurso necessário e utilizado nas relações de forças que eram estabelecidas no campo político. No discurso do Deputado Diomedes Gomes (UDN), como de outros, confirma-se essa prática política. Na defesa da gratuidade e criação de ginásios públicos para sua zona eleitoral o Deputado Diomedes Gomes além de apresentar o Projeto 110/1948, no que se refere a criar o primeiro ginásio oficial no interior de Sertânia, apresentou o Projeto 112/1948 que previa o encapamento do Ginásio Olavo Bilac da mesma cidade. No debate realizado na Comissão de Educação ele apresenta:

O encapamento do Ginásio “Olavo Bilac” de Sertânia e a sua transformação em Ginásio Estadual, é uma medida inadiável que trará incalculáveis benefícios à mocidade estudiosa de toda região sertaneja. Sabemos que, entre nós, o ensino é livre a iniciativa particular, mas nos seus diferentes ramos compete aos poderes públicos ministrá-lo. A nossa Carta Estadual, no seu artigo 136 assegura que o ensino em todos os seus graus, mantido pelo Estado, será inteiramente gratuito. O ensino secundário oficial gratuito em Pernambuco, até agora, não saiu da Capital. O interior do Estado sempre esquecido e abandonado, tem recebido apenas, a ajuda do Estado com a concessão de bolsas escolares, o que representa uma gota d’água no oceano, das nossas necessidades educacionais. Sertânia, graças aos auxílios concedidos

pelo Governo Federal, possui atualmente um prédio modelar para instalação do seu Ginásio, o qual dentro de pouco tempo estará dotado de todo equipamento necessário ao seu funcionamento. E não seria perfeitamente justo que o Governo do Estado indo ao encontro da boa vontade do Governo da União e dos anseios das populações do baixo sertão do Brasil, instalasse ali o ginásio (DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO, 1953).

Segundo Barreto (2006), todo o processo noticioso está envolto em implicações sócio-político-econômicas diversas e complexas. Toda essa teia que se estabelece entre jornal/jornalismo e poder agrega interesses de parte a parte. Apesar disso, nesse tipo de relação ocorre um movimento que liga essa conjunção ao ato social e ao ato político, ao partilhar crenças e valores comuns. O jornalista pode privilegiar pronunciamentos de alguns deles em detrimento dos demais, dilatando as tensões entre as micro relações do jogo político. Os deputados pernambucanos apropriaram-se da imprensa para legitimar sua posição. Como podemos observar na justificativa do projeto para a criação do ginásio no município de Surubim, na Zona da Mata, proposto pelo Deputado Heráclio Rego (PSD), no qual ele traz uma matéria escrita pelo jornalista surubinense João Domingo Fonseca, publicado no *Jornal Pequeno*<sup>19</sup>

Está em andamento a ideia da construção de um Ginásio na cidade de Surubim. Mais algum tempo e teremos o educandário em funcionamento. Porque a turma da minha terra quando dispõe a fazer uma coisa faz mesmo. [...] Deve contar com o apoio do Poder Público. Não só o Poder Público Municipal, como o do Estado e da União. Felizmente ai estão os representantes dos municípios da Assembleia Estadual, que não descaram dos seus deveres para com a coletividade surubinense. Barbosa e Antônio Heráclio, militando em partidos

opostos. [...] O Ginásio onde a sua mocidade, como a dos municípios vizinhos possam fazer o curso sem as despesas que o tornam muitas vezes inacessíveis aos menos afortunados. Não me canso de dizer que Surubim está fadado a ser um dos principais municípios do Estado de Pernambuco. Isso porque o seu povo tem uma capacidade de trabalho verdadeiramente admirável e que bem a terra (PERNAMBUCO, 1954a).

A imprensa pernambucana exerceu papel de reivindicação e crítica, por meio da publicação de matérias jornalísticas. Dessa forma e como elemento do campo político, acarretando implicações no seu cumprimento com o tratamento das notícias, além da representação do cidadão comumente ao Estado. Essa relação política com a imprensa era uma das estratégias que possibilitou o levante do debate na sociedade pela ampliação à educação, como uma marca territorial dos políticos da imprensa com a sociedade.

Na perspectiva de ações entre o município e as representações políticas na Câmara Legislativa, temos o Projeto 58/1954 do Deputado Rinaldo Alves (Coligação por Pernambuco) que propunha auxílio a Prefeitura na criação do Ginásio em Paulista. Na sua justificativa, o deputado utiliza-se da Constituição de Pernambuco para argumentar a necessidade do Estado prestar auxílio aos municípios.

A Constituição do Estado prevê, no seu artigo 141, que: “Com o auxílio dos municípios beneficiados, o Estado deverá criar nas cidades de populações superior a 15.000 habitantes, estabelecimentos oficiais de ensino secundário”. A cidade de Paulista enquadra-se nesse dispositivo constitucional. Conforme apurou o Censo de 1950, o Município do Paulista possui na sua exígua área territorial (212 km<sup>2</sup>), 48.103 habitantes, dos quais, dada a concentração industrial, 25.592

residem na sede do Município. (...) Consoante o preceito constitucional acima citado, a iniciativa da criação de um Ginásio deveria caber ao Estado; desde, porém, que a Municipalidade chamou a si a construção do edifício, nada mais natural, mais justo e mais lógico do que o Estado auxíliá-lá nesse objetivo que é, realmente, de grande alcance para elevação do nível cultural das novas gerações daquele próspero Município (PERNAMBUCO, 1954b).

O deputado Rinaldo Alves (PTB) foi vereador da cidade de Paulista na década de 1940 e representava os sindicalistas da cidade. De fato, Paulista era o maior centro fabril do estado, porisso o argumento econômico se justificava. Nessa dinâmica de criação e legitimação dos atores para levar ginásios as suas regiões de reduto eleitoral, constituiu um campo de articulações entre os representantes nas câmaras estaduais e municipais das regiões. A contribuição do município, isto é, a contrapartida, foi uma estratégia para criações, manutenções e instalações dos ginásios.

O movimento por ginásios foi um movimento dinâmico, claramente visível nas criações de projetos de leis e políticas destinadas ao interior pernambucano. Mas nos anos 1950 ocorreram diversas transformações educacionais no estado. No governo de Osvaldo Cordeiro de Farias (1955- 1958), foi criado o Ginásio de Jaboatão, estabelecimento de ensino público, instalado no município vizinho ao Recife que iniciou suas atividades letivas em fevereiro de 1954.

No ano seguinte, o Governo do Estado baixou o Decreto n.º 263, de 21 de janeiro de 1955, autorizando o funcionamento de cursos de ensino gratuito, 1.º ciclo na capital e no interior subordinados à Secretaria de Estado dos Negócios de Educação e Cultura. Foi criado também o Ginásio do Beberibe, no Recife, em funcionamento no Grupo Escolar

Pedro Celso. Em 1956, foi criado o Ginásio Estadual D. Vital, no subúrbio de Casa Amarela. Os estabelecimentos que foram criados no Recife não dispunham de prédios próprios, por isso funcionavam em grupos escolares, ou estabelecidos no Colégio Estadual do Recife, conjugado com o Instituto de Educação e dispunha de 22 salas de aulas e 23 grupos escolares. No início dos anos 1960, o Governo fez obras de ampliação para a instalação de quatro novos colégios e mais dez ginásios.

**Figura 3 - Instituto de Educação e Colégio Estadual de Recife**



**Fonte:** Pernambuco (1959).

A criação desse estabelecimento e outros que se seguiram estavam ligados às transformações do panorama socioeconômico do estado. Em 1957, a matrícula dos estabelecimentos públicos de ensino secundário, atingiu o número de 6.585 alunos. Esse período também foi marcado pela instituição de um Departamento de Ensino Médio na Secretaria de

Educação do Estado de Pernambuco, o DEM, que passou a coordenar, inspecionar e orientar técnica e administrativamente os estabelecimentos estaduais de ensino secundário, normal, industrial e artesanal; indicando, assim, a importância maior que o secundário foi progressivamente adquirindo no âmbito do sistema público de ensino.

As transformações em Pernambuco se intensificam em 1958, sendo criado o Ginásio de Aplicação da UFPE, estabelecimento de referência educacional no Recife, com os novos métodos pedagógicos que estavam em circulação, as chamadas classes secundárias experimentais. De acordo com Cunha e Abreu (1963), a iniciativa da criação de “classes secundárias experimentais” no sistema nacional de ensino secundário representou um esforço engenhoso da administração escolar para renovar o ensino, a despeito da legislação uniforme e imprópria que o disciplinava. As “classes experimentais” constituíram, primeiro, uma lição de liberdade pedagógica, liberdade que se disciplina pela experiência e pelo saber da experiência resultante e, como consequência, a diversificação e a adaptação dos cursos ao progresso pedagógico e às condições locais e de magistério de cada escola. Foi criado também o Centro Regional de Pesquisas Educacionais do Recife, por meio da portaria do INEP, em 3 de outubro de 1957, tendo Gilberto Freyre assumido a direção dessa instituição alguns dias após sua criação. Apesar da expansão ocorrida durante a década de 1950, para Barroso Filho (2008), a situação do ensino secundário pernambucano continuava muito precária:

[...] Pernambuco estava muito distante de possuir uma rede pública de ensino secundário. A expansão da rede primária atuava como fator de pressão para implementação de uma efetiva rede de escolas públicas capaz de cobrir as necessidades de escolarização média da população do Estado, mas as ofertas existentes resumiam-se a um pequeno

número de estabelecimentos oficiais que abrigavam uma população escolar ínfima diante do conjunto das crianças e adolescentes em idade de frequentar esse nível de ensino (BARROSO FILHO, 2008, p. 103).

Em 1957 a matrícula do ensino secundário atingiu o número de 6.585 alunos apesar da lenta criação de ginásios pelo estado. No quadro abaixo podemos observar o movimento de matrícula nos Estabelecimentos de Ensino Médio, mantidos pelo Estado no quadriênio de 1959-1962.

**Tabela 8 - Estabelecimentos de Ensino Médio em Pernambuco**

	<b>1959</b>	<b>1960</b>	<b>1961</b>	<b>1962</b>
Ensino Secundário	5.596	5.735	8.309	9.582
Ensino Industrial	1.346	1.186	1.257	1.291
Ensino Artesanal	820	863	975	1.173
Ensino Normal	756	777	776	881
<b>Total</b>	<b>8.518</b>	<b>8.561</b>	<b>11.317</b>	<b>12.927</b>

**Fonte:** PERNAMBUCO (1963).

Apesar da lenta expansão na criação de ginásios existia uma relativa quantidade de alunos no ensino secundário, como a tabela mostra que esse aumento só vai ocorrer no início da década de 1960, quando o governador Cid Sampaio (UDN) tratou de implementar uma expansão mais expressiva do ensino secundário. Houve, assim, uma preocupação da Secretaria de Educação e Cultura em organizar a administração para o enfrentamento das necessidades da educação em Pernambuco.



A atividade educacional em Pernambuco, particularmente em Recife, no interior da disputa política, ocasionada pelo movimento de classe, se torna o eixo de toda uma luta polarizada entre um projeto social de tendência popular e outro modernizante. Torna-se um campo de batalhas que demonstra o jogo de interesses político subjacente a toda ação social, conseqüentemente, a ação educativa seja entendida como elemento do processo de organização de massas e política (educação extraescolar), seja como escolarização. O projeto político proposto por Cid Sampaio (1959-1962) para a educação foi pautado em uma educação modernizante, com seu plano de industrialização acompanhando as políticas do Governo Federal, e forte inclinação para o ensino técnico-profissional. Apesar da inserção de Cid Sampaio na aliança, com a qual tinha propostas educacionais populares, que o elegeu como governador, ele se distanciou do projeto político inicial da Frente de Oposição (SOUZA, 1989, p. 39).

O Nordeste, desde o ano de 1958, passava por mais uma seca, e o governo de Pernambuco teve que realizar a abertura de um crédito extraordinário para sanar as despesas com um plano voltado ao amparo das populações atingidas. A estiagem se prolongou, tendo a necessidade de ampliar maiores recursos. Dado esse contexto, os recursos do governo estadual nas limitadas possibilidades financeiras da Secretaria, e em face da ausência de maiores recursos do Governo do Estado, a gestão de Cid Sampaio teve um corte de 50% no orçamento, direcionando, assim, suas ações com recursos federais e o alinhamento com órgãos internacionais, como a Aliança para o Progresso, por meio de acordos do MEC/USAID.

Entre os anos 1958-1964, Pernambuco vivenciou uma crise orgânica polarizada nos projetos políticos de duas frentes na disputa pelo controle ideológico. Durante o governo de Cid Sampaio, ocorreu uma multiplicação de ligas camponesas em Pernambuco e o aumento do

número de choques entre trabalhadores e pequenos proprietários com latifundiários. Politicamente foi um período de intensos conflitos. Foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)<sup>20</sup>, uma forma de intervenção federal no Nordeste com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. O primeiro secretário da autarquia foi o economista Celso Furtado. Dois fatos relevantes determinaram a imediata criação do órgão: a seca de 1958, que aumentou o desemprego rural e o êxodo da população, e a série de denúncias que revelaram os escândalos da “indústria das secas”: corrupção na administração da ajuda dada pelo Governo Federal por meio das frentes de trabalho, existência de trabalhadores fantasmas, construção de açudes nas fazendas dos “coronéis”, etc.<sup>20</sup> (SOUZA, 1989).

O Nordeste, como outras regiões do país, passava por uma onda de planejamento e políticas de desenvolvimento regional, havendo, a necessidade de criar um órgão que pudesse organizar e planejar as atividades econômicas. Portanto, a criação desse órgão reuniu movimentos da sociedade civil, como o Congresso de Salvação do Nordeste (1955), a Conferência Nacional dos Bispos do Nordeste (Campina Grande-1956), o Encontro de Salgueiro e o Segundo Encontro dos Bispos do Nordeste (Natal- RN, 1959) refletia o grau de insatisfação em relação à política do Governo Federal para a região Nordeste. Com a criação da SUDENE, houve mudanças estruturais no Estado de Pernambuco; a modernização e

---

<sup>20</sup> O governo de Juscelino Kubitschek criou, no âmbito do Conselho de Desenvolvimento, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (1956) que, liderado por Celso Furtado, elaborou o documento **“Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste”**, apresentado ao Presidente Juscelino Kubitschek em 1959. Este documento propiciou a criação de um outro Conselho, o de Desenvolvimento Econômico do Nordeste – Codeno (1959). Em paralelo foi enviado um projeto de lei de criação da SUDENE. Ela iniciou sua atuação devidamente institucionalizada e politicamente estruturada, a partir de dezembro de 1959, e absorveu o patrimônio constituído pelo acervo do Codeno. Ver (NASCIMENTO, 2011).

o desenvolvimento econômico nortearam o plano educacional no estado durante a gestão de Cid Sampaio.

Houve uma ação mais efetiva e direta do governo estadual, resultando no aumento de ginásios estaduais criados por decretos-lei. No que diz respeito à educação média em 1959, registrou-se a criação de um estabelecimento de 2º ciclo do ensino normal, e ainda medidas para ampliação dos Ginásios Estaduais de Beberibe e Casa Amarela, ambos localizados no Recife, ao mesmo tempo, em que eram organizados os Ginásios Estaduais de Olinda, Caruaru, e Joaquim Nabuco no Recife, efetivamente criados pelos Decretos 489, 488 e 490, de 2 de fevereiro de 1960 (PERNAMBUCO, 1963). Na mensagem do governador, de 1963, consta a criação de ginásios estaduais no estado:

- a) Criação do Ginásio Estadual “Aníbal Fernandes”, em um dos bairros mais populosos do Recife (Santo Amaro);
- b) Funcionamento dos Cursos Clássicos e Científicos do Ginásio Estadual “Joaquim Nabuco” no Recife;
- c) Inauguração do novo prédio do Ginásio Estadual de Garanhuns funcionava como o título de Ginásio do Arraial no mesmo município;
- d) Funcionamento do Ginásio Estadual de Salgueiro no sertão pernambucano; [...] (PERNAMBUCO, 1963).

De acordo como os dados do Departamento do Ensino Médio, foram criados doze ginásios durante o governo de Cid Sampaio e isso ocorreu devido aos recursos que seu governo obteve. Em relação aos ginásios, a maioria funcionava em grupos escolares. Abaixo segue a relação.

**Tabela 9 - Ginásio e Colégios Públicos instalados no Quadrênio 1959/1962**

Estabelecimentos	Município	Região
Colégio Estadual de Beberibe	<b>Recife</b>	<b>Capital</b>
Colegio D Vital	<b>Recife</b>	<b>Capital</b>
Colégio Estadual Joaquim Nabuco	<b>Recife</b>	<b>Capital</b>
Colégio Estadual	<b>Recife</b>	<b>Capital</b>
Ginásio Estadual	<b>Olinda</b>	<b>Capital</b>
Ginásio Estadual	<b>Recife</b>	<b>Capital</b>
Ginásio Estadual Martins Júnior	<b>Recife</b>	<b>Capital</b>
Ginásio Estadual	<b>Garanhuns</b>	<b>Agreste</b>
Ginásio Estadual	<b>Arcoverde</b>	<b>Agreste</b>
Ginásio Estadual	<b>Salgueiro</b>	<b>Sertão</b>
Ginásio Estadual	<b>Limoeiro</b>	<b>Agreste</b>
Ginásio Estadual Alfredo Freyre	<b>Recife</b>	

Cid Sampaio alinhou a questão da educação com o desenvolvimento de uma infraestrutura econômica que pudesse desenvolver as atividades, seja de educação, saúde, etc. Portanto, seu governo dispôs da criação em ampla escala de escolas em todos os níveis, buscando conciliar com a ideia de desenvolvimento integral do Estado, que abrangia os aspectos econômico e o social, considerando que a escolarização era um processo de preparação do homem para o trabalho. A partir desse prisma os investimentos se deram com vistas à ampliação do ensino profissional, criação de escolas artesanais.

A Secretaria de Educação optou por fazer funcionar os Ginásios Industriais como estabelecimentos anexos aos Ginásios Acadêmicos, evitando a duplicação de despesas. Durante seu governo também é criado o Programa de Emergencial elaborado e executado pelo ex-ministro Darcy Ribeiro dando origem a um convênio firmado com o governo federal e

estadual, destinando a quantia de Cr\$ 132.632.000,00. Esse recurso levou o Estado de Pernambuco a terminar construções que estavam paralisadas, criar ginásios estaduais, custear cursos de treinamento de professores leigos, investir em projetos de alfabetização e na educação rural. Apesar do quantitativo de ginásios estaduais ter aumentado durante esse governo, eles se concentraram na região da capital do estado. Em 1962 existiam quinze ginásios municipais no estado de Pernambuco, desse total apenas dois estavam na região da capital, o Ginásio Municipal de Paulista e o Ginásio Municipal de Igarassu.

Os demais estabelecimentos estavam distribuídos pelo interior, em sua maioria na zona da Mata edo Agreste.

**Figura 4 - Ginásios Públicos em Pernambuco (1963)**



Neste sentido, podemos caracterizar a predominância de estabelecimentos de nível municipal do que estaduais. Essa dinâmica se deve às ações dos representantes locais e as relações políticas que se estabeleceram entre os atores políticos, entidades sociais, e as Prefeituras que possibilitaram a estruturação do aspecto educacional dos municípios.

Além disso, vale ressaltar a influência desses atores junto à sociedade civil. Assim, a legitimidade política e moral, em confluência com a igreja, conjugavam esse campo político em Pernambuco estabelecendo relações de dominação e interdependência política, como as unidades políticas, municipal, estadual por meio da composição do jogo político. A interiorização desses ginásios ocorreu em consonância de dois ritmos: econômico e social, sob a face do populismo e do argumento regional.



## Capítulo 3

### **A Atuação dos Municípios na Criação de Ginásios e a Questão do Financiamento**

A atuação do Poder Público estadual na expansão dos ginásios deu-se mediante a subvenção e auxílios aos ginásios do interior. As subvenções destinadas aos estabelecimentos se estenderam principalmente a ginásios municipais, criados e mantidos pelas prefeituras ou por fundações e autarquias. É relevante ressaltar a importante participação das municipalidades pernambucanas na escolarização do nível secundário, pois havia um forte movimento de autonomia municipal, realizado por meio da contrapartida que as autoridades locais realizavam para aquisição de recursos. Mas, para além dessa colaboração dos municípios, é interessante analisar duas tendências da Política Financeira para a educação em Pernambuco: primeiro considerando as três esferas administrativas: federal, estadual e municipal; segundo, é que podemos inferir que o programa de zonas educacionais que foi estabelecido no final dos anos de 1950 se constituiu como um plano para definir recursos para a educação pernambucana. Portanto, são dois elementos fundamentais para orientar a adequada compreensão dos dados que apresento sobre a educação secundária em Pernambuco. Claro, alertando para os limites desses elementos, e os entraves entre o regional e o interior. Dois conceitos que se convergem geograficamente, mas que possuem características distintas.



O regional possui um aspecto de uma determinada região com propriedades específicas, como dados demográficos e econômicos. O interior é uma representação e se constitui como o espacial e o político. Em Pernambuco eles foram estabelecidos para pensar o aspecto educacional.

Para a análise do planejamento regional da educação em Pernambuco, vale destacar o documento Programação Educacional<sup>21</sup> elaborado em 1959 pelos pesquisadores da Divisão de Estudos Educacionais DEPE<sup>22</sup>, órgão vinculado ao Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Recife, em conjunto com a Secretaria de Educação de Pernambuco. Esse estudo baseou-se nos estudos do Pe. Lebret<sup>23</sup> apresentado ao CONDEPE<sup>24</sup> para pensar o planejamento regional do estado.

---

<sup>21</sup> Sobre esses estudos desenvolvidos pelos pesquisadores do Centro de Pesquisas Educacionais de Recife, não encontrei experiências como a de Pernambuco em outros estados.

<sup>22</sup> Divisão de Estudos Educacionais, coordenado pelo Prof. Carlos Frederico Maciel, com a assistência da Prof.<sup>a</sup> Zaida Maria Costa Cavalcanti e Prof. Israel Guimarães Cardoso.

<sup>23</sup> Pe. Lebret, foi um economista e religioso católico dominicano francês, liderou o movimento Economia e Humanismo e criou um centro de pesquisas econômicas que reuniu intelectuais, leigos e clérigos, e tornou-se um importante centro de reflexão sobre o planejamento urbano, a reconstrução do parque industrial e o desenvolvimento na França do pós- Guerra. Durante o governo do general Oswaldo Cordeiro de Farias, em 1954, a Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco (antiga Codepe) convidou o Padre Lebret a apresentar alternativas para o desenvolvimento industrial do Estado. Essa pesquisa resultou na formulação do primeiro relatório com vistas ao planejamento estratégico para a instalação de indústrias em Pernambuco e no Nordeste. Resultante de um levantamento diagnóstico e prescritivo acerca das potencialidades econômicas da região, o relatório, de 1954, apresentava uma perspectiva inaugural ao tratar da necessidade de formulação de uma política nacional de desenvolvimento regional (GODOY, 2015).

<sup>24</sup> Em 1952 foi criado a Comissão de Desenvolvimento do Nordeste - CONDEPE, órgão consultivo do Governo Estadual e de assistência às iniciativas de desenvolvimento econômico e modernização do Estado de Pernambuco. Foram assim iniciados os estudos sobre ocupação territorial ordenada, especialização de atividades econômicas e a criação de cidades polos.

Os Centros Regionais eram subordinados ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais - CBPE, organizados segundo planos de trabalho aprovados após avaliação de comissão do INEP, executados sob regime de financiamento especial e convênios com governos ou entidades públicas ou privadas. A ideia era favorecer as ações do CBPE em grande extensão do território brasileiro para realização de pesquisas, desenvolvimento de cursos e experimentos capazes de subsidiar políticas públicas para o que Anísio Teixeira chamava de reconstrução educacional do país (MEUCCI, 2015).

A proposta dos centros era a de ampliar a pesquisa na área das ciências sociais e da educação. Essa parceria seria efetiva para a realização de uma política educacional, na qual a escola atuasse de fato como um fator de mudança social.

O fundamento desta desejada parceria entre ciências sociais e educação era a formulação da necessidade de ajustar o sistema educacional às condições de existência e às exigências de desenvolvimento econômico social e cultural das diversas regiões do país. Havia, pois, uma percepção de que se estava diante de uma oportunidade histórica de transformação da sociedade brasileira que, não obstante, exigia uma compreensão e um ajuste exitoso entre as expectativas e metas do campo educacional com as particularidades sociais e culturais regionais (MEUCCI, 2012, p. 98).

O período que se segue à queda do Estado Novo e se prolonga pela década de 1950 foi de grande efervescência político-cultural no Recife, destacando-se o ambiente cultural, alinhado à euforia democrática. Nos anos 50, as ideias propugnadas pelos urbanistas traduziram, entre outros, os preceitos do Movimento de Economia e Humanismo que estão

apresentados no estudo de Lebrecht. Desde os anos 1930 já havia uma discussão sobre a organização urbana, mas foi na década de 1950 que se intensificou o movimento de modernização de Pernambuco. Esse movimento integrava o debate acerca do regional e do popular que se tornaram duas perspectivas presentes no contexto intelectual da época. Dando ênfase à ideia de que o povo deveria estar integrado às expressões da cultura e do saber. Concomitantemente às novas expressões culturais, o cenário político dos anos 1950 foi marcado por debates centrados nas questões das disparidades regionais, do subdesenvolvimento da região Nordeste e da necessidade de reformas sociais, ou seja, os intelectuais buscavam propagar e difundir ideias cujo efeito fosse a reversão da situação predominante de miséria e de atraso regional. Segundo Pontual (1999) entre os eventos técnicos e políticos realizados nessa década, teve destaque o Congresso de Salvação do Nordeste que ocorreu em 1955, cujo ideário desenvolvimentista, presente no conteúdo programático do Congresso, encontra-se nos trechos mais eloquentes da Carta de Salvação do Nordeste:

As condições de retardamento do Nordeste mantêm em planos inferiores de vida todos os habitantes. Num quadro de calamidades naturais periódicas, grande número de problemas estava o desenvolvimento da região. Vive o nordestino uma situação de dificuldades, que não se coaduna com seu espírito de iniciativa e capacidade de trabalho. Ao flagelo das secas juntam-se os males do latifúndio, quase sempre improdutivo, as deficiências de transportes, a dispersão da população, o analfabetismo, as endemias e carências alimentares [...] (PONTUAL, 1999, p. 15).

O governo vendo a necessidade do impacto da industrialização que deveria acontecer no estado, resolveu-se por meio do CONDEPE, solicitar um estudo da economia de Pernambuco, incluindo a apresentação de sugestões quanto à localização de novas indústrias no estado. Em agosto de 1954, Lebret permaneceu quinze dias em Pernambuco. Como afirma Pontual (1999), era necessário definir diretrizes relativas à localização das estruturas econômicas e educacionais, desde à localização dos equipamentos e quadros de vida, às densidades e deslocamentos populacionais que eram regras respectivas para os dois diferentes tipos de ordenamento e controle — no primeiro orientações de procedimentos e modos de fazer; no segundo, eram determinações do que fazer, objetivadas em relações e dimensões.

Com base nesse ordenamento e no estudo realizado por Lebret, a pesquisadora Zaida Cavalcanti realizou uma pesquisa na qual ela apresentou os critérios definidos para organizar as áreas de programação educacional em Pernambuco. Os critérios que a pesquisadora levantou foram: dados de população global, população urbana, densidade demográfica, receita tributária municipal, receita arrecadada pelo Estado no município e “giro comercial”. Deve-se ressaltar que foram delimitados critérios para explicar metodicamente como se baseava essa distribuição entre as zonas. Em uma classificação estabelecida no estudo realizado e publicado no Caderno Educação (1960) pela pesquisadora Zaida Cavalcanti os municípios foram pensados em áreas econômicas-financeiras homogêneas em Pernambuco apresentando assim estruturas regionais para organizar as áreas de programação educacional.

A proposta de uma programação educacional delimitada em zonas no estado baseada em um planejamento social, nos possibilita pensar em um projeto de reordenamento espacial para expandir a escolarização nas

áreas a partir de critérios sócio-econômicos, tendo em vista que o zoneamento é um instrumento que visa determinar uma gestão de serviços e espaços, estabelecendo critérios por quem implanta (ALMEIDA, 2017). É possível relacionar esse plano com a argumentação dos deputados nas justificativas de criação dos ginásios expostos nos Projetos de Leis. Como mencionado no capítulo anterior, observamos que no discurso dos deputados, estava sempre presente a representação da região de maior desenvolvimento do estado, comprovados por dados demográficos e econômicos. Consequentemente, esse zoneamento educacional já havia sendo representado em um comportamento político regional que se estabelecia em um campo de disputas entre o regional desenvolvimentista e uma política de interiorização da escolarização pelos atores políticos em Pernambuco.

É possível compreender que houve um projeto de planejamento quanto ao sistema educacional das zonas, que se definia a partir do conceito de interiorização e o regional, no qual se manifestavam pelas relações de poder, econômicas e sociais. Esses direcionamentos se relacionavam com uma noção de modernização, na qual estava subjacente à articulação saber-poder no estado. Dessa maneira, pode-se dizer que a política de zoneamento em Pernambuco pretendia realizar a integração educacional no planejamento econômico-social e cultural do estado.

As especificidades regionais de Pernambuco e sua representação como metrópole regional do Nordeste criava a necessidade de agrupar territorialmente o estado considerando as características geográficas que resultavam no efeito de espacializar e planejar suas áreas de serviços, indústrias e educação. Segundo Pe Leuret (1954, p. 56), a ideia de zoneamento era a de realizar uma desconcentração desses serviços em torno

de Recife, com o objetivo de refluxo para outras regiões concomitantemente a um projeto urbanístico de modernização.

Na ponderação apresentada pela pesquisadora Zaida Cavalcanti sobre certa dificuldade em delimitar os municípios que seriam referências em cada zona, no plano proposto pela autora ela indica duas cidades da Zona da Mata e duas cidades do Sertão. No que se refere à Zona da Mata, em termos econômico-sociais, existia uma confluência em determinar se as cidades Nazaré ou Timbaúba seria um polo educacional, tendo em vista que as duas estavam localizadas próximas uma da outra, porém Nazaré constituía um ponto rodoviário, um núcleo de supervisão educacional que congregava também um projeto de Faculdade de Filosofia. No caso da zona denominada Sertão, as cidades Sertânia e Petrolândia estavam contempladas no zoneamento, porém não eram consideradas cidades de referência, pois dependiam de cidades-polos da zona do Agreste. As cidades-polo consistiam em localidades onde havia maior escolarização, como era o caso da cidade de Caruaru, Limoeiro, Garanhuns e Arcoverde, localizadas na zona do Agreste, e que recebiam por sua relevância alunos e alunas das cidades circunvizinhas. Na figura 5, abaixo, podemos observar em ordem classificatória as zonas prioritárias por grupos para o zoneamento educacional seguindo o estudo socioeconômico realizado pelo Pe. Lebret.

**Figura 5 - Áreas e zonas para Programação Educacional - Classificação de Municípios Prioritários**

Municípios	Pop.em cidade	Pop.urb	Pop.total	Densid.demog	Desp.edu	Total.tribu	Densid.fina	Receita.tot.muni	Observações
<b>Grupo I</b> Recife	1	1	1	2	1	1	1	1	
<b>Grupo II</b> Olinda	2	2	2	1	3	5	12	3	Conurbada com Recife "Segunda capital" Conurbada com Recife "Terceira capital" Import.rodoviária
Caruaru	3	4	4	-	2	3	5	2	
Jaboatão	4	3	3	3	5	4	9	4	
Garanhuns	5	5	5	-	4	6	17	5	
Vitória	6	7	6	8	7	10	18	6	
<b>Grupo III</b> Limoeiro	7	10	9	28	9	11	20	7	
Arcoverde	8	13	-	-	13	15	3	9	
Goiana	10	8	14	30	10	7	10	13	Pecuária Import.rodoviária
Petrolina	13	15	23	-	-	18	14	19	
Palmares	15	16	18	27	14	19	16	14	Semi-industrializada Polo de desenv. Junto Com Juazeiro da Bahia
Escada	18	21	19	-	8	13	6	8	
Serra Talh	20	22	15	-	-	25	-	23	
Salgueiro	22	25	-	-	-	-	21	-	
Nazaré	25	27	-	9	24	20	22	-	
<b>Grupo IV</b> Timbaúba	9	12	11	17	17	16	13	16	Import.rodoviária Boa estrutu. educa
Pesqueira	11	11	12	-	11	9	7	10	
Paulista	12	6	10	4	6	2	2	11	Artesanato e indústria
Carpina	14	14	21	5	23	24	24	22	
Bezerras	16	18	17	-	16	21	25	20	Industrializada Industrial
Moreno	17	20	-	15	18	12	4	17	
Gravatá	19	23	24	-	12	-	-	21	Industrial
Belo Jardim	21	24	20	-	22	-	-	-	
Cabo	23	19	7	18	15	8	8	12	
Igarassu	24	17	26	-	21	23	-	24	
São Lourenç	26	8	8	10	19	14	11	18	
Bom Conselho	-	16	16	-	25	-	-	25	
Grupo V	-	-	-	-	20	17	15	15	
Barreiros	-	-	-	-	-	22	19	-	
Sertânia	-	-	-	-	-	23	-	-	
Petrolândia	-	-	-	-	-	-	-	-	
Afogados	-	-	-	-	-	-	-	-	
Floresta	-	-	-	-	-	-	-	-	
Arapina	-	-	-	-	-	-	-	-	

**Fonte:** Cadernos Região e Educação (1960).

De acordo com pesquisadora Cavalcanti (1960), compunha o grupo I municípios prioritários para o ensinocolegial, ginásial, centros de juventude e centros politécnicos. O grupo II compreendia municípios com mais de 100.000 habitantes; o grupo III incluía as capitais de zonas educacionais; o grupo IV os municípios Grande Recife e outros que não

eram capitais das zonas, mas eram importantes. Chama particular atenção à classificação do grupo V, o qual, segundo a pesquisadora, abarcaria as **capitais de zonas que não eram importantes**. Essa definição gerou incômodo, pois insere algumas cidades em uma categoria de menor importância. Quais critérios foram utilizados para apresentar essa indicação? O que significava? Seriam cidades menos desenvolvidas? Devia-se à densidade populacional baixa? O que levou esse grupo de municípios a ficarem de fora de um planejamento educacional que possibilitava acesso a recursos para a escolarização? Esses municípios eram dependentes de outros núcleos, onde havia um desenvolvimento educacional melhor?

Uma possível hipótese para esses questionamentos refere-se à política desenvolvimentista para os municípios que estava sendo elaborada por meio desse zoneamento, tratando-se em critérios de desenvolvimento. Assim, é possível pensar que não eram municípios que poderiam dispor de um polo educacional com condições estruturais necessárias, como também, é importante lembrar que havia municípios que estavam no que chamavam de “Polígono da seca”, a exceção de Barreiros que estava localizada na Zona da Mata. Portanto, não podemos inferir apenas ao critério econômico, tendo em vista que a região açucareira que estava localizada na Zona da Mata era considerada economicamente desenvolvida. Sendo assim, é necessário realizar uma análise dos dados educacionais tanto do ensino primário, como do ensino secundário, para pensar se havia demanda do ensino nesses municípios.

Na tabela 10 fica evidenciado como a zona do Agreste foi uma das áreas de maior desenvolvimento educacional. A capital dessa zona era Caruaru, cidade que possuía o maior índice de escolas do Estado de Pernambuco. No que se refere ao ensino primário, a Zona da Mata ficava atrás do Sertão, sendo uma região de potencial econômico pela sua



produção canavieira e industrial em comparação com a economia predominantemente agrícola do sertão. O que nos leva a questionar novamente a afirmação de Cavalcanti (1960), ao afirmar que cidades do Sertão estabelecidas no grupo V não tinham importância.

**Tabela 10 – Dados Gerais**

**Ensino Primário em Pernambuco 1955 Unidades Escolares Públicas – Zonas regionais**

Nº de escolas	Agreste	Mata	Sertão
	2.161	1.058	1.085

Fonte: PERNAMBUCO (1953).

**Tabela 11 - Ensino Primário - Dados dos Municípios do Grupo V – 1955**

Município	Distrito	População	Ensino Primário			
			Federal	Estadual	Municipal	Particular
Barreiros	3	28 093		14	7	12
Sertânia	5	22 994	-	28	36	-
Petrolândia	2	85 06	1	10	46	-
Afogados	3	24 373	-	9	52	-
Floresta	4	18 00	-	39	39	1
Araripina	3	29 542	-	14	45	3

No que se refere ao ensino secundário no grupo V, chamamos atenção para a cidade de Sertânia, escolhida para sediar o primeiro ginásio oficial do interior em 1948, no convênio estabelecido entre o Ministério da Educação e o governo do estado, citado no capítulo anterior. Vale lembrar que tal escolha desencadeou intensos debates sobre os critérios da localização do ginásio, pois Sertânia não era considerada ideal para a

criação de um estabelecimento desse tipo, devido aos limites de seu precário desenvolvimento. Além do Ginásio Estadual de Sertânia, a cidade tinha o Ginásio Olavo Bilac que fazia parte da Campanha do Ginasiano Pobre. Em Barreiros o ensino secundário de caráter público só se efetivou com os esforços da prefeitura para a criação, em 1955, do Ginásio Municipal, por força da Lei 2.180, na qual concedia auxílio e subvenção anual para manutenção de despesas. Em 1957, por ações municipais, temos a criação do Ginásio Municipal de Araripina. No Sertão, municípios como Floresta e Afogados da Ingazeira, até o final dos anos 50, não contavam com nenhum estabelecimento de ensino secundário gratuito, registrando tão somente o ensino particular religioso.

Frente a tal realidade, pode-se refletir que esse grupo de zoneamento foi negligenciado pela proposta de política de programação educacional. Por outro lado, vale assinalar os esforços municipais, as ações da localidade que visavam estabelecer um desenvolvimento educacional para a sua respectiva região. Isso porque, os atores políticos com as representações locais buscavam uma forma de acesso escolar para a população. É preciso, portanto, pensar que os municípios que foram estabelecidos como capitais de zonas não importantes tenham tido outro movimento educacional, outra política pública.

Como nos lembra Bourdieu (1983), o campo político é estruturado a partir das relações de poder, que se traduz em uma oposição de forças, distribuídas entre posições dominantes e posições dominadas, segundo o capital simbólico, econômico e cultural dos agentes e instituições. Portanto, é considerável pensar que havia uma disputa de forças entre esses sujeitos no que se trata de constituir uma escolarização no interior de Pernambuco.

Na tabela 12 podemos observar que existiam outras forças em disputa para expandir a escolarização em Pernambuco, isto é, o poder político municipal, prefeitos e vereadores também participaram da luta pela expansão do secundário por meio projetos de subvenção e auxílios. Esse movimento se intensificou durante o governo de Cid Sampaio, quando os ginásios receberam, por intermédio de um acordo entre a Secretaria de Educação e Cultura e as Prefeituras Municipais, a abertura de um crédito especial (Lei n.º 4.527, de 6 de novembro de 1962) para subsidiar a manutenção dos ginásios municipais.

**Tabela 12 - Ginásios no Interior de Pernambuco (1962)**

Estabelecimento	Município	Região	Verba
Ginásio Municipal	Serra Talhada	Sertão	Cr\$ 780.000,00
Ginásio Municipal	Gravatá	Agreste	Cr\$ 750.000,00
Ginásio Municipal	Correntes	Zona da Mata	Cr\$ 502.807,00
Ginásio Municipal	Barreiros	Zona da Mata	Cr\$ 502.807,00
Ginásio Municipal	Petrolândia	Sertão	Cr\$502.807,00
Ginásio Municipal	Parnamirim	Sertão	Cr\$502.807,00
Ginásio Municipal	Paulista	Litoral	Cr\$502.807,00
Ginásio Municipal	Inajá	Sertão do Moxotó	Cr\$502.807,00
Ginásio Municipal	Aliança	Zona da Mata	Cr\$502.807,00
Ginásio Municipal	Araripina	Sertão do Araripe	Cr\$502.807,00
Ginásio Municipal	São Bento do Uma	Zona da Mata	Cr\$502.807,00
Ginásio Municipal	També	Zona da Mata	Cr\$502.807,00
Ginásio Municipal	Igarassu	Litoral	Cr\$502.807,00
Ginásio Municipal	Custódia	Sertão do Moxotó	Cr\$502.807,00
Ginásio Municipal	Água Preta	Zona da Mata	Cr\$ 436.316,00
<b>Total</b>			<b>Cr\$ 8.000,00000</b>

Portanto, a pesquisa realizada pelo DEPE estava vinculada a uma proposta de Política Pública que estava vinculada a uma Política Governamental.

Assim, podemos deduzir que a educação em Pernambuco nos anos 50 e início dos 60 dispunha de dois elementos: o desenvolvimento regional educacional por meio da proposta do programa de zoneamento e uma ação estruturada pelo campo político de autoridade local versus o Poder Executivo/Legislativo. Em 1963, foi estabelecida uma resolução legitimando o estudo apresentado pelos pesquisadores do Centro de Pesquisas Educacionais do Recife, instituindo em forma de lei o zoneamento do Estado para fins de programação educacional por força do art.131 da Lei Estadual 5.695, de 7 de novembro.

EMENTA: - Estabelece o zoneamento do Estado para fins de promoção educacional nos termos do Art. 131. Da Lei Estadual 5695 de 7.10.63.

ART.2º- O Conselho Estadual de Educação utilizara a divisão territorial estabelecida no artigo primeiro para efeito de elaborar os planos relativos a escolaridade primária e média, incluindo a concessão de bolsas de estado, bem como, educação supletiva de adolescentes e adultos e formação de mão de obra.

Inciso 1º - Será estabelecido um programa de metas de escolaridade nos diversos níveis de ensino para as diversas zonas e áreas (PERNAMBUCO, 1963).

A proposta de uma política de zoneamento em Pernambuco foi uma tentativa de planejamento e ordenamento educacional, com pressuposto da formação espacial das cidades, na economia e no social,

influenciando a política educacional em Pernambuco. Ela possibilitou pensar a oferta dos serviços educacionais para as regiões pernambucanas. Esse planejamento de referenciar as zonas para criação de escolas, iniciado nos anos 1960, seguiu fortemente com a instituição da resolução, sendo referência no plano de serviços educacionais em Pernambuco. É possível inferir que a constituição das zonas escolares e os níveis de ensino determinados para cada região resultou em uma distribuição desigual nos municípios, havendo um número maior de escolas nas Zonas da Mata e do Agreste.

### **3.1 Ginásios Municipais em Pernambuco**

Quando falamos de municipalização do ensino, podemos tomar como um dos principais marcos históricos a defesa realizada por Anísio Teixeira de que o município reuniria condições apropriadas para assumir a gestão e a responsabilidade pelo ensino primário. Anísio Teixeira foi um dos primeiros a elaborar uma proposta de política pública de municipalização do ensino à época para o ensino primário. Castro (1999) entende que Anísio Teixeira foi um dos principais intelectuais da educação que se destacou na defesa do município como instância legítima para assumir a educação, se posicionando de modo contrário à centralização do poder educativo nas mãos da União, pois Teixeira entendia que:

a centralização, num país como o nosso, é uma congestão cerebral. Por isso somos uma federação. Por isto, temos os municípios autônomos. Ora, não é possível a federação política dos municípios, sem equivalentes autonomias dos seus serviços de educação. [...]. E muito do sentimento de impotência que vai pelo país, em relação à

possibilidade de resolver os seus problemas educativos, provém, a meu ver, desse estrangulamento causado pela centralização federal (TEIXEIRA, 1976, p. 184-185).

O processo político da constituição do Estado republicano brasileiro pautou-se por um modelo de federação em que prevaleceram os estados e não a União, dessa maneira, as tendências autônomas influíram nos rumos da política educacional. O federalismo adotado no Brasil consolidado com a promulgação da Constituição republicana em 1891, a primeira da História da República no país, seguindo o modelo de experiência norte-americana, é visto como sendo responsável pelo aprofundamento do poder das oligarquias regionais, que tiveram sob seus domínios responsabilidades e poderes decisórios que antes, mais amplamente, dividiam com o poder central (MULLER, 2017, p. 194).

Dessa forma, o que ocorreu no Brasil foi uma descentralização promovida pelo federalismo, em especial na Primeira República (1889-1930), ampliando o poder dessas oligarquias utilizando o político-eleitoral em contrapartida com a baixa ampliação dos direitos sociais durante esse período, a exemplo das fraudes eleitorais, o coronelismo, o controle sobre o voto exercido no plano municipal pelos líderes locais, e dos coronéis na garantia e manutenção das oligarquias regionais no poder estadual. Essa política foi chamada de “política de governadores”, em Pernambuco fortemente instituída pelos coronéis que estavam à frente da política local.

Nos anos 1950 a ação local foi protagonista no processo de expansão dos ginásios que Pernambuco vivenciou. As prefeituras eram forçadas pelas populações a criarem assim escolas secundárias. A demanda crescente pelo ensino secundário, sobretudo pelo curso ginásial, somada à pressão dos deputados que queriam atender as suas zonas eleitorais para garantir

seu prestígio político, apoiava as iniciativas municipais por meio de projetos que auxiliavam a criação ou manutenção dos estabelecimentos de ensino. Tendo em vista que a maioria deles funcionavam em grupos escolares ou escolas reunidas, a exceção de outros que possuíam prédio próprio custeado pela prefeitura.

Várias prefeituras após criado o Ginásio Municipal necessitavam de recursos do estado ou entregavam a direção para uma instituição religiosa ou particular. O discurso de expandir a rede de ginásios estava na necessidade de democratizar o ensino e levar a instrução para a juventude pernambucana, principalmente nas cidades onde a ausência educacional era presente. Sobretudo, faço destaque para a quantidade de subvenções que eram destinadas à manutenção desses ginásios. Isso pode ser visto na justificativa do Projeto 148/1951 do Deputado José Mixto (UDN) que estabelecia um auxílio anual ao Ginásio Municipal 3 de Agosto, no município de Vitória de Santo Antão é:

A Prefeitura Municipal de Vitória do Santo Antão mantém o Ginásio 3 de Agosto pesando demasiadamente no seu orçamento, mas como se trata de uma obra de grande relevância não tem sido negado o apoio merecido. O prédio e as instalações pertencem a Prefeitura municipal em que foram investidas grandes somas, mas muito embora sejam demasiadamente pesadas as inversões de numerário, o desejo de servir a coletividade não tem encontrado obstáculos. A Entidade mantém numa matrícula de cerca de 200 alunos no referido educandário mais de sessenta alunos gratuitos reconhecidamente pobres e filhos de funcionários, ou seja, quase um terço da matrícula (PERNAMBUCO, 1951).

Diante disso, Azevedo (1997) expressa que o comportamento dos atores políticos, ao tomarem decisões que conduzem à sua definição e formulação, estão se apoiando em algum tipo de definição social da realidade, peculiar a determinados grupos. No caso da justificativa apresentada pelo deputado, ele estava definindo a sua defesa em prol da ação municipal alinhando-se a uma hegemonia de uma dada esfera de ação, que estava na necessidade de subvenção ao ginásio municipal.

No final dos anos 50 o órgão de Assistência Educacional<sup>25</sup> às Prefeituras Municipais teve uma maior atuação na administração do governador Cid Sampaio. De acordo com a mensagem de governador, era necessário criar um órgão para solucionar os problemas do deficit escolar:

Os problemas do déficit escolar e consequente índice de analfabetismo reportam-se a épocas muito remotas, causados por fatores econômicos-sociais e administrativos que não podem ser solucionados com a necessária presteza, mas tenta o ASSEPRE dar soluções a esses problemas, prestando às Prefeituras Municipais dentro do que permite a Constituição Federal, respeitada a independência político-administrativa, a necessária assistência técnico-pedagógica (PERNAMBUCO, 1959).

Como ponto inicial do seu trabalho, o órgão entrou em contato com as Prefeituras Municipais, estabelecendo com os prefeitos convênios com a Secretaria de Educação, a fim de que pudesse a rede escolar municipal beneficiar com a assistência. Em seguida, foram convocados os Inspetores Orientadores do Interior, com o objetivo de realizar um levantamento geral dos municípios com especial atenção para as condições educacionais de cada um, por meio de um questionário para terem conhecimento da situação geral do município, de modo a realizar a



aplicação de um mesmo plano de trabalho as localidades que apresentavam condições de vida semelhante (PERNAMBUCO, 1959).

Durante o governo de Cid Sampaio o departamento investiu em cinquenta municípios, planejando, orientando e colaborando com as prefeituras para a ampliação na escolarização, o resultado dessas articulações foi o aumento dos auxílios para assistência dos ginásios.

Segundo dados das *Sinopses Estatísticas do Ensino Médio*, é notável o crescimento de escolas municipais no interior pernambucano. É importante assinalar a diferenciação regional no processo de expansão, o qual ocorreu privilegiando as regiões no interior com potência economicamente favorável. A interiorização dos ginásios era resultado de um discurso político que estava sendo acompanhada com as transformações econômicas, sociais e culturais no estado. Apesar dessa pequena ampliação na rede pública, a expansão da rede particular é evidente nos dados apresentados na Tabela 14, os empasses entre o público e o privado eram evidentes. Entre 1945 e 1964, houve um aumento de 6,4% da rede estadual, 13,2% da municipal e 80% da rede particular. A predominância de estabelecimentos privados é superior em altos números. Como podemos observar na tabela 13, os dados referentes ao ciclo ginasial se destacam com a predominância dos ginásios municipais.

**Tabela 13 - Discriminação por entidades mantenedoras do Ensino Secundário em Pernambuco – Ciclo Ginásial(1945-1964)**

Ano	Unidades Escolares	Federal	Estadual	Municipal	Particular
1945	20	-	-	-	20
1948	22	-	-	-	22
1954	89	-	3	6	80
1958	113	-	5	9	99
1960	34	1	8	25	-
1964	234	1	15	31	187

Os dados que são apresentados nesta pesquisa são aproximados, tendo em vista as imperfeições encontradas em confronto com outras fontes de dados estatísticos. Isso se verifica no sistema de organização instituído pela Diretoria Geral de Estatísticas em estabelecer, com ausências, um grau de dados que permitissem a elaboração de quadros completos estatísticos do sistema escolar brasileiro no século XIX e início do século XX (GIL, 2017). O Estado acompanhou as políticas de transformações e modernizações dos dados educacionais para planejar as ações e obrigar os atores políticos a se submeter a elas. Esse discurso foi intenso nas décadas de 1930 e 1940 indicando a necessidade de se conhecer os problemas do Brasil, e a estatística foi uma estratégia para traçar diretrizes. Segundo Gomes (2007, p. 45):

Os Estados nacionais, quase sempre e quase desde sempre, precisaram se informar sobre as características de seu território e de seu povo. Quantificar, mensurar, mapear são operações que sustentam o conhecimento da “realidade” e permitem traçar políticas, como a de tributar e garantir a segurança, isto é, de exercer as tarefas próprias dos Estados modernos. Para tanto, instituições específicas são necessárias.

As instituições que foram sendo criadas para atuar no campo estatístico avançaram nas pesquisas sobre a escola, dados, pesquisas de evasão, melhoramento nos padrões de mensuração, mas isso implicava uma correlação com os Estados, suas instâncias regionais, dados que ficam imprecisos quando se confrontam as fontes. A uniformização da estatística da educação e seu aperfeiçoamento foi um processo de instabilidades. Nesse sentido, centrar um quadro de quantidade de escolas, no caso de Pernambuco, é se basear em aproximações. Dada a crítica à fonte, é preciso pensar como o sistema organizacional de educação ainda precisa avançar para compreender esse abismo existente na educação brasileira e no acesso à escolarização por meio dos dados estatísticos.

Mais uma vez retomando às indicações de Bourdieu (1983), vale ressaltar que campo é sempre caracterizado pelas lutas concorrenciais entre os agentes, em torno de interesses específicos. Pernambuco avançou gradualmente seus ginásios pelo interior, na relação estabelecida entre os atores políticos estaduais e regionais, sendo exemplo disso a quantidade de ginásios municipais pelo interior do estado. É expressiva a quantidade de escolas nas regiões interioranas do Sertão, Zona da Mata e Agreste. A interiorização resultou na configuração social e econômica pela qual a cidade estava passando, portanto, a educação foi protagonista para se inserir no desenvolvimento da sociedade pernambucana.

### **Recursos financeiros para o ensino ginásial**

Não se pretende aqui realizar um estudo aprofundado sobre o financiamento educacional no Estado de Pernambuco, mas apresentar um levantamento inicial da distribuição dos subsídios educacionais para uma

educação gratuita e apontar as tendências da Política Financeira da Educação no estado. Além de uma redistribuição de recursos governamentais no setor educacional, é necessário dispormos de uma visão sobre o crescimento dos gastos nessa área e nos diferentes níveis das esferas administrativas. As dificuldades encontradas para reunir dados dos recursos se dão na variação dessas distribuições, recorrendo a fontes distintas de informação, como: desde dados orçamentários, nas mensagens de governadores aos dados econômicos expressos nos anuários; além desses, duas pesquisas realizadas pelo Centro de Pesquisas Educacionais do Recife: “Levantamento dos Recursos Financeiros para Educação em Pernambuco” de autoria dos pesquisadores Antônio Carolina Gonçalves e Itamar de Abreu Vasconcelos, o estudo sobre “Levantamento bibliográfico de Economia e Finanças Educacionais” da pesquisadora Myriam Brindeiro de Moraes Vasconcelos. O levantamento dos gastos do governo permite discutir as restrições existentes ao princípio da igualdade de oportunidades educacionais e o caráter redistributivo dos gastos federais.

No que se refere às discriminações dos recursos no sistema brasileiro, as despesas governamentais eram financiadas com recursos orçamentários e, em outros casos, também eram utilizados recursos extra orçamentários. No primeiro caso, a existência do vínculo garante a utilização dos recursos arrecadados a partir de uma lei específica. Quando não ocorre vinculação, o governo pode dispor dos recursos livremente, em qualquer dos setores. Os recursos extraorçamentários provêm de receitas que não estão consignadas no orçamento, como os fundos que eram provenientes da Loteria Esportiva (a partir da receita líquida da exploração da loteria que era destinada expressamente à educação).

Logo, como a maior parcela da receita tributária era arrecadada pelo governo federal, as transferências da União para os Estados e

Municípios eram importantes para o financiamento das despesas destes níveis de governo. Segundo Souza (1977), o que ocorria era uma centralização excessiva da arrecadação tributária, sendo os principais tributos de responsabilidade da União, como os Impostos de Renda, de Produtos Industrializados e de Importação; dos Estados, o Imposto sobre circulação de mercadorias; e dos Municípios, o Imposto Predial e Territorial Urbano e o Imposto sobre serviços.

No Brasil, como informa Melchior (1975), algumas fontes de recursos vinculados foram estabelecidas desde o século XVII como o subsídio literário instituído em 1772 constituindo na primeira vinculação que favoreceu a educação. Sua arrecadação efetuou-se para arcar com os gastos do ensino, tornado público após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, em 1759. Em 1932, o Fundo de Educação e Saúde foi constituído com a arrecadação da taxa de educação e saúde, que incidia sobre qualquer documento obrigatoriamente selado. Seguindo, em 1942, o Fundo Nacional do Ensino Primário, era baseado em um adicional de 5% sobre o Imposto de Consumo incidente das bebidas. Já para o Fundo Nacional do Ensino Médio, criado em 1954, não foi atribuído fonte tributária. Esse Fundo estabelecia:

**Art. 1º** O Fundo Nacional do Ensino Médio, instituído pela Lei nº 2.342, de 25 de novembro de 1954, tem como objetivo concorrer para a manutenção, o aperfeiçoamento, a difusão e a acessibilidade do ensino de grau médio, contribuindo financeiramente, na estrita medida das necessidades dos alunos, dos professores e dos estabelecimentos, para proporcionar maior número de oportunidade educacionais, sem prejuízo da qualidade do ensino e da remuneração do trabalho docente.

**Art. 2º** Constituem recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio:

- dotação orçamentária nunca inferior a 0,01 (um centésimo) da renda do União resultante dos impostos;
- renda proveniente dos tributos federais que para esse fim vierem a ser criados;
- juros de depósitos bancários do mesmo Fundo.

**Art. 3º** Os créditos orçamentários e adicionais destinados ao Fundo Nacional do Ensino Médio serão, automaticamente, registradas Pelo Tribunal de Contas e distribuídos ao Tesouro Nacional.

**Art. 4º** Os recursos destinados ao Fundo Nacional do Ensino Médio serão depositadas no Banco do Brasil Sociedade Anônima ou na Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, em conta especial à disposição do Ministério da Educação e Cultura.

**Art. 5º** Os recursos do Fundo Nacional do Ensino Médio são destinados

- a) bolsas de estudo aos adolescentes mais capazes, dentro os necessitados;
- b) subsídios para manutenção de estabelecimento de ensino secundário, comercial e industrial, sob a forma de auxílio ao próprio estabelecimento ou suplementação de salários de professores;
- c) contribuições a entidades públicas ou privadas, para promover a difusão e o aperfeiçoamento do ensino de grau médio, inclusive para ampliação e melhoria do aparelhamento escolar (BRASIL, 1954).

É evidente que o propósito do legislador, ao criar esses distintos fundos estabelecidos nas constituições, foi exercer a sua ação supletiva de forma a estimular e ajudar os Estados e os Municípios no cumprimento de suas atribuições, como também de dar maior viabilidade a um plano de *assistência financeira* para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento dos

sistemas estaduais de educação, sem prejuízo das obrigações da União. Como também, fixar um percentual mínimo da receita tributária para ser obrigatoriamente gasto em educação por determinados níveis governamentais. Na constituição de 1934 era estabelecido um percentual de 10% para a União e Municípios, e de 20% para o Distrito Federal e Estados. Na Constituição de 1937 a obrigação foi retirada, só voltando na Constituição de 1946 quando estabeleceu um percentual relativo aos municípios que passou a ser 20%. Com a Lei de Diretrizes e Bases em 1961, ampliou-se o percentual da União para 12%, mantendo nas demais esferas administrativas os 20%.

Com a ampliação dessa política e da própria distribuição dos recursos federais em parcelas iguais para os três níveis de ensino, estava determinante que a União reconhecia sua ação suplementar, mas não desejava assumir a responsabilidade dos sistemas de ensino em seus três níveis. Na verdade, a suplementação se dava em auxiliar os serviços locais de educação, oferecendo ajuda maior, proporcionalmente, aos ensinos de nível médio e superior.

A descentralização possibilitou uma maior responsabilidade dos Estados e Municípios para garantir recursos ao sistema educacional, e a dependência de auxílio e subvenções para as respectivas esferas administrativas. Havia um conflito da política educacional provocado pela descentralização da responsabilidade de providenciar o ensino, sem que houvesse uma contrapartida recursos. As controvérsias em relação ao ensino público mostram o descompasso entre a descentralização nas obrigações de providenciar os recursos e o excesso de centralização da arrecadação tributária. Haja vista as disparidades econômicas no nosso país e existindo uma desigualdade na distribuição, resultando na necessidade dos Estados e Municípios organizarem seus financiamentos, mas

mantendo certa dependência de recursos da União por meio dos auxílios e subvenções.

No caso de Pernambuco, a Constituição Estadual de 1947 previa:

## **SEÇÃO IV**

Da elaboração do orçamento

Art.40 O orçamento será uno, incorporando-se à receita, obrigatoriamente todas as rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se discriminadamente na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços públicos.

Art. 41 Na organização e execução do orçamento serão observadas as normas que seguem:

I- Destinação e aplicação obrigatórias das seguintes percentagens mínimas, calculadas sobre o total da renda tributária prevista do Estado:

b) vinte e cinco por cento (25%) à manutenção e desenvolvimento dos serviços de instrução, educação e saúde pública.

## **TÍTULO IV**

Da família, da saúde e educação e da cultura

### **CAPÍTULO I**

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art.132. O Estado manterá um sistema de ensino tão completo quanto possível, abrangendo todas as modalidades e graus, e



observando o plano esboçado na Constituição Federal, convenientemente adaptado às contingências locais, sempre que as mesmas o exigirem.

Art.135. O Estado e os Municípios aplicarão nunca menos de vinte e cinco por cento (25%) de sua renda ao serviço de instrução e saúde pública, nos termos do artigo 11, nº I ,letra b.

Art. 136. O ensino primário, secundário e superior, mantido pelo Estado, será inteiramente gratuito.

Art.137. Fica instituído o Fundo de Educação, que será regulado por lei e administrado pelo Estado.

(Inciso) 1º. Para esse fim os Municípios cooperarão com o Estado, estabelecendo convênios para a organização e manutenção do sistema escolar, e regime comum de verbas destinadas ao custeio dos serviços.

(INCISO )2º. A esse Fundo se acrescentará o auxílio que a União conceder.

(inciso ) 3º Os recursos do Fundo de Educação serão aplicados inclusive no fornecimento de material escolar a começar pelas escolas rurais , na organização de bolsas de estudo, na assistência médico-dentária, na instituição da merenda escolar e na criação de colônias de férias

Art.141. Com o auxílio dos Municípios beneficiados, o Estado deverá criar, nas cidades de população superior a quinze mil (15.000) habitantes estabelecimentos oficiais de ensino secundário.

Em relação ao Art. 135 da Constituição do Estado, estava condicionada a determinação da União, no que se refere à obtenção do auxílio. Sendo que o auxílio federal somente seria concedido no caso do Estado e do Município destinarem no mínimo 20% dos seus recursos de

impostos ao ensino. De acordo com Teixeira (1962), o auxílio visaria expandir o ensino a maior número de alunos e a melhorar a sua qualidade, tendo sempre por base o custo do aluno. No caso da expansão da matrícula, o auxílio seria o do custo total dos novos alunos; no caso de melhoria do ensino, o auxílio seria um reforço a esse custo do aluno, ajudando na elevação do nível e qualidade do ensino. No convênio a ser assinado, seriam fixadas as condições para o recebimento do auxílio, bem como as do empréstimo e equipamento, a ser amortizado com 20% dos recursos despendidos pelo Município e pelo Estado, além dos 10% do auxílio federal retido para esse fim.

Em Pernambuco, essa política de beneficiamento foi reforçada a partir da criação de leis de assistência por meio de subvenção para as escolas. Em 1948, como já foi citado no primeiro capítulo, foi estabelecido um regime de subvenção aos estabelecimentos de ensino do interior, com a Lei n.º 372 de 2 de dezembro. De acordo com a lei, metade da soma fixada pelo governo deveria ser empregada em matrículas gratuitas a candidatos de comprovada pobreza. Por outro lado, os estabelecimentos teriam de provar acharem-se em regime de inspeção preliminar ou permanente, em situação financeira precária e demonstrar suas possibilidades materiais e técnicas. Durante o governo de Barbosa Lima Sobrinho (PSD) as iniciativas para criação de escolas secundárias públicas se deu primeiramente com convênios estabelecidos com o Ministério da Educação e os recursos destinados a bolsas escolares.

As relações estabelecidas entre o campo político na composição dos atores e suas influências é exemplificado no caso da boa relação que Barbosa Lima Sobrinho tinha com o governo federal, como também a influência de Agamenon Magalhães sendo um dos promotores de sua campanha e articulador do Partido Social Democrático (PSD). É possível questionar

que no campo político de articulações, a escolha de criar o primeiro ginásio público no interior no Sertão tenha sido um meio populista do próprio jogo político, sendo que Sertânia foi a cidade que Agamenon Magalhães nasceu, e dos municípios no interior, era a zona eleitoral que detinha maior apoio a ele.

Portanto, pode-se dizer que havia dois movimentos na política financeira educacional em Pernambuco: a dependência das subvenções e auxílios, e a atuação do município na criação dos ginásios. Pernambuco, na década de 50, apresentava algumas deficiências econômicas, como elevadas taxas de crescimento demográfico resultando em um movimento migratório intenso, o fenômeno das secas, os males do latifúndio improdutivo, as deficiências de distribuição de energia elétrica, o analfabetismo e a mortalidade infantil. O Estado na sua política financeira teve que exercer uma redução de recursos, em consequências desses problemas sociais.

A estratégia foi a criação de um fundo, que fixava um percentual mínimo da receita tributária para a obrigatoriedade nos gastos em educação, tanto pelo governo federal, municipal e estadual. O subsídio que o governo concedia era mediante o oferecimento de vagas gratuitas em escolas públicas e de bolsas de estudo para que os alunos pudessem frequentar o ensino particular. Essas bolsas de estudos eram distribuídas aos alunos em zonas onde a oferta do ensino público era insuficiente.

As realizações na educação durante o governo de Etelvino Lins (1952-1955) merecem destaque, no que se refere à composição de financiamento do governo federal por força da verba orçamentária, como também o orçamento do Estado. De acordo com os dados do Departamento de Prédios Escolares, no governo Etelvino foram mobiliados e construídos diversos estabelecimentos, tanto de nível

primário, secundário e normal, decorrentes dos acordos firmados com o INEP. No que se refere a sua gestão, é importante destacar que sua política de governo foi apenas uma continuidade das medidas de Agamenon Magalhães<sup>26</sup>, devido a restrições financeiras no orçamento do Estado para o ano seguinte ao início de sua gestão, que iniciou no ano de 1952.

O programa de governo de Etelvino Lins<sup>27</sup> (1952-1955) priorizou a instalação e funcionamento dos ginásios subordinados ao Quadro orçamentário n.º 919 – Fundo Especial de Ensino, do Orçamento do Estado, nos termos do artigo 9º, parágrafo únicas letras a e b da Lei nº 1.970, de 20 de novembro de 1954. O fundo criado pelo governador Etelvino Lins dependia de recursos permanentes para a assistência escolar. Assim, os recursos para o ano de 1955 estavam aparelhados a suprir sua vinculação a todos os graus do ensino público estadual. No orçamento estava previsto: em Jaboatão – Criação e instalação do Ginásio de Jaboatão, despendida a importância de Cr\$ 121.699,00, com aquisição do mobiliário e do material de laboratório. Em Serra Talhada, o Ginásio Municipal com 6 salas de aulas; e em Sertânia, custeio para acabamento e instalação do Ginásio de Sertânia. No caso desta escola, houve recursos tanto da União como do Estado (PERNAMBUCO, 1954).

Até o final dos anos cinquenta os investimentos educacionais em Pernambuco seguiram em dualidade com a participação de orçamentos tanto ao nível federal e estadual para criação de escolas. O governo de Cordeiro Faria (1955-1958) teve que enfrentar o déficit da permanência da população na escola, assim seu programa se dedicou à assistência por meio de bolsas escolares, priorizando no plano de governo do quadriênio o aumento do movimento de bolsas escolares para os mais carentes, em decorrência da baixa conclusão do curso de ciclo ginásial pelos estudantes

do Estado. Na tabela 14 podemos observar o baixo número de conclusão do ensino ginasial no Estado.

**Tabela 14 - Dados gerais - Ensino Secundário em Pernambuco Ciclo Ginasial**

Ano	Unidade Escolar	Corpo Docente	Matricula	Conclusão
1956	91	1.297	24.050	2.979
1959	128	1.802	31.844	-
1963	188	2.677	49.365	5.835
<b>Total</b>	<b>407</b>	<b>5.776</b>	<b>105.59</b>	<b>8.814</b>

**Fonte:** Adaptado de BRASIL (1950/1960).

Em relação à distribuição de bolsas escolares, os valores do quadro 15, abaixo, referentes às dotações orçamentárias demonstram aumento em oferecer auxílio aos estabelecimentos de ensino secundário. As bolsas escolares, desde 1948, faziam parte de uma política “compensatória” e, ao mesmo tempo, um reforço legitimado pelos poderes públicos. O protagonismo das escolas particulares como maiores entidades receptoras de recursos para oferecer escolaridade fica em evidência. Em Pernambuco tivemos a Lei n.º 372 de 2 de dezembro de 1948 que estabeleceu auxílio ou subvenções. Essa verba fazia parte da Diretoria de Assistência Escolar da Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco - Fundo para o Ensino, estabelecido na Constituição do Estado no art. 137, inciso 3.º. Os convênios estavam relacionados a recursos do governo federal.

**Tabela 15 - Verbas destinadas a Bolsas Escolares**

1954	1955	1956	1957
2.700.000,00	2.700.000,00	3.900,00	5.700.000,00
Convênios			
1.400.000,00	1.400.000,00	1.400.000,00	1.800.000,00

Apesar da instituição de verbas fixas para a instituição das bolsas escolares, os debates travados no poder legislativo requerendo mais auxílio nessa categoria eram constantes. O discurso político e suas ações, com o objetivo de ampliar as oportunidades de acesso à educação, centravam-se na pobreza e na ausência de escolas públicas para as regiões mais carecidas de educação. Por exemplo, no requerimento apresentado pelos deputados Andrade Lima Filho, Nilo Pereira, José Mixto de Oliveira e Alcides Teixeira da bancada do PSD, em 1954 constava a necessidade de 200 bolsas escolares.

A instituição da bolsa escolar, iniciativa a que, aliás, está ligado o nome do atual governador, tem prestado relevantes serviços aos pais de família pobres do Estado, pois graças a mesma, milhares de crianças têm conseguido fazer seus estudos nos estabelecimentos de ensino desta capital e do interior” (PERNAMBUCO, 1954b).

Partia-se do pressuposto de que se poderia resolver o problema da pobreza apenas instituindo bolsas, mas, de fato, este discurso populista veiculado pelos atores políticos frente à ausência de escolarização e suas problemáticas regionais foi predominante. Não existia um planejamento

de permanência dos alunos nas escolas, para além da bolsa de estudos; além disso, essas bolsas dependiam de renovação anual, o que nem sempre ocorria pelos estabelecimentos que as demandavam. De acordo com os dados levantados e apresentados na tabela 16, as subvenções recebidas entre os anos 1957 e 1959 eram de vinculação orçamentária pública, ficando o ensino particular como segunda entidade de maior recebimento dos recursos. Não houve uma distinção específica de que categoria de subvenção e auxílios, tendo em vista que existiam diversos ramos, desde a bolsa escolar, auxílio para mobília, criação, material escolar, fardamento etc. Segundo Muller (2017), com a adoção do federalismo e a ampliação dos recursos que ficavam nas mãos dos Estados, o comportamento de cada um em relação aos gastos com educação definiu os avanços na escolarização como assinalado anteriormente. O governo de Cordeiro de Farias (1955-1958) dedicou-se a uma política de ampliação dessa política assistencialista.

**Tabela 16 - Subvenções e auxílios recebidos pelos estabelecimentos de Ensino Secundário em Pernambuco**

<b>Esferas</b>	<b>1957</b>	<b>1958</b>	<b>1959</b>
<b>Pública</b>	<b>1 120</b>	<b>1 909</b>	<b>1 825</b>
Federal	710	1 205	1 118
Estadual	316	631	586
Municipal	94	73	121
Particular	1 188	1 290	1 456
<b>Total</b>	<b>2 308</b>	<b>3 199</b>	<b>3 281</b>

No final dos anos 1950, Pernambuco instituiu uma nova política direcionada ao estado. O Brasil estava vivenciando o mais alto projeto

desenvolvimentista sob o governo de Juscelino Kubitschek, o chamado “Brasil de JK”, cujo objetivo era levar desenvolvimento para todo território brasileiro. E os estados acompanharam essa política, em especial Pernambuco que teve várias transformações no final dos anos 50 e início dos 60. A proposta de uma política regional e desenvolvimentista no governo de Cid Sampaio (UDN) visava arrancar Pernambuco da estagnação econômica e buscar mais recursos para a região Nordeste, estabelecendo uma proposta de unificação entre os estados para dispor de maiores investimentos. Criações de órgãos como CODENO, que futuramente se tornou SUDENE, com o objetivo de criar um planejamento regional que assegurasse uma programação de recursos necessários para a integração do Nordeste no desenvolvimento nacional, foi uma das modificações do chamado projeto nacional-desenvolvimentista que ocorreu em Pernambuco.

Não havia apenas desigualdades educacionais. Existia um problema regional, de disparidade no padrão de desenvolvimento entre as regiões. O social e o educacional necessitavam se constituir juntos, abrir escolas por critérios apenas políticos não assegurava um acesso à escolarização, haja vista que os dados apresentavam uma baixa conclusão do ano letivo, resultado da falta de políticas de permanência na escola. Existiam regiões em Pernambuco cuja maioria das localidades ressentiam de políticas sociais, isto é, dependiam de condições para atender uma escola. Existiam deficiências estruturais como a carência de prédios escolares e recursos humanos, além da evasão escolar e da repetência, problemas decorrentes de origem socioeconômica dos alunos.

Em uma análise comparativa em relação a aplicação dos recursos<sup>28</sup> entre os governos, podemos inferir que no governo de Barbosa Lima Sobrinho (1948-1951) e Etelvino Lins (1952- 1955), os investimentos



educacionais tiveram um aumento de 12%, no governo de Cordeiro Faria (1955-1958) houve uma variação de 61,55% no aumento dos investimentos educacionais. Portanto, entre 1950 e 1959 houve um aumento de 5% nos investimentos na educação em Pernambuco. Mas, foi durante o governo de Cid Feijó Sampaio (1959-1962) que ocorreu um aumento em todas as áreas do investimento, incluindo a educação. Essa transformação na ampliação educacional fica mais evidente quando observamos a criação de ginásios estaduais por intermédio de decretos governamentais e não apenas das ações dos deputados com seus projetos de leis.

**Tabela 17 - Despesas e Receitas, por Governo (1948-1963)**

Descrição	Governo			
	Barbosa Lima PSD	Etelvino Lima PSD	Cordeiro Faria PSD	Cid Sampaio UDN
	(1948-1951)	(1952-1955)	(1955-1959)	(1959-1963)
Total das Despesas Realizadas	<b>961.764,00</b>	<b>3.826,037</b>	<b>8.019,183</b>	<b>26.180,098</b>

Fonte: Adaptado de BRASIL (1950/1960).

É importante destacar a aproximação que o Estado de Pernambuco teve em 1962 com o governo norte americano por meio do Serviço Educacional Aliança para o Progresso, durante a gestão de Cid Feijó (1959-1962). A atuação da Aliança para o Progresso tinha em vista o enfrentamento das manifestações sociais que ocorreram em Pernambuco no início da década de 1960, a exemplo, as Ligas Camponesas<sup>29</sup>, avivando o espectro da Revolução Cubana (PAGE, 1972). Portanto, o assistencialismo dos EUA ao Nordeste, previa um controle interno dos

movimentos sociais que estavam ocorrendo em vários estados. Visando a esse controle, vários programas foram criados, principalmente na área social e educacional.

Em 1962 o secretário de educação e cultura de Pernambuco, Lourival Vilanova, anunciou que o governo do estado estava próximo de celebrar um acordo de combate e redução do analfabetismo. As reuniões com funcionários da Embaixada norte americana e dos representantes do Programa Ponto IV resultaram na aprovação “dos termos de um convênio que estabelecesse um programa cooperativo de ação flexível e eficiente, a fim de atingir aqueles objetivos”<sup>30</sup> (PERNAMBUCO, 1963).

O acordo no setor educacional estabeleceu financeiramente ao Estado a importância de Cr\$132.500.00 que deveria ser aplicada a construções escolares e aquisição de mobiliário e equipamento escolar. Esse convênio resultava em um fundo conjunto, no qual o governo de Pernambuco deveria contribuir mensalmente com Cr\$ 11.900.000,00. Assim, foi elaborado um plano de construções escolares e instituído um órgão de estudos, fiscalização e execução constituído por engenheiros e técnicos da Comissão Coordenadora de Construções Escolares da Aliança para o Progresso (PERNAMBUCO, 1963). Essa comissão estava vinculada ao Departamento de Obras da Secretária de Viação. De acordo com a mensagem do governador Cid Feijó Sampaio apresentado à Assembleia Legislativa, esse programa havia propiciado um conjunto de avanços no campo da educação:

Em menos de um semestre, através de uma ação intensiva, rápida e sistematizada, houve a edificação de 60 salas de aula, ficando em construção mais de 250 distribuídas pela capital e interior do Estado. Os programas de construção e aquisição de mobiliários são feitos

trimestralmente. O plano global prevê 1.200 salas de aula, obrigando-se o governo norte americano, através da USAID, a inverter o programa conjunto a soma de 1 milhão de dólares (PENAMBUCO, 1963).

Cid Feijó Sampaio, por meio do Decreto n.º 752 de 27 de agosto de 1962, autorizou acriação da Comissão Coordenadora de Construções Escolares da Aliança para o Progresso, cuja finalidade era acelerar “o volume dos serviços correspondente à execução do mencionado programa e a necessidade do máximo aproveitamento do espaço de tempo reservado à sua realização”. O decreto estabelecido consistia em uma espécie de “plano de emergência” a ser concluído até o final do seu mandato, (que ocorreria no início de 1963), prevendo a criação de 75 salas de aula em todo o estado.

Ampliação de 7 salas do G.E. Olinto Victor, na Várzea; ampliação de 6 salas no

G.E. Rigueira Costa; ampliação de 6 salas no G.E. Vidal de Negreiros; ampliação de 6 salas do G.E. Dom Vital; e ampliação de mais 6 salas no G.E. de Vitória de Santo Antão; construção de um grupo escolar de 10 salas em Caruaru; construção de um G.E. de 8 salas em Palmares; **construção de um ginásio de 10 salas em Jaboatão; e um outro ginásio de 10 salas em Catende** (PERNAMBUCO, 1963, grifos nossos).

A política de Cid Feijó Sampaio foi mais longe do que a de seus antecessores e caminhou junto com a ideologia nacional desenvolvimentista. Tal política previa o crescimento na produção industrial, da infraestrutura de setores da educação, da saúde e da assistência social, com a participação ativa do estado e com a participação

do capital estrangeiro; movimento que ocorreu em Pernambuco e no Brasil com a atuação da Aliança Para o Progresso.

De acordo com os dados da pesquisa sobre levantamento dos recursos financeiros para a educação em Pernambuco, entre os anos de 1958 a 1962, o estado situava-se no lugar privilegiado quanto às dotações orçamentárias para a educação. A tabela 18 nos mostra a percentagem dos Orçamentos para a Educação em relação aos Orçamentos Gerais, como também o aumento sobre o ano-base (1958) e a percentagem desse aumento. Em relação à percentagem, há uma evolução gradativa nas esferas federal e estadual, já na esfera municipal há acréscimos e decréscimos. Portanto, podemos assim aproximar uma situação favorável no que se trata das verbas, isso não quer dizer que o Estado tenha chegado a uma situação ideal nesse campo, mas que suas verbas educacionais estaduais tiveram um aumento proporcional maior que as esferas municipais e federais. E esse aumento se deve principalmente no governo de Cid Feijó Sampaio.

**Tabela 18 - Percentagem dos Orçamentos para Educação em Relação aos Orçamentos Gerais**

	1958		1960			1962	
	%	%	Aumento Sobre 1958	% 1958= 100	%	Aumento Sobre 1958	% 1958= 100
<b>Brasil</b>	6,7	8,6	1,9	28%	1,7	25%	9,7
<b>Pernambuco</b>	1,7	2,0	0,3	17%	0,8	47%	12,4
<b>Recife</b>	4,4	2,7	-1,7	-38%	1,2	27%	4,2

(continuação)

ESPECIFICAÇÃO	1950		1951		1952		1953		1954	
	Despesa (Cr\$ 1 000)	%	Despesa (Cr\$ 1 000)	%	Despesa (Cr\$ 1 000)	%	Despesa (Cr\$ 1 000)	%	Despesa (Cr\$ 1 000)	%
Administração Geral	35 348	9,50	59 807	10,15	62 313	8,18	62 449	8,12	65 398	7,25
Exação e Fiscalização	17 681	4,75	34 188	5,80	40 452	5,31	41 780	5,43	46 495	5,15
Segurança Pública e Assistência Social	71 636	19,24	119 871	20,33	137 351	18,04	129 300	16,82	126 877	14,07
<b>Educação Pública</b>	<b>58 701</b>	<b>15,77</b>	<b>103 271</b>	<b>17,52</b>	<b>114 096</b>	<b>14,98</b>	<b>108 759</b>	<b>14,15</b>	<b>125 353</b>	<b>13,90</b>
Saúde Pública	61 894	16,63	19 180	15,47	113 377	14,89	116 635	15,17	131 042	14,53
Fomento Econômico	29 596	7,95	47 336	8,03	65 731	8,63	64 536	8,39	76 498	8,48
Serviços Industriais	20 884	5,60	24 651	4,18	27 352	3,59	22 852	3,36	45 600	5,05
Dívida Pública	12 167	3,77	18 617	3,16	15 053	1,68	6 823	0,89	10 278	1,14
Serviço de Utilidade Pública	26 566	7,14	34 954	5,93	116,906	15,35	132 639	17,26	156 913	17,40
Encargos Diversos	37 804	10,15	55 612	9,43	68 921	9,05	80 013	10,41	108 162	11,99
Despesa a Classificar	-	-	-	-	-	-	-	-	9 417	1,04
<b>Total</b>	<b>372 277</b>	<b>100,00</b>	<b>589 487</b>	<b>100,00</b>	<b>761 552</b>	<b>100,00</b>	<b>768 836</b>	<b>100,00</b>	<b>902 033</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Anuário Estatístico de Pernambuco .

(conclusão)

ESPECIFICAÇÃO	1955		1956		1957		1958		1959	
	Despesa (Cr\$ 1 000)	%	Despesa (Cr\$ 1 000)	%	Despesa (Cr\$ 1 000)	%	Despesa (Cr\$ 1 000)	%	Despesa (Cr\$ 1 000)	%
Administração Geral	92 624	6,65	105 116	6,85	614 443	26,00	590 527	21,66	1 347 616	37,03
Exação e Fiscalização	68 819	4,94	83 800	5,46	8 861	0,36	12 844	0,48	34 823	0,96
Segurança Pública e Assistência Social	168 266	12,07	183 679	11,96	257 060	10,88	252 696	9,27	386 418	10,62
<b>Educação Pública</b>	<b>160 269</b>	<b>11,50</b>	<b>180 806</b>	<b>11,77</b>	<b>47 409</b>	<b>2,01</b>	<b>59 622</b>	<b>2,19</b>	<b>61 612</b>	<b>1,69</b>
Saúde Pública	167 108	11,98	185 336	12,07	113 115	4,79	132 883	4,87	189 075	5,20
Fomento Econômico	123 865	8,89	121 684	7,92	131 986	5,58	143 789	5,27	130 949	3,60
Serviços Industriais	138 876	9,97	161 369	10,51	410 722	17,38	549 647	20,16	503 009	13,96
Dívida Pública	28 388	2,04	17 935	1,17	19 841	0,84	31 805	1,17	29 680	0,81
Serviço de Utilidade Pública	215 972	15,50	253 037	16,48	113 154	4,70	137 795	5,05	134 030	3,68
Encargos Diversos	229 409	16,46	242 754	15,31	130 462	5,52	164 164	6,02	335 580	9,22
Despesa a Classificar	-	-	-	-	516 553	21,85	650 653	23,86	481 334	13,23
<b>Total</b>	<b>1 393 616</b>	<b>100,00</b>	<b>1 535 536</b>	<b>100,00</b>	<b>2 363 606</b>	<b>100,00</b>	<b>2 726 425</b>	<b>100,00</b>	<b>3 639 126</b>	<b>100,00</b>

Na tabela 21 que apresento sobre a discriminação orçamentária para a educação ginásial, observei alguns aspectos nas leis que estabeleciam os ginásios. Para compreender melhor o processo de financiamento, realizei a categorização de dois termos (Subvenção e Auxílio). Na análise das leis de criação dos estabelecimentos observei essa diferenciação, e compreendi que havia uma certa hierarquização para aplicação dos recursos. Os investimentos do Estado claramente foram uma vinculação de recursos que predominou para criação das escolas. Mas, cabe explicar, primeiramente, sobre a questão da subvenção e do auxílio no que se refere a uma descentralização de verbas, uma vez que ocasionou em Pernambuco uma política financeira baseada no hibridismo de verbas. Tanto o auxílio como a subvenção eram decorrentes da Lei de Orçamentos (LOA) destinadas a atender as despesas, sejam elas feitas pela União como pelo Estado. Segundo a Lei nº. 1.493, de 13 de dezembro de 1951, instituída pelo ente federativo:

Art. 1º A cooperação financeira proporcionada pela União à instituições públicas, autárquicas, semi-estatais ou privadas far-se-á mediante auxílios esubvenções, para o que haverá consignação própria no Orçamento Geral da República.

Art. 2º Os auxílios serão concedidos em virtude de lei, decreto, tratado ou convênio, para atender a ônus ou encargos assumidos pela União para com instituições públicas, autárquicas ou semi-estatais.

Art. 3º As subvenções, ordinárias ou extraordinárias, serão concedidas, independente de legislação especial, a instituições privadas de caráter assistencial ou cultural, regularmente organizadas.

§ 1º As subvenções ordinárias, que serão concedidas anualmente, em caráter continuado, terão por fim ajudar as instituições no custeio normal de seus serviços.

§ 2º As subvenções extraordinárias, que terão caráter eventual e serão concedidas sem prejuízo das subvenções ordinárias porventura atribuídas às respectivas instituições, destinar-se-ão a realizações de natureza especial e temporária, principalmente execução de obras, melhoramentos e adaptações, aquisições de imóveis, instalações e equipamentos (BRASIL, 1951).

Portanto, os auxílios consistiam em despesas decorrentes da Lei Orçamentária (Federal ou Estadual) e eram destinados a auxiliar fundações instituídas pelo Poder Público e entidades semi-estatais ou sem fins lucrativos. Por sua vez, as subvenções diziam respeito as dotações destinadas a cobrir instituições privadas de caráter assistencial ou cultural. Os projetos de leis que foram apresentados à Assembleia Legislativa em Pernambuco, se diversificaram em atender estabelecimentos particulares via subvenções. De um lado, existiam as subvenções para estabelecimentos criados por fundações e autarquias que realizavam o requerimento de assistência para manutenção do estabelecimento com o critério de matricular alunos bolsistas. E do outro, existiam escolas que eram inteiramente gratuitas, mas foram criadas por entidade que não conseguia arcar com as despesas, a exemplo das escolas municipais criadas resultantes da ação da prefeitura que acabavam necessitando de auxílio. Por exemplo, o caso do Ginásio Municipal de Palmares, para o qual a Lei nº 363, de 24 de dezembro, destinou verbas para a Prefeitura “art.1 o governo do Estado fica autorizado a abrir um crédito especial de duzentos mil cruzeiros destinado à criação de um estabelecimento de ensino secundário oficial na cidade de Palmares”. O crédito que trata o artigo anterior será dado à Prefeitura do referido município (PERNAMBUCO, 1948d).

É digno de nota que algumas escolas recebiam duas categorias de despesas, auxílios e subvenções, como podemos observar em relação ao



Ginásio Municipal de Barreiros, cuja Lei nº 2169, de 3 de agosto de 1955, concedeu subvenção e auxílio.

ART.1º- É concedida, em caráter permanente ao Ginásio Municipal dos Barreiros,a subvenção anual de Cr\$ 12.000,00, a qual deverá ser discriminada em dotação própria no orçamento do Estado.

ART.2º - A subvenção acima será para efeito de pagamento, dívida em duodécimos e visa ressarcimento de parte das despesas de manutenção a instituição beneficiária, cujo ensino que ministra é inteiramente gratuito.

ART.3º - É também concedido ao Ginásio Municipal dos Barreiros, o auxílio de Cr\$200.000,00 para as despesas necessárias a melhoria de suas instalações, ou ainda de adaptação ou aquisição de prédio destinando ao seu funcionamento.

ART.4º - Para execução desta lei fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a aplicar no corrente exercício financeiro a importância de Cr\$320.000,00 por conta da consignação 919.8314- Fundo Especial de Ensino – da vigente lei orçamentária do Estado (PERNAMBUCO, 1955).

O avanço das políticas de financiamento são perceptíveis na tabela 21, a seguir, desde os convênios estabelecidos pelo MEC, órgãos internacionais e recursos previstos na LOA, como a criação do Fundo de Ensino.

**Tabela 21 - Provento das Verbas Educacionais dos Ginásios em Pernambuco**

Estabelecimento	Ano	Região	Categoria da Despesa	Especificações	Vinculação Orçamentária	Verba
Ginásio de Palmares	1948	Zona da Mata	Auxílio	Criação	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 200.000,00
Ginásio de Caruaru	1948	Agreste	Subvenção	Manutenção	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 50.000,00
Ginásio de Santo Antônio	1948	Zona da Mata	Auxílio	Manutenção	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 150.000,00
Ginásio de Sertânia	1948	Sertão	Convênio	Criação	Orçamento Federal e Estadual	
Ginásio de Arcoverde	1948	Agreste	Auxílio	Construção	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 200.000,00
Ginásio Serra Talhada	1948	Sertão	Convênio	Criação	Orçamento Federal e Estadual	
Ginásio de Trunfo	1949	Agreste	Auxílio	Construção	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 70.000,00
Ginásio de Garanhuns	1953	Agreste	Auxílio	Construção	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 200.000,00
Ginásio Estadual de Ouricuri	1953	Sertão	Auxílio	Construção	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 500.000,00
Ginásio Bom Conselho	1953	Agreste	Auxílio	Criação	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 30.000,00
Ginásio de Canhotinho	1953	Agreste	Auxílio	Manutenção	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 15.000,00
Ginásio de Moreno	1953	Metropolitana	Auxílio	Criação	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 100.000,00
Ginásio de Paulista	1954	Metropolitana	Auxílio	Construção	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 250.000,00
Ginásio Estadual de Igarapé	1954	Recife	<b>Verba anual</b>	Instalação	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 500.000,00
Ginásio Estadual do Beberibe	1954	Recife	<b>Verba anual</b>	Criação	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 500.000,00
Ginásio do Cabo	1954	Metropolitana	Auxílio	Construção	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 200.000,00
Ginásio de Surubim	1954	Agreste	Auxílio	Construção	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 200.000,00
Ginásio Estadual de Escada	1955	Zona da Mata	Auxílio	Criação	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 500.000,00
Ginásio Estadual de Paudalho	1955	Zona da Mata	Auxílio	Criação	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 500.000,00
Ginásio Municipal de Barreiros	1955	Zona da Mata	Subvenção e Auxílio	Manutenção	Fundo Especial do Ensino	Cr\$ 320.000,00
Ginásio Alagados da Ingazeira	1955	Sertão	Auxílio	Manutenção	Fundo Especial do Ensino	Cr\$ 50.000,00
Ginásio Estadual de Carpina	1955	Zona da Mata	Auxílio	Criação	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 600.000,00
Ginásio Estadual de Caruaru	1956	Agreste	Auxílio	Criação	Fundo Especial do Ensino	Cr\$ 1.000.000,00
Ginásio de Bezerros	1956	Agreste	Auxílio	Construção	Fundo Especial do Ensino	Cr\$ 500.000,00*
Ginásio de Correntes	1956	Agreste	Auxílio	Instalação	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 500.000,00
Ginásio Também	1956	Zona da Mata	Auxílio	Criação	Fundo Especial do Ensino	Cr\$ 300.000,00
Ginásio Estadual de Água Fria	1956	Recife	Auxílio	Criação	Orçamento do Estado (LOA)	Cr\$ 1.000.000,00
Ginásio São Lourenço da Mata	1956	Zona da Mata	Auxílio	Instalação	Fundo Especial do Ensino	Cr\$ 100.000,00
Ginásio de Aliança	1957	Zona da Mata	Auxílio	Construção	Fundo Especial do Ensino	Cr\$ 300.000,00
Ginásio Estadual de Arcoverde	1960	Agreste	Auxílio	Criação	Orçamento do Estado (LOA)	-

Fonte: Adaptado de ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE PERNAMBUCO.

(conclusão)

							Fundo do Desenvolvimento Econômico	
Ginásio Estadual de Olinda	1960	Metropolitana	Auxílio	Criação			Quadro Orçamentário 927	-
Ginásio Estadual Joaquim Nabuco	1961	Recife	Auxílio	Criação			Fundo do Desenvolvimento Econômico	-
Ginásio Estadual de Limoeiro	1961	Agreste	Auxílio	Criação			Quadro Orçamentário 927	-
Ginásio Estadual de Salgueiro	1961	Sertão	Auxílio	Criação			Fundo do Desenvolvimento Econômico	-
							Quadro Orçamentário 927	-
							Fundo do Desenvolvimento Econômico	

Elaborado pela autora (2021).

Fonte: Assembleia Legislativa de Pernambuco.

O investimento na criação de ginásios públicos pela ação do Poder Executivo irá ocorrer no final dos anos 60 por meio dos decretos e dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico. Esse fundo foi criado pela SUDENE em parceria com o programa de desenvolvimento do Nordeste. Com isso, sendo a educação o elemento determinante para o desenvolvimento social e econômico, esse órgão não poderia deixar de adotar as medidas possíveis para a execução de seus objetivos. A SUDENE foi protagonista na constituição de técnicos educacionais que visavam investir no planejamento da educação em Pernambuco até a década de 1980. A ação da autarquia não somente em Pernambuco, mais no Nordeste, possibilitaria um grande avanço no campo social, no que diz respeito à educação, e na economia.

Neste capítulo a intenção foi ressaltar as ações que possibilitaram a constituição do ensino médio público no Estado de Pernambuco, a partir do programa de zoneamento educacional, dos recursos vinculados pelo Estado e da atuação do município. Foi possível identificar o hibridismo tanto político como financeiro para a criação dos ginásios, adotado com o objetivo de minimizar o hiato em relação às disparidades regionais e localidades menos desenvolvidas. Pode-se, portanto, dizer que a ampliação dos ginásios públicos no Estado de Pernambuco foi decorrente de diversas ações levadas a termos atores sociais e políticos.



## Conclusão

Pensar em acesso à escolarização a todos que constitui a nossa sociedade é pensar em um projeto de país que busca democratizar e desenvolver a cidadania. É indiscutível a relevância da educação e como ela possibilita uma formação da consciência cidadã. Ela é garantia de condições de vida melhor para a população e de desenvolvimento do país, sendo uma das formas de realização de um ideal de democracia. A educação é um processo contínuo que, nos torna sujeito de direito da sociedade. Esses princípios são incontestáveis, mas para um país como o nosso, essas definições almejadas ainda estão longe de se efetivarem. A história nos mostra que as deficiências que acompanham a política educacional do Brasil tem raízes que perpetuam até os dias de hoje. A educação foi negligenciada desde os tempos coloniais. A perpetuação de diferenças tem levado à identificação no país de diferentes “brasis” sem um projeto nacional extensivo e eficiente para nossa escolarização. E esse problema perpassa a ordem econômica, cultural e social, haja vista que nossa primeira Constituição não incluía a escolarização dos escravos, afinal, o “Brasil” permanecia na ordem mais atrasada de todas as nações.

Os primeiros debates do acesso ao ensino secundário de primeiro ciclo em Pernambuco e os primeiros movimentos da sociedade em prol do acesso à educação, com destaque para o protagonismo dos estudantes secundaristas na pressão pelo ensino público que resultou nas primeiras ações do Estado para suprir as reivindicações.

O caso de Pernambuco se inicia com os primeiros acordos em prol da instalação dos primeiros ginásios gratuitos no interior do estado e a atuação dos atores políticos nesse processo. Adotando-se a disputa dos deputados por meio dos projetos de leis para criação das escolas em suas regiões. Apesar dos projetos que buscavam uma escolarização de acessibilidade por iniciativas dos atores políticos, da ação do município e de entidades estudantis, Pernambuco teve atrasos consistentes em relação à criação de escolas públicas de nível médio. A questão que norteou os critérios para a expansão do ensino secundário se deu em torno das representações em relação ao ensino secundário sendo o ginásio o símbolo de desenvolvimento do município, um importante benefício para a população, não precisando mais os adolescentes deslocarem-se até a capital para estudar. Essa representação social em torno do secundário esteve em interface com o campo político e nos discursos de interiorização. Os interesses políticos, o jogo entre os agentes por trás do discurso de interiorização se legitimou nas justificativas apresentadas nos projetos de leis dos deputados para criação de ginásios. A questão de definição de critérios para a expansão das escolas estavam postos no jogo político.

A dinâmica de expansão do secundário no Estado no final dos anos 1950 trouxe outro tom nas ações educacionais. Com o projeto de desenvolvimento atrelado à educação, com o ideal nacional-desenvolvimentista presente nos processos educacionais, os ginásios foram sendo criados pelo Poder Executivo por meio de decretos-leis e utilizando fundos de outros setores que atendiam o campo econômico, especificamente no governo de Cid Feijó Sampaio. A atuação do município nas ações de criações e manutenção dos ginásios, constituindo assim, um número maior dessas escolas na esfera municipal do que na estadual. Em se tratando do financiamento dessas escolas, pode-se falar de hibridismo de políticas, pois, contou com a participação tanto de verbas

federais, como estaduais, além das mobilizações das Prefeituras, como também a participação de órgãos internacionais, como a Aliança para o Progresso.

A questão regional foi um fator determinante para os projetos de criação dessas escolas, isso fica claro tendo em vista investimentos maiores tanto na educação, quanto na saúde e na economia para a Zona da Mata e do Agreste. A pesquisa apontou que o Estado procurou dentro das suas limitações orçamentárias instituir verbas, convênios e subvenções para o atendimento escolar, especialmente no início da década de 1960. Ao término da pesquisa, retomo a questão inicial: existiu de fato uma interiorização e democratização do ensino secundário no Estado de Pernambuco no período da redemocratização política no país?

Como mencionei, a interiorização é um conceito resultado do campo político. As análises realizadas com base nos pronunciamentos dos deputados na Assembleia Legislativa, na defesa de seus projetos de leis para a criação de ginásios públicos, possibilitaram perceber o discurso da interiorização a qual resultou na configuração social e econômica pela qual a cidade estava passando. Pode-se dizer que houve de fato uma ampliação dos ginásios no interior, especialmente no Sertão, Zona da Mata e no Agreste.

Porém, pelos dados examinados, em que pesem as tentativas consideráveis de ampliação do ensino secundário público em Pernambuco, é possível considerarmos esse aumento de oportunidades educacionais como efetiva democratização do ensino ginasial. Tudo indica que a expansão continuou nas décadas seguintes, mas ainda necessitamos de estudos mais aprofundados sobre o tema. Mas, quando pensamos em educação pública para o ensino médio de primeiro ciclo em Pernambuco em meados do século XX, estamos falando de apenas 34 ginásios públicos



em funcionamento até 1963. A investigação realiada possibilitou perceber que, tentar estabelecer uma compreensão da expansão dos ginásios públicos pelas lentes teóricas da Nova História Política, é entender que o campo político é um espaço social multidimensional de relações político-sociais entre os atores, isto é, a ação dos agentes (deputados estaduais, partidos políticos, Poder Executivo, líderes políticos locais, etc.) compartilhavam interesses em comum e disputaram objetivos específicos.

O papel dos agentes que, em alguma medida, participaram do esforço de ações para criação de ginásios públicos para Pernambuco. Portanto, as percepções aqui desenvolvidas podem ser desdobradas em outros questionamentos e novas pesquisas sobre a articulação política dos envolvidos. Dialogando com as grandes linhas interpretativas já consolidadas, acerca da sociedade brasileira e do contexto pernambucano, esperou-se ter contribuído para o debate historiográfico da Nova História Política, assim como para a História da Educação no Estado de Pernambuco.

## Referências

ABREU, Jayme. **Escola média do século XX. Um novo fator em busca de caminhos.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 36, n. 83, p. 5-26, jun./set.1955.

ALMEIDA, Lucilene Ferreira. **O zoneamento escolar na cidade de Rio Branco:** indicadores educacionais e desigualdades socio espaciais. Journal of Basic Education, Technical and Technological, vol. 4, n. 2, p. 114-136, 2017.

ALBUQUERQUE, Etelvino Lins. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

ARAÚJO, José Carlos Souza; SOUZA, Rosa Fátima de; PINTO, Rubia-Mar (Orgs.). **Escola Primária na Primeira República (1889-1930):** subsídios para uma história comparada. Araraquara/SP: Junqueira & Marin, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia. **SECRETARIA DA FAZENDA: Um Século de História.** Recife: Secretariada Fazenda do Estado de Pernambuco, 1991.

ASSIS, Daisy Laraine Moraes de. **Entre a história e a memória: Felipe Tiago Gomes e o movimento pela criação dos ginásios gratuitos na região cacauzeira do Sul da Bahia entre as décadas de 1940 e 1950.** 2016. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2016.

AZEVEDO, Fernando A. **A Dinâmica Política e a Competição Partidária em Pernambuco, 1945-1989.** São Paulo: IDESP, 1990.

AZEVEDO, Janete Lins. de. **Educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BARROSO, Geraldo Filho. **Formando individualidades condutoras o in sio Pernambucano dos anos 50**. 1998. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: [s. n.], 1998.

BARROSO FILHO, Geraldo. **Memórias escolares do Recife: o Ginásio Pernambucano nos anos 1950**. Olinda: Livro Rápido, 2008.

BARRETO, Emanuel. Jornalismo e política: a construção do poder. Estudos em Jornalismo e Mídia Vol. III n.1, ano.2006.  
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/2238/1937/6443>

BARROS, Arthur Victor Gonçalves de. **“A pobreza o estopim da revolução”**: a Aliança para o Progresso em Pernambuco (1959-1964). Cidade: Recife, Editora: Cepe, 2017. 144 f.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. *In*: \_\_\_\_\_. **Questões desociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, Pierre. O campo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 5, p. 193- 216, jan./jul. 2011.

BURKE, Peter. **A escrita da História, novas perspectivas**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BLOCH, M. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 15-34.

BURKE, Peter. **A escritada história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

BRASIL, Mensagem do Presidente da República apresentado ao Congresso Nacional. 1948b.

BRASIL. Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. **Decreto nº19. 890**, de 18 de abril de 1931. Rio de Janeiro, 18 de abril de 1931.

BRASIL. **Decreto n. 21.241**, de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do Ensino secundário e dá outras providências. Rio de Janeiro, 4 de abril de 1932.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946a.

BRASIL. **Mensagem do Presidente da República apresentado ao Congresso Nacional**. 1948.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Serviço de Estatística do Ministério da Educação e Cultura 1945-1964**. Rio de Janeiro, 1960.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretoria do Ensino Secundário**. Rio de Janeiro, 1959.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Lei Orgânica do Ensino Secundário. **Decreto-lei nº 4.244**, de 9 de abril de 1942a. Disponível em: <http://www.soleis.adv.br/leisorganicasensinosecundario.htm>. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1946b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em: 27 jun. 2019.

BRASIL . **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação-LDB. Brasília, DF, 1961. Disponível em:  
<http://wwwp.fc.unesp.br/~lizanata/LDB%204024-61>. Acesso em: 01 mar. 2020.

BRASIL. **Lei nº 1.490 B**, de 11 de novembro de 1951. Concede auxílio à Campanha Nacional de Educandários Gratuitos e dá outras providências. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1490-b-11-dezembro-1951362124-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 4.244**, de 9 de abril de 1942b. Lei orgânica do Ensino Secundário. Dispôs sobre a organização do ensino. Disponível em:  
[www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html). Acesso em: 20 jun. 2017.

CASTRO, Maria Helena Guimarães de. O INEP ontem e hoje. *In*: Anísio Teixeira. **Um Olhar para o Mundo**. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/PACC; Fundação Anísio Teixeira, 1999.

CADERNOS, Região e Educação. **Levantamento do sistema educacional de Pernambuco**, n. 2,v. 2 , Recife, 1962.

CADERNOS, Região e Educação. **Áreas sócio-econômicas homogêneas de Pernambuco**, n.2, Recife, 1960.

CADERNOS, Região e Educação. **Levantamento dos recursos financeiros para educação em Pernambuco**: atualização de um estudo comparativo, n. 5, Recife, 1963.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho percorrido. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COLÉGIO Estadual no interior. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 123, n. 68, 21 de março de 1948. p. 4.

CUNHA, Luiz Antônio. **1997 repete 1937? Unificação e segmentação no ensino brasileiro**. *Anais - Um olhar para o mundo. Contemporaneidade de Anísio Teixeira* Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SEMINÁRIO “UM OLHAR SOBRE ANÍSIO”. **Mesa-redonda “Política Educacional”**. Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/PACC; Fundação Anísio Teixeira, 1999.

CUNHA, Nádia; ABREU, Jayme. Classes Secundárias Experimentais: balanço de uma experiência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. XL, n. 91, p. 90-151, 1963.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites**: o Ginásio Catarinense na Primeira República. Florianópolis: Cidade futura, 2001.

DALLABRIDA, Souza. **Entre ginásios de elite e o colégio popular: estudos sobre o ensino secundário no Brasil (1931-1961)**. Uberlândia: EDUFU, 2014.

DIAS, Darli; ESPINOSA, Roberto. **Dicionário de políticas públicas**. Organizadores: Carmem Lúcia Freitas de Castro, Cynthia Rúbia Braga Gontijo, Antônio Eduardo de Noronha Amabile. Barbacena: EdUEMG, 2012.

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Discussão de projetos de leis**. 6 de Julho de 1948, ano 25, n. 150, p. 928, 1948a.

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Discussão de projetos de leis**. 31 de Julho de 1948, ano 25, n. 150, p. 929, 1948b.

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Discussão de projetos de leis**. 31 de Julho de 1948, ano 25, n. 150, p. 932, 1948c.

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Discussão de projetos de leis**. 14 de Setembro de 1948, ano 25, n. 150, p. 456, 1948d.

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Discussão de projeto de lei**. 22 de Junho de 1949, ano 26, n. 220, p. 819, 1949<sup>a</sup>.

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Discussão de projeto de lei**. 22 de Junho de 1949, ano 26, n. 220, p. 819, 1949<sup>b</sup>.

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Discussão de projeto de lei**. 22 de Julho de 1949, ano 26, n. 220, p. 854, 1949<sup>c</sup>.

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Discussão de projeto de lei**. 22 de Julho de 1949, ano 26, n. 220, p. 857, 1949<sup>d</sup>.

DIÁRIO OFICIAL DE PERNAMBUCO. **Discussão de projeto de lei**. 13 de maio de 1953, ano 29, n. 24, p. 567, 1953.

FARIA FILHO, Luciano. Mendes. *et al.* A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. **Educação & Pesquisa**, v. 30, n. 1, jan./abr., 2004.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Jorge. (org.). **O populismo e sua história: debate e crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Educação e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus Editora, 1966.

GARCIA, Esteves. Walter. **Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento**. São Paulo: Mc Graw-Hill do Brasil; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, [19--].p.77-78.

GARCIA, Esteves. Walter. (coord.). **Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. Legislação e Inovação Educacional a partir de 1930. São Paulo: Cortez Editora; Autores Associados, 1980.

GREVE DOS ESTUDANTES SECUNDÁRIOS. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 100, n. 45, 3 de Junho de 1945.

GIL, Natália de Lacerda. **A dimensão da educação nacional: um estudo sócio- histórico sobre as estatísticas oficiais da escola brasileira**. 2017. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2017.

GINÁSIO Ambulante. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 123, n. 68, 21 de março de 1948.



GOMES, Ângela Castro. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, M.; SOIHET, R.; GONTIJO, R. **Cultura política e leituras do passado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 50.

GODOY, José Henrique Artigas. Economia Humana e desenvolvimentismo católico: o pensamento e ação de Louis- Joseph Lebreton no Brasil. **Teoria & Pesquisa. Revista de Ciência Política**, vol. 24, n. 1, p. 40-53, jan./jun. 2015.

HIPPOLITO, Lúcia P. **De raposas e reformistas: O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 37.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro, 1950a. Departamento de População. 1950.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário estatístico**. Ano XI, Rio de Janeiro, 1950b.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário estatístico**. Ano XXII, Rio de Janeiro, 1960.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991**. Rio de Janeiro.

INEP, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. **O ensino secundário no Brasil em 1945**. Rio de Janeiro, 1945. p. 283-310.

INEP, Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Séries Estatísticas Retrospectivas*, n.98 1949a. Fundação IBGE. Rio de Janeiro.

INEP, Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais. *Séries Estatísticas Retrospectivas*, n.98 1949b. Fundação IBGE. Rio de Janeiro.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Campanha de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar (CILEME)**. Rio de Janeiro: MEC, 1955.

INEP, Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Séries Estatísticas Retrospectivas**, n. 101. Fundação IBGE, Rio de Janeiro, 1960.

INEP, Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais. **A educação nas mensagens presidenciais (1890-1986)**. v. 1. Brasília, INEP, 1987.

LEAL, Ygor. Gomes Santana Barros. **A instrução ao alcance de muitos – o ginásio de Santa Maria da Boa Vista: da implantação à consolidação do ensino (1965 1974)**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Pernambuco, Petrolina - PE, 2017.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Alfa e Ômega, 1975.

LOPES, Antonio de Pádua Carvalho. Formando elites condutoras: a expansão e a interiorizaçãodos ginásios no Piauí (1942 -1971). *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO*, 6., Vitória, maio 2011. **Anais** [...]. Vitória, maio 2011.

LOURENÇO FILHO, Manuel Bergström. Redução das taxas de analfabetismo no Brasil entre 1900 e 1960: descrição e análise. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 100, p. 250-272, out./dez. 1965.

MAGALHÃES, Agamenon. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

MENEZES, Souza de Menezes. **Colégio Estadual de Olinda: a educação secundária no município de Olinda-PE (1960-1984)**. 2015. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2015.

MELCHIOR, José Carlos de Araújo. **Financiamento da Educação no Brasil: Recursos Financeiros Públicos e Privados**. São Paulo: ANPAE, 1975.

MEUCCI, Simone. **GILBERTO FREYRE NO COMANDO DO CENTRO REGIONAL DE PESQUISAS EDUCACIONAIS DO RECIFE: EDUCAÇÃO EM DEBATE (1957 - 1964)**.

**Sociol. Antropol.** [online], v. 5, n. 1, p. 1291552015. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2238-38752015000100129&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752015000100129&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 13 de fevereiro de 2019.

MORAES, Maria Célia Marcondes. **Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta**. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, Núcleo de Publicações, 2000.

MULLER, Vinícios. **Educação Básica e autonomia regional: Pernambuco, São Paulo e RioGrande do Sul (1850-1930)**. 1. ed. São Paulo: alameda, 2017.

NASCIMENTO, Elizania Sousa do. **Desbravando inteligências para o desenvolvimento: o Projeto Bandeirante e a expansão do Ensino**

**Secundário no Maranhão (1968-1973)**. 2013. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Piauí, UFPI, 2013.

NASCIMENTO, Angela Cristina Moreira do. **SUDENE, Informação e Educação em Pernambuco 1960-1980**. 2011. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2011.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro.

**Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 6 mar. 2020.

NUNES, Clarice. **Escola & dependência**: o ensino secundário e manutenção da ordem. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

NUNES, Clarice. História da Educação brasileira: novas abordagens de velhos objetos. **Teoria & Educação**, n. 6, p. 151-182, 1992.

NUNES, Clarice. O “velho” e “bom” ensino secundário: momentos decisivos. **Revista brasileira de educação**, Campinas, n. 14, p. 35-60, maio/ago. 2000.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. A Educação na Assembleia Constituinte de 1946. *In*: FÁVERO, Osmar (org.). **A Educação nas constituintes brasileiras 1823-1988**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 153-190. (Coleção Memória da Educação).

PAGE, Josephe. A revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964). Rio de Janeiro: Editora Record, 1972.

PUXA Puxa. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 123, n. 68, 21 de março de 1948a.

PERNAMBUCO. **Relatório da campanha do ginasiano pobre**. 12 de junho de 1954. Sinopses dos Trabalhos da 3º legislatura. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1954a.

PERNAMBUCO. **Relatório da campanha do ginasiano pobre**. 12 de junho de 1954. Sinopses dos Trabalhos da 3º legislatura. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1954b.

PERNAMBUCO. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Departamento Estadual de Estatística. **Anuário Estatístico**. Ano XVI, 1950. Recife, 1950a. p. 254 -303.

PERNAMBUCO. **Constituição do Estado de Pernambuco**, de 20 de Julho de 1947. Regulamenta a constituição do estado Pernambuco de 20 de Julho de 1947. Diário Oficial [do] Estado de Pernambuco, Recife, PE, 20 jul. 1947.

PERNAMBUCO. **Lei nº 372**, de 24 de dezembro de 1948. Estabelece o regime de subvenção aos estabelecimentos de ensino secundário e normal, localizados em municípios do interior. Sinopse dos Trabalhos da 1º sessão ordinária da 3º legislatura. José Gouveia Aciolly (Org). Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1948a. p. 298.

PERNAMBUCO. **Lei nº 284**, de 21 de outubro de 1948. Concede auxílio construção ao ginásio na cidade de Vitória de Santo Antão. Sinopse dos Trabalhos da 1º sessão ordinária da 3º legislatura. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1948b.

PERNAMBUCO. **Lei nº 289**, autorizando o Estado a conceder auxílio para o Ginásio de Limoeiro. Sinopse dos Trabalhos da 1º sessão ordinária da 3º legislatura. José Gouveia Aciolly (Org). Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1948c. p. 286.

PERNAMBUCO. **Lei nº 363**, 24 de dezembro de 1948. Criação de um estabelecimento de ensino secundário oficial na cidade de Palmares. Sinopse dos Trabalhos da 1ª seção ordinária da 3ª legislatura. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1948d.

PERNAMBUCO. **Lei nº 466**, de 22 de abril de 1949, criação da Secretária de Educação e Cultura. Sinopse dos Trabalhos da 2ª sessão ordinária da 3ª legislatura. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1949. p. 234.

PERNAMBUCO. **Lei nº 2169**, de 3 de agosto de 1955. Concedeu subvenção e auxílio ao Ginásio Municipal de Barreiros. Sinopse dos Trabalhos da 3ª sessão ordinária da 3ª legislatura. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1955a.

PERNAMBUCO. **Lei nº 4.527**, de 6 de novembro de 1962, abertura de crédito especial para os ginásios municipais. Sinopse dos Trabalhos da 4ª sessão ordinária da 4ª legislatura. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1962a.

PERNAMBUCO. **Lei Estadual 5.695**, de 7 de novembro de 1963, Estabelece o zoneamento do Estado para fins de promoção educacional. Sinopse dos Trabalhos da 3ª sessão ordinária da 5ª legislatura. Assembleia Legislativa de Pernambuco. Recife, 1963a. p. 345.

PERNAMBUCO. **Mensagem apresentada pelo Governador Alexandre José Barbosa Sobrinho** à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco em 15 de março de 1950. Recife, 1950b.

PERNAMBUCO. **Mensagem apresentada pelo Governador Alexandre José Barbosa Sobrinho** à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco em 15 de março de 1951. Recife, 1951.

PERNAMBUCO. **Projeto de lei 191**. Dep Felipe Coelho. Assembleia Legislativa de Pernambuco em 20 de outubro de 1953. Recife, 1953.

PERNAMBUCO. **Projeto de lei 02**. Dep. Antonio Heráclio Rego. Assembleia Legislativa de Pernambuco em 28 de dezembro de 1954. Recife, 1954.

PERNAMBUCO. Decreto nº 263, de 21 de janeiro de 1955. Que autorizou o funcionamento de cursos de ensino gratuito, do 1º ciclo na capital e no interior. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Recife, 1955b.

PERNAMBUCO. **Mensagem apresentada pelo Governador Etelvino Lins de Albuquerque** à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco em 15 de março de 1955. Recife, 1955c.

PERNAMBUCO. **Mensagem apresentada pelo Governador Otávio Correa de Araújo** à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco em 15 de março de 1959.

PERNAMBUCO. **Mensagem apresentada pelo Governador Cid Feijó Sampaio** à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco em 15 de março de 1963. Recife, 1963b.

PERNAMBUCO. **Mensagem apresentada pelo Governador Cid Feijó Sampaio** à Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco em 15 de março de 1962. Recife, 1962b.

POMPEU, Gina Vidal Marcílio. **Direito à educação**: controle social e exigibilidade judicial. São Paulo: ABC, 2005.

PONTUAL, Virgínia Pitta. O urbanismo no Recife: entre idéias e representações. **Revista Brasileira de estudos urbanos e regionais**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 15, 1999.

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS. Rio de Janeiro, INEP, vol. XIII, n. 35, set./dez. 1949.

RÉMOND, René. (org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, K. L. L. DOS; CHALOPA, R. F. DE S. A expansão do ensino secundário em pernambuco:: a interiorização dos ginásios oficiais (1948-1963). **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 59, p. 195-211, 29 out. 2020

SANTOS, Roberto Ramos. A POLÍTICA DE ALIANÇA DE PERNAMBUCO: CONFRONTO IDEOLÓGICO? (1958/1962). **Revista Textos e Debates**, Roraima, n. 3, 1997.

SCHWARTZMAN, Sinom; BOMENY, Helen Maria Bousquet; COSRAS, Vanda Mari a Ribeiro. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra; Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SANTOS, Roberto Ramos. **A política de alianças: voto e coligações eleitorais em Pernambuco**. 1994. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1994.

SILVA, Geraldo Bastos. **Educação secundária**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SILVA, Vívica Melo da. **Por uma Formação da Juventude Campinense: o colégio “ i antão daprata” (1948-1962)**. 2014. Tese (Doutorado) – UFPB, João Pessoa, 2014.



SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX**: (ensino primário e secundário no Brasil). São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica da história da educação brasileira, v. 2).

SOUZA, Solange Guimarães Valadares. **O papel social do Ginásio Manuel Borba em Goiana-PE: alternativa local de ensino secundário para rapazes (1947-1961)**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

SOUZA, Alberto de Mello. **Financiamento da educação e acesso à escola no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPEAS, 1979.

TÉTARD, Phillipp. **Pequena História dos Historiadores**. Bauru: EDUSC, 2000. p. 126.

TERMINOU A GREVE dos estudantes: A série de reivindicações apresentada. **Diário de Pernambuco**, Recife, ano 120, n. 99, p. 3, 3 de junho de 1945.

TEIXEIRA, Anísio. INEP. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *In*: Anísio Teixeira. **A educação brasileira em maio de 1949**. Cidade: Editora. p. 267-285.

TEIXEIRA, Anísio. Educação no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976. p. 194-195.

TEIXEIRA, Anísio. Bases preliminares para o plano de educação referente ao Fundo Nacional de Ensino Primário. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v.3 8, n. 88, out./dez. 1962. p. 97-107.

VALDEMAR, Ferreira. **História do Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1952.

VIEIRA, Sofia Lerche. **A educação nas constituições brasileiras: texto e contexto**. Revista brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 88, n. 219, p. 291-309, maio/ago. 2007

KANG, Thomas H. Descentralização e financiamento da educação brasileira: uma análise comparativa, 1930-1964. **Estud. Econ.** [online], v. 41, n. 3, 2011. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010141612011000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010141612011000300004&lng=en&nrm=iso). ISSN 0101-4161.  
<https://doi.org/10.1590/S0101-41612011000300004>. Acesso em: 17 de mai.2019.



# Apêndice 1

## Projetos de Leis – 1948 a 1963

Município	Região	Nº do Projeto de Lei	Autor	Partido	Nº da Lei	Data	Especificações
1. Palmares	Zona da Mata	046/1948	Gomes de Sá	PSD	363	24/12/1948	Criação
2. Caruaru	Agreste*				366	24/12/1948	Manutenção
3. Vitoria do Santo Antônio	Zona da Mata	177/1948	José Mixto	C.Pernambucana	284	21/10/1948	Manutenção
4. Sertânia	Sertão	110/1948	Diomedes G.	UDN			Criação
5. Arcoverde	Agreste	292/1948	Pe.Luiz Simões	PSD	402	28/12/1948	Construção
6. Serra Talhada	Sertão	112/1948	Aderval Torres	C. Pernambucana	507	25/06/1948	Criação
7. Triunfo	Agreste*				610	25/08/1949	Construção
8. Garanhuns	Agreste	165/1953	Olimpio Ferraz	UDN	1601	09/01/1953	Construção
9. Ouricuri	Sertão	191/1953	Felipe Coelho	C.Pernambucana	1698	20/10/1953	Construção
10. Bom Conselho	Agreste	58/1953	Pe.Publio Carv.	C.Pernambucana	1668	24/09/1953	Criação
11. Canhotinho	Agreste	Decreto	Poder Executivo	PSD	1714	03/11/1953	Manutenção
12. Moreno	Metropolitana	14/1953	Aurino Valois	PTB	1736	18/11/1953	Criação
13. Paulista	Metropolitana	58/1954	Rinaldo Alves	C.Pernambucana	6777	08/01/1955	Construção
14. Recife *Jaboatao	Metropolitana	Decreto	Poder Executivo	PSD	257	24/12/1954	Instalação
15. Recife*	Metropolitana	262/1954	Elipio Branco	PSD	1676	26/09/1954	Criação
16. Cabo	Metropolitana	40/1954	Edmar Fernande	UDN	984	08/01/1955	Construção
17. Surubim	Agreste	02/1954	Antônio Rego	PSD	1764	28/12/1954	Construção
18. Barreiros	Zona da Mata	105/1954	Arruda Marinho	PSD	2169	03/08/1955	Manutenção
19. Paudalho	Zona da Mata*				2169	01/08/1955	Criação
20. Escada	Zona da Mata	198/1955	Augusto Novais	Aliança Democr.			
21. Afogados da Ingazeira	Sertão	-	-	-	2187	10/08/1955	Manutenção
22. Carpina	Zona da Mata	98/1955	Paulo Cavalcanti	UDN	2286	10/11/1955	Criação
23. Caruaru	Agreste*	16/1955	Drayton Nejahim	Aliança Democr.	2334	19/11/1956	Criação
24. Bezerros	Agreste*				2481	08/07/1956	Construção
25. Correntes	Agreste*				2529	14/07/1956	Instalação
26. També	Zona da Mata*				2597	16/11/1956	Criação
27. Recife	Metropolitana*				2589	14/07/1956	Criação
28. São Lourenço da Mata	Zona da Mata*				2597	16/11/1956	Instalação
29. Aliança	Zona da Mata	39/1956	Augusto Lucena	Aliança Democr.	2915	28/11/1957	Construção
30. Arcoverde	Agreste	Decreto	Poder Executivo	UDN	502	28/03/1960	Criação
31. Olinda	Metropolitana	Decreto	Poder Executivo	UDN	489	02/01/1960	Criação
32. Recife	Metropolitana	Decreto	Poder Executivo	UDN	490	02/01/1960	Criação
33. Limoeiro	Agreste	Decreto	Poder Executivo	UDN	668	28/12/1961	Criação
34. Recife	Metropolitana	Decreto	Poder Executivo	UDN	631	16/01/1962	Criação
35. Salgueiro	Sertão	Decreto	Poder Executivo	UDN	669	22/12/1961	Criação

Fonte: Adaptado de Assembleia Legislativa de Pernambuco (1948-1961).

## Pareceristas

Este livro foi submetido ao Edital 001/2021 do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, câmpus de Marília e financiado pelo auxílio nº 0798/2018, Processo Nº 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES. Contamos com o apoio dos seguintes pareceristas que avaliaram as propostas recomendando a publicação. Agradecemos a cada um pelo trabalho realizado:

Adriana Pastorello Buim Arena  
Alberto Luiz Pereira da Costa  
Alexandre Filordi de Carvalho  
Américo Grisotto  
Ana Claudia Saladini  
Ana Maria Klein  
Angelica Pall Oriani  
Carlos Bauer  
Carlota Boto  
Celia Regina Rossi  
Cinthia Magda Fernandes Ariosi  
Claudia Cristina Ferreira  
Cristina Maria Carvalho Delou  
Daniel Ferraz Chiozzini  
Domingos Leite Lima Filho  
Erika Porceli Alaniz  
Francismara Neves de Oliveira  
Genivaldo de Souza dos Santos  
Giza Guimarães Pereira Sales  
Joana Tolentino

Jose Deribaldo Gomes dos Santos  
Lalo Watanabe Minto  
Lia Leme Zaia  
Luciana Aparecida Nogueira da Cruz  
Luciano Mendes de Faria Filho  
Márcia Lopes Reis  
Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes  
Maria de Fatima Felix Rosar  
Maria José Viana Marinho de Mattos  
Maria Lucia Marques  
Marta Sueli de Faria Sforini  
Mauro Castilho Gonçalves  
Nadia Aparecida Bossa  
Nilza Sanches Tessaro Leonardo  
Ofelia Maria Marcondes  
Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues  
Rita Melissa Lepre  
Sandra Aparecida Pires Franco  
Simone Wolff  
Sonia Bessa da Costa Nicacio Silva  
Virgínia Pereira da Silva de Ávila

Comissão de Publicação de Livros do Edital 001/2021 do  
Programa de Pós-Graduação em Educação  
da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília  
*Graziela Zambão Abdian, Patricia Unger Raphael Bataglia,  
Eduardo José Manzini e Rodrigo Pelloso Gelamo*

## **SOBRE O LIVRO**

### *Catálogo*

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

### *Normalização*

Livia Pereira Mendes

### *Diagramação e Capa*

Mariana da Rocha Corrêa Silva

### *Assessoria Técnica*

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

*Kalline Laira Lima dos Santos é graduada em História pela (UPE) e mestra em Educação pela (UNESP).*

---



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*



Programa PROEX/CAPES:

Auxílio N° 0798/2018

Processo N° 23038.000985/2018-89

